

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

A NATUREZA DA SEDIÇÃO:

A natureza humana e a história no *Behemoth* de Thomas Hobbes

Renata Vieira Falcão

PORTO ALEGRE, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

A NATUREZA DA SEDIÇÃO:

A natureza humana e a história no *Behemoth* de Thomas Hobbes

Renata Vieira Falcão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

Porto Alegre, 2015.

CIP - Catalogação na Publicação

Falcão, Renata Vieira

A natureza da sedição: a natureza humana e a história no Behemoth de Thomas Hobbes / Renata Vieira Falcão. -- 2015.

135 f.

Orientador: Anderson Zalewski Vargas.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Historiografia. 2. História Moderna. 3. História do Pensamento. I. Vargas, Anderson Zalewski, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo a esta pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas por acolher este trabalho, pela orientação e pela compreensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, seus professores, funcionários e meus colegas.

Ao Prof. Dr. Jussemar Weiss Gonçalves pelo incentivo e pelo apoio ao que veio a ser o ímpeto inicial deste trabalho de pesquisa.

Ao Mateus Dagios, pelo extraordinário e constante apoio e incentivo, sem os quais esta pesquisa não se realizaria.

À minha família, pelo auxílio e compreensão, fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, pela amizade e companhia, mas sobretudo pela compreensão com as muitas ausências.

A todos que contribuíram de alguma forma para este trabalho, gracias.

*Perhaps just as important as the kind of beings
we are is the kind of beings we think we are.*

Roger Trigg – Ideas of Human Nature

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a compreensão da natureza dos homens presente na história da guerra civil inglesa de Thomas Hobbes intitulada *Behemoth* e investigar as relações entre tal compreensão e a escrita histórica do autor. Trabalha-se com a hipótese de que a teoria da natureza humana definida e defendida por Hobbes em suas obras de filosofia política perpassa a obra em estudo em múltiplos níveis que merecem exame. Apresentam-se as definições teóricas da natureza humana estabelecidas por Hobbes no *Leviathan* para então examinar de que formas esta teoria informa a história no *Behemoth*, com especial atenção ao funcionamento das ações, paixões e opiniões e ao papel da natureza humana como causa e explicação da história. De modo a melhor compreender a associação entre história e teoria presente na obra, são examinadas também as concepções de Hobbes acerca da ciência, da experiência e da causalidade. Por fim, discutem-se as relações entre a natureza humana, os propósitos da história e as escolhas discursivas de Hobbes no *Behemoth*.

Palavras-chave: Hobbes; história; natureza humana; Behemoth; Guerra Civil Inglesa.

ABSTRACT

This study aims to analyze the ideas about men's nature in *Behemoth*, Thomas Hobbes' history of the English Civil War, and to inspect the connections between those ideas and the author's historical writing. My working hypothesis is that the theory of human nature defined and upheld by Hobbes in his works of political philosophy permeates the book under analysis in several ways that merit investigation. For comparison, I first present the theoretical definitions and explanations about human nature established by Hobbes in *Leviathan* and then I examine in what ways that theory influences and informs *Behemoth's* history, focusing on how actions work, the role of passions and opinions, and the use and presentation of human nature as explanation and cause in history. In order to better understand the association between history and theory at work in *Behemoth*, I analyze Hobbes' conceptions about science, experience and causality. Lastly, I discuss how human nature as presented in the book under analysis is related to Hobbes' idea about the purpose of history and his discursive choices in *Behemoth*.

Keywords: Hobbes; history; human nature; Behemoth; English Civil War.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. Fundamentos de uma história: a causalidade e os modos do conhecimento	25
1.1 A causalidade no <i>Behemoth</i>	26
1.2 A ciência e a razão	33
1.3 A experiência, a sabedoria e a prudência.....	39
2. A natureza da sedição	43
2.1 A mecânica da natureza humana no <i>Leviathan</i>	45
2.2 A natureza humana no <i>Behemoth</i>	59
2.3 A natureza humana como causa.....	86
3. A deliberação guiada: teoria, história e instrução.....	90
3.1 Os propósitos da história	90
3.2 A estrutura do <i>Behemoth</i>	104
3.3 <i>Behemoth</i> e <i>Leviathan</i> : história e teoria.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa a compreensão do homem presente no *Behemoth, or The Long Parliament*, história da Guerra Civil inglesa escrita por Thomas Hobbes por volta de 1668, investigando a relação entre tal compreensão e a escrita histórica do autor. Esta pesquisa teve sua origem em 2006 com um trabalho sobre a relativização dos significados no *Leviathan*¹ de Thomas Hobbes. Tal trabalho desenvolveu-se em um estudo sobre a compreensão do homem e a concepção de natureza humana na mesma obra, o qual deu origem ao trabalho de conclusão de curso intitulado *A concórdia da discórdia: a natureza humana e os indivíduos no Leviathan de Thomas Hobbes*, apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) em 2008, sob a orientação do Prof. Dr. Jussemar Weiss. Assim, o presente estudo é um desdobramento da problemática da pesquisa anterior, dirigida agora ao *Behemoth* e fomentada pelas especificidades desta fonte. Cabe, em primeiro lugar, apresentar o autor da obra em estudo, para em seguida focar a temática da natureza humana para Hobbes e o *Behemoth* em relação a ela.

O filósofo inglês Thomas Hobbes nasceu em 1588 em Westport, Wiltshire, e morreu em 1679, tendo passado a maior parte da sua vida adulta a serviço da família aristocrática Cavendish, como tutor, secretário e por fim como hóspede. Publicou em 1629 o seu primeiro trabalho, uma tradução do grego para a língua inglesa da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, sob o título de *Eight Bookes of the Peloponnesian Warre*. Escreveu tratados de ótica, matemática, física e geometria, assim como sobre o livre-arbítrio, a *common law* inglesa e a heresia, uma história eclesiástica, traduções da *Ilíada* e da *Odisseia* de Homero e uma tradução para o inglês da sua própria tradução do grego para o latim da *Retórica* de Aristóteles, publicada em 1637 como *A Briefe of the Art of Rhetorique*, mas elaborada anos antes durante seu trabalho como tutor. O historiador Quentin Skinner ressalta que apesar de já estar em voga uma tendência à especialização na pesquisa científica, continuavam a ter peso modelos e discussões de amplo espectro, e afirma que Hobbes “pertence àquela fase da revolução científica que ainda não havia renunciado à esperança de abarcar todo o

¹ A fim de evitar a ambiguidade, as referências à obra *Leviathan* conservam o título em inglês, ao passo que, ao se tratar da construção política discutida nele (também denominada *Commonwealth* e *State*), utiliza-se a tradução, *Leviatã*.

conhecimento como seu território” (SKINNER, 2004, p. 323) ².

Entretanto, apesar do amplo espectro dos seus estudos e do fato de o filósofo considerá-los interligados e subordinados à mesma metodologia, Hobbes é principalmente conhecido e estudado como filósofo político. De fato, Hobbes dedicou diversos trabalhos ao tema da política, dentre os quais se destacam os *Elements of Law Natural and Politic*, publicados em 1640; o *De Cive*, escrito e publicado em latim pela primeira vez em 1642 e em uma segunda edição acrescida de notas em 1647 — o qual foi concebido como a terceira parte de uma filosofia sistemática e articulada sobre o corpo, o homem e o Estado, cujas duas primeiras partes foram publicadas posteriormente —; e o *Leviathan, or The Matter, Forme, and Power of a Commonwealth Ecclesiasticall and Civil*, publicado em inglês em 1651 e em latim em 1668 — as duas redações possuem diferenças consideráveis, em especial no que concerne às questões de religião, tema de um Apêndice em três partes exclusivo à edição latina.

Estas obras políticas foram responsáveis pela maior parte da sua reputação e popularidade tanto no Continente quanto na Inglaterra, sendo frequentemente referenciadas, elogiadas e criticadas. Este ponto foi ressaltado no clássico artigo *The Ideological Context of Hobbes's Political Thought*, em que Skinner criticou as interpretações então correntes de Hobbes como uma figura em isolamento, divorciado do seu contexto tanto intelectual como de experiência, e analisou as relações intelectuais e a recepção contemporânea de Hobbes (SKINNER, 1966). Skinner aponta as numerosas edições das obras políticas de Hobbes:

De Cive foi primeiramente publicado em uma edição de bem pequena tiragem em 1642, mas ao ser reeditado cinco anos mais tarde passou por três edições em um ano. Foi publicado novamente em 1657 e em 1669, e também apareceu na coleção em dois volumes da *Opera Philosophica* de Hobbes, a qual teve duas edições em 1668. Traduzido para o francês em 1649, atingiu a terceira edição em 1651 e uma nova tradução em 1660. *Leviathan* passou por três edições no seu primeiro ano de publicação, e em 1688 (conforme a menção de Pepys) era ‘tão fortemente solicitado’ que ele teve que pagar três vezes o preço original para conseguir uma cópia, apesar do fato de que haviam sido publicadas mais duas edições da obra naquele mesmo ano (SKINNER, 1966, p. 295) ³.

² As citações em português seguidas de notas com o texto original são traduções de minha autoria. No original: “belongs to that phase of the scientific revolution which had not yet relinquished the hope of taking all knowledge for its province.”

³ No original: “*De Cive* was first published in a very small edition in 1642, but on being re-issued five years later it went through three editions in one year. It was published again in 1657, again in 1669, as well as appearing in the two-volume collection of Hobbes's *Opera Philosophica* which went through two editions in 1668. Translated

As várias edições das traduções, em especial para o latim e o francês, apontam para a popularidade de Hobbes no Continente. O próprio Hobbes apontou diversas vezes a boa acolhida das suas obras em outros países, como em sua autobiografia em verso: “Publiquei / Meu livro De Cive; o novo assunto contido nele / Agradou homens cultos, o que foi causa / De que fosse traduzido, e com muito aplauso / Por diversas nações, e lido por grandes estudiosos, / De forma que o meu nome se tornou famoso, e muito difundido” (vv. 159-164) (CURLEY, 1994, pp. lvii-lviii)⁴. Após listar diversas relações intelectuais de Hobbes, o seu primeiro biógrafo, John Aubrey, apontou que a leitura de Hobbes foi mais positiva no Continente do que na Inglaterra:

assim como ele tinha esses amigos engenhosos e cultos, e muitos mais (sem dúvida) dos quais eu não tenho conhecimento ou que agora escapam à minha memória; ele também tinha muitos inimigos (ainda que desmerecidamente; pois ele não provocava, mas se provocado, era cortante e amargo): e como um profeta não é estimado no seu próprio país, assim ele também era mais estimado por estrangeiros do que pelos seus compatriotas (AUBREY, 1898, p. 373).⁵

De fato, enquanto que as menções às obras de Hobbes por parte de estudiosos do Continente são muito frequentemente de admiração e análise, na Inglaterra as obras foram repetidamente denunciadas. Contudo, estas mesmas condenações mencionam a reputação e a popularidade de Hobbes na Inglaterra, o que indica que os críticos ingleses não estavam atacando uma fonte singular de heterodoxia:

eles concentraram-se em Hobbes não porque ele era visto como o oponente solitário da tradição, mas porque ele era visto como responsável pela apresentação mais capaz e influente de um ponto de vista que estava ganhando cada vez mais tanto em aceitação e popularidade quanto em importância ideológica (SKINNER, 1966, p. 295).⁶

into French in 1649, it had attained a third edition by 1651 and a new translation by 1660. *Leviathan* went through three editions in its first year of publication, and by 1668 the book (as Pepys noted) was so 'mightily called for' that he had to pay three times the original price to get a copy, even though there had in fact been two further editions of the work in the same year.”

⁴ No original: “I published in Print / My Book De Cive; the new Matter in't / Gratified Learned Men, which was Cause, / It was Translated, and with great Applause / By Several Nations, and great Scholars read, / So that my name was Famous, and far spread.”

⁵ No original: “as he had these ingeniose and learned friends, and many more (no question) that I know not or now escape my memory; so he had many enemies (though undeserved; for he would not provoke, but if provoked, he was sharp and bitter) : and as a prophet is not esteemed in his owne countrey, so he was more esteemed by foreigners then by his countreyemen.”

⁶ No original: “they concentrated on Hobbes not because he was seen as the 'singlehanded' opponent of tradition, but rather because he was seen to give the ablest and most influential presentation to a point of view which was itself gaining increasingly in fashionable acceptance and in ideological importance.”

No prefácio ao seu livro sobre a história da obediência passiva desde a Reforma, publicado em 1689, o clérigo não-juramentado⁷ Abednego Seller chegou a afirmar que a autoridade e as doutrinas de Hobbes “são repentinamente tão geralmente aceitas, como se a doutrina fosse apostólica e devesse ser pregada em todo o mundo” (SELLER, 1689).⁸ Hobbes não era visto pelos seus críticos como uma fonte singular de ideias anômalas, mas sim como uma contribuição a um certo cenário de debate político que minava as antigas autoridades e princípios, do qual Hobbes era tanto causa como sintoma: “o ponto com que todos os críticos concordavam era que a popularidade de Hobbes refletia um endosso mais difundido da sua perspectiva. Não era nem mesmo o próprio Hobbes quem eles estavam principalmente preocupados em denunciar, mas Hobbes como o melhor exemplo do alarmante e crescente fenômeno do ‘Hobbism’” (SKINNER, 1966, p. 296)⁹, de um conjunto de posições que em linhas bem gerais podiam ser aproximadas às obras de Hobbes, mas que nesta forma imprecisa e extrapolada precediam e excediam o autor que lhes dava nome.

A filosofia política de Hobbes que tanto concentrava desta forma as atenções dos contemporâneos encontra-se de forma mais completa no *Leviathan*. Isto porque, ao contrário dos seus demais trabalhos, esta obra foi pensada como uma exposição a respeito de todos os aspectos que Hobbes considerava pertinentes ao entendimento da política, tendo sido dividida em quatro partes: a primeira, acerca do homem, enquanto matéria e artífice do Estado; a segunda, acerca do próprio Estado; a terceira, dedicada ao poder eclesiástico e às questões religiosas; e a quarta sobre as doutrinas errôneas e as controvérsias em torno da interpretação das Escrituras que ameaçavam a soberania conforme definida na segunda parte.

Hobbes termina a introdução ao seu *Leviathan* afirmando que exporá a sua leitura da humanidade (*Leviathan*, intro, 04).¹⁰ A primeira parte do livro é dedicada especialmente à

⁷ Os não-juramentados eram os que se haviam recusado a realizar o *Oath of Allegiance* (Juramento de Lealdade) que reconhecia William de Orange e sua esposa Mary como Rei e Rainha da Inglaterra, Escócia e Irlanda após a conclusão da Revolução Gloriosa de 1688.

⁸ O prefácio não possui numeração de páginas. No original: “are of a sudden so generally received, as if the doctrine were Apostolical, and ought to be preached in all the World.”

⁹ No original: “the point on which all critics agreed was that Hobbes's popularity reflected a more widespread endorsement of his outlook. It was not Hobbes himself whom they were even mainly concerned to denounce, but rather Hobbes as the best example of the alarming and increasing phenomenon of 'Hobbism'.”

¹⁰ As citações do *Leviathan* referem-se à edição de Edwin Curley, publicada pela Hackett em 1994, e indicam a parte (em algarismos romanos maiúsculos), o capítulo (em algarismos romanos minúsculos) e o parágrafo (em números arábicos), com exceção dos elementos textuais não numerados como a introdução. A numeração dos parágrafos é idêntica à da edição Molesworth.

exposição da sua compreensão de como são e como agem os homens, das características e do funcionamento da sua natureza. Contudo, as suas considerações sobre a natureza dos homens não estão restritas a esta parte, mas estendem-se por toda a obra. Isto porque Hobbes deriva a sua política, “os direitos do poder soberano e o dever dos súditos [...] a partir da natureza dos homens, conhecida por nós pela experiência, e de definições (de tais palavras que são essenciais a todo raciocínio político)” (*Leviathan*, III, xxxii, 01).¹¹ As suas afirmações quanto aos sentidos, às paixões, ao funcionamento das opiniões e das ações humanas e demais tópicos da sua leitura da humanidade são colocados como base das suas considerações sobre a política e as doutrinas que lhe são pertinentes ou nocivas, as quais são o objeto das demais partes da obra.

A natureza humana, cognoscível pela experiência avaliada cientificamente, entra no cálculo da teoria política de Hobbes como o elemento em que são enraizados os conflitos que o seu Estado teorizado vem resolver, já que Hobbes afirma que a condição de guerra, que é a condição de mera natureza, é “necessariamente consequente às paixões naturais dos homens, quando não há poder visível para mantê-los em reverente temor” (*Leviathan*, II, xvii, 01).¹² Ao fim da sua conclusão, Hobbes reitera que a condição da natureza humana requer uma observância inviolável da relação mútua entre proteção e obediência que ele buscou estabelecer (*Leviathan*, R&C, 17).¹³

Marshall Missner afirma que para que o leitor aceite as suas visões sobre a política, “Hobbes primeiro tem que fazer com que ele aceite certa visão da natureza humana” (MISSNER, 1977, p. 618)¹⁴, e o historiador Christopher Hill chegou a afirmar que “a sua

¹¹ No original: “the rights of sovereign of sovereign power, and the duty of subjects [...] from the nature of men, known to us by experience, and from definitions (of such words as are essential to all political reasoning).”

¹² O final dessa passagem, “keep them in awe”, foi traduzido em português como “manter a todos em respeito”, o que, como aponta Janine Ribeiro, não faz jus à gama de significados de *awe* (RIBEIRO, 1999, p. 253). O termo *awe* está relacionado ao que inspira medo, reverência e admiração, de forma que comparto a utilização de “reverente temor” utilizada por Ribeiro, pois é preciso distinguir *awe* tanto do mero respeito quanto do mero medo. Quanto a este último ponto, Ginzburg ressaltou que *awe* e sua junção de medo e reverência foi utilizada na tradução da Bíblia para o inglês conhecida como King James Bible (1611) para expressar o comportamento dos homens frente a Deus (GINZBURG, 2009, p. 37) – por exemplo: “Stand in awe, and sin not” (Salmos, 4:4). A relação é interessante pois Hobbes chama o seu Estado, o Leviatã, de deus mortal (*Leviathan*, II, xvii, 13). No original: “necessarily consequent to the natural passions of men, when there is no visible power to keep them in awe.”

¹³ R&C refere-se à parte final do *Leviathan*, intitulada “A Review and Conclusion”. No original: “without other design than to set before men’s eyes the mutual relation between protection and obedience, of which the condition of human nature and the laws divine (both natural and positive) require an inviolable observation.”

¹⁴ No original: “Hobbes first has to get him to accept a certain view of human nature.”

lógica rigorosa é tão poderosa que é muito difícil romper as suas cadeias: ela tem que ser questionada em seus pressupostos, na sua psicologia” (HILL, 1991, p. 390).¹⁵ A natureza humana é fundamento da política hobbesiana, pois é desta sua específica compreensão do homem que Hobbes deduz como necessária a sua compreensão da política.

Skinner sustenta que a visão do homem é o “princípio revolucionário” da teoria política de Hobbes, por seu papel, por sua oposição à compreensão tradicional da natureza humana e pela eminência que recebeu nas discussões contemporâneas da teoria hobbesiana (SKINNER, 1966, p. 306). De fato, um elemento comum às interpretações de admiradores, seguidores e detratores foi o peso dado à antropologia de Hobbes dentro da sua política. Por um lado, o repúdio da visão da natureza humana apresentada por Hobbes é parte importante das críticas às suas obras. Em sua análise do impacto do homem hobbesiano no horizonte de compreensão do mundo então existente, Ashcraft afirma que “se há algum clamor dos críticos de Hobbes que atinge o unísono é que Hobbes caracterizou os homens como sendo ‘mais bárbaros e animais do que os próprios animais’; e que ao fazer isso, ele ‘vilificou’ a natureza humana” (ASHCRAFT, 1971, p. 1092).¹⁶ Tais críticas são muitas vezes acompanhadas por comentários acerca da popularidade ou modismo da visão hobbesiana – como aponta Skinner,

em 1694, James Lowde sentiu-se obrigado a admitir em seu *Discourse Concerning the Nature of Man* [Discurso Acerca da Natureza do Homem] que escrever sobre a sociabilidade natural da humanidade podia ser considerado antiquado, já que esta premissa estava tão em desacordo com as ideias das pessoas cultas, entre as quais ele menciona Hobbes especificamente (SKINNER, 2004, p. 270).¹⁷

Uma interpretação simplificada e (principalmente nas críticas) extremada do homem hobbesiano é um dos elementos da mencionada visão que no final do século XVII era chamada de “Hobbesism” e frequentemente satirizada (LAMPRECHT, 1940).

Por outro lado, a visão hobbesiana do homem também é elemento significativo da

¹⁵ No original: “his rigorous logic is so powerful that it is very difficult to break its chain: it has to be challenged in its assumptions, in its psychology.”

¹⁶ No original: “if there is one outcry from Hobbes’s critics that strikes a chord of unison, it is that Hobbes has made men out to be ‘more barbarous and beastly than the beasts themselves’; and in so doing, he has ‘vilified’ human nature.”

¹⁷ No original: “By 1694, James Lowde felt obliged to admit in his *Discourse Concerning the Nature of Man* that to write about the natural sociability of mankind might be thought old-fashioned, since the assumption was so much at odds with the views of learned persons, among whom he specifically mentions Hobbes.”

reputação positiva de Hobbes. À época da publicação do *De Cive*, o filósofo holandês Lambert van Velthuysen escreveu uma dissertação a respeito da obra em que trata Hobbes como a autoridade sobre a natureza do homem, as relações entre as leis naturais e humanas e o poder do magistrado civil (SKINNER, 1966, p. 289). Skinner também aponta que “[Hobbes] é aclamado por Sir Peter Pett em *The Happy Future State of England* de 1688 como ‘um grande investigador da natureza humana’” (SKINNER, 2004, p. 265)¹⁸.

Skinner ressaltou o impacto deste elemento da teoria hobbesiana em um espaço de debate em que a sociabilidade natural do homem era cânone:

Foi a sua famosa tentativa de explicar a associação política em termos da necessidade do homem de mediar a sua natureza sórdida e bruta que deu a Hobbes o seu lugar imediato no cânone aceito de escritores de teoria política. [...] Assim como Aristóteles retinha no século XVII – mesmo entre aqueles que seguiam a moda de denegri-lo – uma reputação como o primeiro escritor que tinha enfatizado a sociabilidade natural do homem, Hobbes ganhou uma reputação como o primeiro escritor a reverter esta ênfase tradicional (SKINNER, 1966, pp. 297-8).¹⁹

Além disso, Skinner enfatiza o papel epistemológico da natureza humana na teoria de Hobbes e defende que essa doutrina é fundamental para a compreensão da contribuição de Hobbes ao horizonte intelectual que lhe era contemporâneo:

A originalidade de Hobbes encontra-se em maior grau no nível epistemológico, nas razões que ele deu para manter as suas crenças políticas, do que nessas próprias crenças. Foi na sua tentativa de deduzir o seu sistema político a partir de uma explicação da natureza humana, e na sua emancipação dos confins do vocabulário providencialista, que Hobbes fez as suas contribuições mais originais para a teoria política da sua época. Foi esta realização que mal foi insinuada pelos outros teóricos *de facto*, ainda que vários deles, independentemente de Hobbes, tenham articulado várias doutrinas políticas que desde então têm sido associadas exclusivamente com o nome de Hobbes (SKINNER, 2004, p. 307).²⁰

¹⁸ No original: “[Hobbes] is hailed by Sir Peter Pett in *The Happy Future State of England* of 1688 as ‘a great Enquirer into *humane Nature*’.”

¹⁹ No original: “It was his famous attempt to explain political association in terms of man's need to mediate his nasty and brutish nature which was to give Hobbes his immediate place in the accepted canon of writers on political theory. [...] Just as Aristotle retained a reputation in the seventeenth century-even among his fashionable denigrators-as the first writer who had emphasized man's natural sociability, so Hobbes gained a reputation as the first writer to reverse this traditional emphasis.”

²⁰ No original: “Hobbes’s claim to originality lies to a greater degree at the epistemological level, in the reasons he gave for holding his political beliefs, than in his beliefs themselves. It was in his attempt to deduce his political system from an account of human nature, and in his emancipation from the confines of the providentialist vocabulary, that Hobbes made his most original contributions to the political theory of his age. It was this achievement that was barely hinted at by the other *de facto* theorists, even though several of them, independently of Hobbes, articulated a number of political doctrines that have since been associated exclusively with Hobbes’s name.”

Tendo apresentado a questão da natureza humana na obra de Hobbes, cabe agora concentrar-nos na obra em estudo, o *Behemoth, or The Long Parliament*, história sobre a Guerra Civil inglesa. Considera-se que a primeira menção ao *Behemoth* se encontraria em uma carta de Hobbes ao seu amigo François de Verdus, matemático francês responsável por uma das traduções do *De Cive* para o francês, datada de 20 de julho de 1666, agora perdida, porque a resposta de Verdus, datada de 13 de abril de 1668, inclui o desejo de ver “vossa epítome dos vossos distúrbios” (HOBBS, 1994, p. 697)²¹ finalizada e publicada (MASTNAK, 2012, s/p).²² Distúrbios traduz aqui a palavra francesa “troubles”, utilizada por Philippe Folliot para a palavra inglesa “troubles” na sua tradução do *Behemoth* para o francês (HOBBS, 2010, pp. 09, 59, 180). “Troubles” é um vocábulo extensivamente utilizado pelos contemporâneos para se referir à instabilidade política inglesa do século XVII, abarcando a guerra civil e os acontecimentos relacionados, como destacado pelo historiador Jonathan Scott (SCOTT, 2003, p. 21), que escolheu *England’s troubles* como título e denominação principal dos eventos em seu livro, não por acaso especialmente preocupado com os termos, significados e percepções contemporâneos. O próprio Hobbes utiliza “troubles” para se referir aos acontecimentos na Inglaterra do século XVII por diversas vezes – por exemplo no *Behemoth* (*Behemoth*, I, p. 03; I, p. 45; IV, p. 159)²³ e no *Leviathan*:

E não duvido que muitos homens tenham estado contentes em ver os últimos distúrbios na Inglaterra [*late troubles in England*], por conta de uma imitação dos Países Baixos, supondo que não se precisaria nada mais para enriquecer do que mudar, como eles mudaram, a forma do seu governo (*Leviathan*, II, xxix, 13).²⁴

Quanto à data de finalização do manuscrito, considera-se que Hobbes o tenha completado por volta de 1668, ano em que completou 80 anos, já que em sua autobiografia em prosa latina ele afirma que a sua “*Historiam Belli Civilis Anglicani*” foi escrita “circa annum ætatis suæ octogesimum” (HOBBS, 1839, p. xx; MACGILLIVRAY, 1970, p. 180). Hobbes pediu permissão para a sua publicação ao rei Charles II, mas esta foi negada. Hobbes mencionou esta ocorrência em uma carta ao seu editor William Crooke datada de junho de 1679:

²¹ Verdus to Hobbes, 13 April 1668. No original: “votre Epitome de vos Troubles.”

²² Utilizo a indicação s/p para as edições digitais sem paginação fixa.

²³ As citações do *Behemoth* referem-se ao texto estabelecido por Ferdinand Tönnies em 1889, na edição de 1990 pela University of Chicago Press, e indicam o diálogo, em algarismo romano, e a página.

²⁴ No original: “And I doubt not but many men have been contented to see the late troubles in *England*, out of an imitation of the Low Countries, supposing there needed no more to grow rich than to change, as they had done, the form of their government.”

Eu gostaria de ter publicado o meu diálogo das guerras civis da *Inglaterra* há muito tempo; e para este fim apresentei-o a Sua Majestade: e alguns dias mais tarde, quando pensei que o havia lido, supliquei humildemente que me deixasse publicá-lo; mas Sua Majestade (apesar de ter-me ouvido muito graciosamente, mesmo assim ele) recusou-se completamente a publicá-lo. Portanto eu trouxe de volta o livro, e dei-lhe permissão para fazer uma cópia; quando vós a terminastes, eu dei o original a um honrado e culto amigo, que morreu depois de cerca de um ano. O Rei tem o melhor julgamento, e está mais envolvido na publicação de livros do que eu: portanto eu não ousa arriscar aparecer neste negócio, para não ofendê-lo. Portanto eu lhe rogo que não se envolva neste negócio (HOBBES, 1994, p. 771).²⁵

Contudo, algumas cópias manuscritas circularam no início da década de 1670 e edições não autorizadas foram publicadas ao final da mesma década, sendo quatro datadas de 1679 (MACGILLIVRAY, 1970, p. 181) e uma quinta em 1680 (MASTNAK, 2012, s/p). A primeira edição oficial é já póstuma, datada de 1682, a partir da mencionada cópia feita a partir do manuscrito que Hobbes emprestara a Crooke e publicada em *Tracts of Mr. Thomas Hobbs of Malmsbury*. No seu prefácio ao leitor, Crooke deu a seguinte explicação sobre a sua decisão de incluir o *Behemoth* nesta publicação:

Sou compelido pela força da verdade a declarar o quanto tanto o mundo quanto o nome do Sr. *Hobbs* foram injuriados pelas várias edições espúrias da História das Guerras Civis; nas quais, por várias e ineptas transcrições, são cometidos acima de mil erros, e em mais de cem lugares linhas inteiras foram deixadas de fora, como posso apresentar.

Devo confessar que o Sr. *Hobbs*, por causa de algumas considerações, era contrário à sua publicação; mas já que é impossível suprimi-lo; nenhum livro sendo mais comumente vendido por todos os livreiros, espero não precisar temer a ofensa de nenhum homem ao fazer o certo para o mundo e para esta obra (CROOKE, 1682).²⁶

Esta edição de Crooke foi republicada diversas vezes em compilações dos textos de Hobbes – notavelmente na compilação de Sir William Molesworth, cujo volume que contém o *Behemoth* foi publicado em 1840. A obra ganhou uma edição a partir de manuscrito apenas

²⁵ Hobbes to William Crooke, 19 June 1679. No original: “I would fain have published my Dialogue of the Civil Wars of *England*, long ago; and to that end I presented it to his Majesty: and some days after, when I thought he had read it, I humbly besought him to let me print it; but his Majesty (though he heard me most graciosly, yet he) flatly refused to have it published. Therefore I brought away the Book, and gave you leave to take a Copy of it; which when you had done, I gave the Original to an honourable and learned Friend, who about a year after died. The King knows better, and is more concerned in publishing of Books than I am: Therefore I dare not venture to appear in the business, lest it should offend him. Therefore I pray you not to meddle in the business.”

²⁶ No original, não paginado: “I am compell’d by the force of Truth to declare, how much both the World, and the Name of Mr. *Hobbs* have been abus’d by the several spurious Editions of the History of the Civil Wars; wherein, by various and unskilful Transcriptions, are committed above a thousand faults, and in above a hundred places whole Lines left out, as I can make appear.

“I must confess Mr. *Hobbs*, upon some considerations, was averse to the publishing thereof; but since it is impossible to suppress it; no Book being more commonly sold by all Booksellers, I hope I need not fear the Offence of any Man, by doing Right to the World and this Work.”

em 1889, quando Ferdinand Tönnies publicou a sua edição do *Behemoth* a partir do manuscrito de St. John's College, descoberto por ele em Oxford, contendo passagens inéditas e correções com relação ao texto estabelecido por Crooke. Contudo, a edição Molesworth (e suas republicações) continuou a ser a utilizada pela maioria dos analistas devido a pouca disponibilidade da edição de Tönnies (MACGILLIVRAY, 1970, p. 182 n.12), o que foi retificado a partir da sua primeira republicação em 1969.

Um aspecto importante é o formato da obra, pois esta consiste em quatro diálogos entre interlocutores chamados “A” e “B”, sendo que “A” é mais velho e viveu durante os eventos que narra, ao contrário de “B”. Na sua epístola dedicatória a Sir Henry Bennet, Baron of Arlington, Hobbes resume os quatro diálogos da seguinte forma:

O primeiro contém a semente [da guerra civil], certas opiniões em teologia e política. O segundo contém o seu crescimento em declarações, petições, e outros escritos publicados entre o Rei e o Parlamento. Os dois últimos são um resumo muito breve da própria guerra, extraído da crônica de Mr. Heath (*Behemoth*, v).²⁷

De fato, o primeiro diálogo lida longamente com causas e doutrinas, recuando os limites temporais do *Behemoth* para muito antes do início da guerra, enquanto que o segundo salienta as estratégias e formas pelas quais ocorreu a sedição. Contudo, a brevidade da narração dos eventos nos dois últimos diálogos é também entrecortada por diversos comentários, desvios e digressões. Com relação a esta parte narrativa da obra, o recorte temporal inicia em 1640, pouco antes do Longo Parlamento (o qual teve início em 05 de novembro de 1640) e termina em 1660 com a Restauração. A crônica de James Heath da qual se serve Hobbes existe em duas versões: *A Brief Chronicle of All the Chief Actions* de 1662 e a bastante ampliada *A Brief Chronicle of the Late Intestine Warr in the Three Kingdoms of England, Scotland and Ireland*, de 1663 (MACGILLIVRAY, 1970, p. 182). Por seu turno, Heath em larga medida compilou notícias das publicações de notícias da época chamadas *newsbooks* (SEAWARD, 2012, s/p). O historiador Paul Seaward ressalta que, apesar da afirmação de Hobbes com relação ao resumo dos eventos da guerra, “Heath não pode ser a única fonte de Hobbes para o terceiro e quarto diálogos, pois há diferenças em alguns detalhes” (SEAWARD, 2012, s/p), diferenças estas que ele explica por escolhas estilísticas e interpretativas, assim como pelo acesso pessoal de Hobbes a outros relatos e informações.

²⁷ No original: “The first contains the seed of it, certain opinions in divinity and politics. The second hath the growth of it in declarations, remonstrances, and other writings between the King and Parliament published. The two last are a very short epitome of the war itself, drawn out of Mr. Heath’s chronicle.”

Seaward aponta que na parte do texto que lida com a confrontação entre Rei e Parlamento em “declarações, petições, e outros escritos” a partir da discussão da *Grand Remonstrance*²⁸ de dezembro de 1641 (*Behemoth*, II, p. 81), Hobbes utiliza a coleção de documentos de Edward Husbands, *An Exact Collection of All Remonstrances*,²⁹ que principia pela *Grand Remonstrance* e cobre os textos entre Rei e Parlamento assim como os relacionados aos procedimentos parlamentares até março de 1643. A partir da discussão do conteúdo da *Grand Remonstrance*, “Hobbes percorre sistematicamente todos os documentos significativos na coleção, descrevendo-os e comentando-os: a coleção de Husbands torna-se, na verdade, a única base do seu relato do período precedente à deflagração da guerra” (SEAWARD, 2012, s/p).³⁰ É preciso destacar que Seaward se refere aqui à fundação factual que Hobbes utiliza em sua escrita da história da guerra, pois é claro que as escolhas em termos de apresentação, organização e omissão modificam a base utilizada e em especial porque as informações são principalmente ponto de partida para os comentários analíticos de Hobbes.

O objeto principal declarado do *Behemoth* não são os eventos, mas sim as suas causas, como afirma “B” a “A”: “o vosso propósito era de familiarizar-me com a história, não tanto daquelas ações que ocorreram no tempo dos últimos distúrbios [*troubles*], mas das suas causas, e daqueles conselhos e artifícios pelos quais as fizeram acontecer” (*Behemoth*, I, p. 45).³¹ Estas causas são, como enfatiza Stephen Holmes, psicológicas e ideológicas, ou seja, fruto das paixões dos homens — elemento central da natureza humana na teoria de Hobbes — e de opiniões e doutrinas errôneas (HOLMES, 1990, p. [viii]), elementos motrizes das ações humanas. Ao ser instado por “B” sobre a causa da aversão da *gentry* e da nobreza escocesa quanto ao episcopado, “A” responde: “Não posso penetrar nos pensamentos de outros homens mais além do que sou levado pela consideração da natureza humana em geral” (*Behemoth*, I,

²⁸ A *Grand Remonstrance* é uma longa lista de queixas, agravos e demandas do Parlamento aprovada pela Casa dos Comuns em 22 de novembro de 1641 e apresentada ao Rei em 1º de dezembro de 1641.

²⁹ O título completo é *An Exact Collection of All Remonstrances, Declarations, Votes, Orders, Ordinances, Proclamations, Petitions, Messages, Answers, and Other Remarkable Passages Betweene the Kings Most Excellent Majesty, and His High Court of Parliament Beginning at His Majesties Return from Scotland, Being in December 1641, and Continued Untill March the 21, 1643.*

³⁰ No original: “Hobbes goes systematically through all of the significant documents in the collection, describing and commenting on them: Husbands’ collection becomes, in fact, the sole basis of his account for the period leading up to the outbreak of war.”

³¹ No original: “your purpose was, to acquaint me with the history, not so much of those actions that passed in the time of the late troubles, as of their causes, and of the councils and artifice by which they were brought to pass.”

p. 29).³² Então “A” procede respondendo com uma generalização sobre como agem os homens em semelhantes condições, visto a sua natureza.

De fato, Hobbes inicia o primeiro diálogo afirmando, por meio de “A”, que o período entre 1640 e 1660 é um privilegiado ponto de observação das ações dos homens:

Se no tempo, como no espaço, houvesse graus de alto e baixo, acredito verdadeiramente que a época mais alta seria aquela que passou entre os anos de 1640 e 1660. Pois aquele que de lá, como da Montanha do Diabo, tivesse contemplado o mundo e observado as ações dos homens, especialmente na Inglaterra, poderia ter tido um panorama de todos os tipos de injustiça, e de todos os tipos de insensatez, que o mundo pode fornecer, e de como elas foram produzidas [...] (*Behemoth*, I, p. 01).³³

Hobbes propõe os eventos discutidos não só como frutos da natureza humana e, portanto, explicáveis por ela, mas também como capazes de instruir sobre os homens em geral. “A” afirma que foi “falta da ciência da justiça que os levou a esses distúrbios [*troubles*]” (*Behemoth*, IV, p. 159)³⁴ e que aos ingleses “não lhes faltava engenho, mas o conhecimento das causas e das bases sobre as quais uma pessoa tem um direito de governar, e o resto uma obrigação de obedecer; bases as quais devem ser ensinadas à população, que sem elas não consegue viver em paz entre si por muito tempo” (*Behemoth*, IV, p. 160).³⁵ Conforme os seus trabalhos de teoria política, conhecer a natureza dos homens era o fundamento da ciência política e do reconhecimento do que é necessário para a manutenção da paz. Assim, quando Hobbes afirma que a guerra civil inglesa ensina sobre os homens, ele insere o *Behemoth* em uma instrução cujo fim é a comunicação demonstrada daquela ciência do dever que ele afirma ser o primeiro a expor.

Para Holmes, o *Behemoth* representa uma instância em que a teoria da natureza humana de Hobbes não se encontra filtrada através de um conjunto de recomendações

³² No original: “I cannot enter into other men’s thoughts, farther than I am led by the consideration of human nature in general.”

³³ No original: “If in time, as in place, there were degrees of high and low, I verily believe that the highest of time would be that which passed between the years of 1640 and 1660. For he that thence, as from the Devil’s Mountain, should have looked upon the world and observed the actions of men, especially in England, might have had a prospect of all kinds of injustice, and of all kinds of folly, that the world could afford, and how they were produced [...]”

³⁴ No original: “want of the science of justice, that brought them into these troubles.”

³⁵ No original: “they wanted not wit, but the knowledge of the causes and grounds upon which one person has a right to govern, and the rest an obligation to obey; which grounds are necessary to be taught the people, who without them cannot live long in peace amongst themselves.”

políticas, mas sim expressa em uma descrição de como os homens agiram entre 1640 e 1660, descrição esta realizada segundo os pressupostos psicológicos expostos no *Leviathan* (HOLMES, 1990, p. [xlix]). Luc Borot também enfatiza a ligação entre a teoria de Hobbes, como exposta em outros trabalhos e em especial no *Leviathan*, e o conteúdo do *Behemoth*. Ele afirma que “a dinâmica das paixões é mostrada em ação na história, e dada como a causa última das ações dos homens individuais e dos grupos sociais” (BOROT, 2000, p. 143).³⁶ Hobbes compreende as ações humanas como resultado necessário das suas percepções e paixões naturais, e esta visão permeia o *Behemoth* porque “Hobbes não pretendia meramente registrar fatos puros, mas fazê-lo com base na sua teoria de comportamento e psicologia” (BOROT, 2000, p. 144)³⁷.

Estas afirmações, entretanto, parecem indicar uma ação de via única entre a teoria e o trabalho histórico: o *Behemoth* seria mera ilustração da teoria exposta nas obras filosóficas. Mais pertinente, contudo, para esta pesquisa é a afirmação de MacGillivray: “No *Behemoth*, Hobbes aplicou as conclusões da sua filosofia política a eventos políticos reais. Esta filosofia política, por sua vez, não era em si meramente uma criatura fruto do estudo de um recluso: também tinha as suas raízes nos eventos do mundo contemporâneo do filósofo” (MACGILLIVRAY, 1970, p. 183)³⁸.

Cabe lembrar que a natureza humana, segundo Hobbes, é tanto cognoscível quanto demonstrável através da experiência. É possível, como mencionado anteriormente, compreender quem são e como agem os homens a partir de abstrações da experiência (*Leviathan*, III, xxxii, 01) e também é possível confirmar tais abstrações por meio da consideração da sua própria experiência, da de outros povos como os “povos selvagens” da América ou da experiência do conhecimento histórico de como vivem os homens durante uma guerra civil (*Leviathan*, I, xiii, 10-1). A guerra civil seria uma instância da condição de mera natureza, em que não há poder soberano que freie as paixões e então a natureza humana manifesta-se livremente. Portanto, a Guerra Civil inglesa seria, para Hobbes, uma ocasião

³⁶ No original: “The dynamic of the passions is shown at work in history, and given as the ultimate cause of the actions of individual men and social groups.”

³⁷ No original: “Hobbes was not out merely to record bare facts, but to do so on the basis of his theory of behavior and psychology.”

³⁸ No original: “In *Behemoth*, Hobbes has applied to actual political events the conclusions of his political philosophy. This political philosophy, in turn, was not in itself merely a creature of the recluse's study: it also had its roots in the events of the philosopher's contemporary world.”

apropriada para a observação dos homens, e desta forma tanto ganhar conhecimento acerca da sua natureza quanto demonstrá-la em ação, de forma a instruir os homens no que concerne à paz e a sedição. Se os conflitos e a sedição são fruto da natureza humana, o texto do *Behemoth*, em que Hobbes se propõe a analisar as causas da sedição, é um espaço privilegiado para a consideração da sua visão dos homens.

Partindo destas considerações sobre a natureza humana na teoria política de Hobbes e no *Behemoth*, considera-se que há uma relação de via múltipla entre a experiência histórica, a teoria política, a concepção de natureza humana e a escrita histórica de Thomas Hobbes, centrando-se na questão das formas pelas quais a compreensão da natureza do homem informa a história no *Behemoth*. Sendo que Hobbes funda a sua política na sua leitura da natureza humana, tomo como hipótese que a sua interpretação histórica constrói-se com esta leitura e tem nela o pressuposto explicativo dos eventos e da história.

Cabe aqui ressaltar que a bibliografia sobre a obra de Thomas Hobbes, em especial no que concerne ao seu pensamento político tal como expresso nas obras *De Cive* e *Leviathan*, é extremamente vasta e estende-se por todo o século XX até a atualidade, sendo tema de estudo frequente particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Norberto Bobbio considera os estudos de Ferdinand Tönnies no final do século XIX como o início da historiografia crítica sobre o autor (BOBBIO, 1991, p. 186), após um longo período de obscuridade e desinteresse que se seguiu a intensas discussões contemporâneas ou pouco posteriores às obras (BOBBIO, 1991, pp. 198-200). Entretanto, uma grande parte destes trabalhos não é de cunho histórico, mas sim de ciência política, filosofia ou de uma história da filosofia de caráter tradicional. Tais estudos são leituras do texto em si, fora de seu tempo e espaço; críticas formais em questão de lógica ou coerência; críticas acerca da validade da teoria a partir de pontos de vista atuais; classificações de doutrinas em modelos como conservador, liberal, totalitário; localização de “influências” e elementos “perenes”; discussão de “antecipações” de certas ideias em uma leitura retrospectiva; leitura das obras como simples reflexo de fatos políticos ou dados como origem social, entre outras formas tradicionais. Essa bibliografia parte, portanto, de pressupostos outros que não os da história e os seus objetivos e métodos são também distintos dos que compõem este trabalho.

Esta pesquisa baseia-se, ao contrário, em uma leitura da obra *Behemoth* em suas possibilidades semânticas, atentando para o que o texto concebe e para as suas especificidades linguísticas e fazendo diálogos entre o texto e o seu contexto cultural e entre a história do

Behemoth e a teoria do *Leviathan*, de forma a compreender as concepções sobre a natureza humana na obra estudada em suas condições de possibilidade e significação. Tendo em mente a afirmação de Marcel Gauchet de que “é possível inscrever as obras na história sem nada sacrificar de sua leitura interna, e, pelo contrário, contribuindo para sua inteligibilidade interna” (Gauchet, 1999, p. 143 apud. DOSSE, 2004, p. 211), buscou-se conjugar uma análise do texto com uma leitura contextualista e com noções teóricas de Koselleck sobre os conceitos e a experiência.

Quanto à relação entre os conceitos ou concepções e a experiência histórica, trabalha-se então com a ideia de que “um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias” (KOSELLECK, 2006, pp. 109-110). Isso significa que uma concepção como a estudada nesta pesquisa não apenas elabora a experiência de forma a compreendê-la e registrá-la, mas também ajuda a dar-lhe forma (RICHTER, 1986, p. 618), além de abrir e fechar possibilidades. A relação entre elaborações conceituais e experiência histórica, nessa visão, é multiforme e multidirecional, ao invés de colocar um dos termos como reflexo do outro, determinante.

Por meio desta relação entre as concepções e a experiência também se percebe a pertinência de uma leitura que dialoga com os contextos da obra, problematizando-a dentro do seu mundo de significados e atenta aos debates e problemas que lhe são pertinentes. Entende-se a obra como uma construção calcada na resolução de problemas e em preocupações historicamente situados. Como enfatiza Koselleck, “todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar” (KOSELLECK, 1992, p. 136) e “todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (KOSELLECK, 1992, p. 137).

Por meio da leitura destes contextos, buscam-se os significados disponíveis para os atores em estudo — questão enfatizada tanto pelo historiador inglês Quentin Skinner quanto por Koselleck. Sobre este ponto insiste também o historiador John Pocock, que lida com a relação entre a *parole* e a *langue*, entre os atos singulares de enunciação e a gramática que os possibilita e limita. Estes atos são efetuados “sobre e no interior de um contexto” (POCOCK, 2003, p. 36), o qual é linguístico e também de experiência. Pocock ressalta a relação mútua entre estes dois contextos, rejeitando a noção da linguagem como mero reflexo e afirmando

que:

o historiador não supõe que a linguagem do momento simplesmente denota, reflete ou é um efeito da experiência desse momento. Mais propriamente, ela interage com a experiência e fornece as categorias, a gramática e a mentalidade por meio das quais a experiência tem de ser reconhecida e articulada. Ao estudá-la, o historiador aprende como os integrantes de uma sociedade eram capazes de perceber a experiência, que experiências eles eram capazes de perceber e que respostas à experiência eles eram capazes de articular e, conseqüentemente, efetivar. (POCOCK, 2003, pp. 55-56)

Não só os significados disponíveis, mas as premissas, os problemas e os critérios de validade e argumentação devem ser buscados no contexto, pois como coloca John Dunn, “abstrair um argumento do contexto de critérios de verdade para a satisfação dos quais foi concebido é convertê-lo em um argumento diferente” (DUNN, 1968, p. 96).

A consideração das convenções disponíveis permite também visualizar as divergências e os usos não convencionais. À época da redação do *Behemoth*, havia “uma ‘linguagem’ de precedentes, *common law* e costumes imemoriais em que era conduzida uma parte significativa do debate político inglês” (POCOCK, 1987, p. xi)³⁹ – Hobbes rejeita repetidamente estes argumentos, o que reveste a sua própria argumentação com uma nova camada de significado. Levando-se em conta a afirmação de Tully de que “uma tentativa de ‘esticar’ convenções ideológicas requer uma justificação e esta normalmente toma a forma de uma fundamentação da mudança nos termos do que já é aceito” (TULLY, 1983, p. 496)⁴⁰, abre-se a questão de como as convenções rejeitadas por Hobbes entremeiam-se com o uso de outras convenções de forma a atingir o público. Neste ponto, é significativo o próprio uso da história, tão onipresente nos debates políticos da época na Inglaterra, mas reformulada em termos hobbesianos. Cabe lembrar o que afirmou Pocock a respeito dos Levellers: “nesta época o domínio da história no pensamento político inglês era tão inescapável que esta teoria fundamentalmente anti-histórica só podia ser expressa em linguagem histórica; o passado só podia ser rejeitado através de uma reinterpretação do passado” (POCOCK, 1987, p. 127)⁴¹.

³⁹ No original: “a ‘language’ of precedent, common law and ancient custom, in which a significant part of English political argument was [...] carried on.”

⁴⁰ No original: “An attempt to ‘stretch’ ideological conventions requires a justification and this standardly takes the form of grounding the change in the terms of what is already accepted.”

⁴¹ No original: “so inescapable by this time was the clutch of history on English political thought, that this fundamentally anti-historical theory could only be expressed in historical language; the past could only be rejected through a reinterpretation of the past.”

Por fim, e retomando a questão da relação entre as concepções e a experiência, cabe ressaltar que este trabalho se apoia nas concepções de Koselleck a respeito da irredutibilidade de um dos termos ao outro: o autor considera “teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica” (KOSELLECK, 1992, p. 136). Trabalha-se ao contrário com a noção de uma relação de via múltipla entre concepções e experiência e com a hipótese de uma relação de caráter similar entre a experiência histórica, a teoria política, a concepção de natureza humana e a escrita histórica de Thomas Hobbes. Neste ponto entra a comparação entre o *Behemoth* e o *Leviathan*, a qual não pressupõe uma coerência necessária, ao passo que busca compreender as formas pelas quais a concepção dos homens no *Behemoth* se relaciona, se aproxima e diverge daquela exposta de forma sistemática no *Leviathan*. Em resumo, baseada nas concepções expostas e partindo da análise do texto do *Behemoth*, buscou-se construir um diálogo com contextos de significados que enriqueçam e informem a compreensão do objeto de estudo, de forma a apreender a sua concepção da natureza humana e o que ela significa para a história contida nele.

Já no que concerne às fontes, para o *Behemoth*, tomou-se como referência a edição estabelecida por Ferdinand Tönnies a partir do manuscrito do St. John's College em Oxford, publicada pela primeira vez em 1889 e republicada por The University of Chicago Press em 1990. Esta edição do texto contém correções frente ao texto até então dominante, passagens inéditas (entre elas, a epístola dedicatória) e trechos riscados no manuscrito original, tendo se tornado a edição padrão.

Como edição auxiliar há a anterior edição dominante, estabelecida por Sir William Molesworth a partir da versão de 1682, a qual foi a primeira publicada de forma autorizada, sendo entretanto póstuma e não baseada em manuscritos. O texto estabelecido por Molesworth foi publicado pela primeira vez em 1840 no volume VI dos *The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury*.⁴²

Para o *Leviathan*, utiliza-se a edição de Edwin Curley publicada pela Hackett em 1994, amplamente anotada e comportando glossário. Como quase todas as edições modernas em língua inglesa, ela segue o texto da edição Head de 1651. Curley reservou-se de

⁴² Há uma tradução em português do *Behemoth* por parte de Eunice Ostrensky publicada pela UFMG em 2001.

excessivas modernizações do inglês original, especialmente em termos de estrutura e pontuação, o que preserva o estranhamento com e o reconhecimento do Inglês Moderno Inicial (*Early Modern English*) e com uma outra forma de organizar e expor os pensamentos. Além disso, esta é a única edição em língua inglesa que inclui as variantes do texto latino do *Leviathan*, permitindo a comparação entre ambas as redações.

Também será utilizada a edição das correspondências de Hobbes, organizada por Noel Malcolm e publicada pela Clarendon Press em 1994, em dois volumes — o primeiro cobrindo o período de 1622 a 1659 e o segundo, o de 1660 a 1679.

O estudo divide-se em três capítulos. O primeiro, “Fundamentos de uma história: a causalidade e os modos do conhecimento”, é dedicado à análise da noção de causalidade presente no *Behemoth* e dos dois modos do conhecimento com que Hobbes fundamenta a sua história: a ciência, ligada à razão, e a experiência, ligada à sabedoria e à prudência. Neste primeiro capítulo, concentro-me portanto em concepções teóricas que fundamentam a obra em estudo em suas lógicas internas.

No segundo capítulo, “A natureza da sedição”, estuda-se como a natureza humana é apresentada no *Behemoth* e de que formas estas concepções se relacionam com a teoria exposta de forma sistemática no *Leviathan*. Problematiza-se também o lugar das opiniões como causa das ações humanas e discute-se o lugar da antropologia hobbesiana na sua escrita histórica.

O terceiro capítulo, “A deliberação guiada: teoria, história e instrução”, trabalha as formas da escrita histórica de Hobbes no *Behemoth*, problematizando o seu formato, argumentação e propósitos, e realizando uma discussão sobre a relação entre a sua história e a sua teoria política para examinar o papel da natureza humana na compreensão historiográfica do autor.

1. Fundamentos de uma história: a causalidade e os modos do conhecimento

O primeiro diálogo do *Behemoth* começa com “A” afirmando que o período entre 1640 e 1660 na Inglaterra é um ponto privilegiado de observação das ações humanas:

Se no tempo, como no espaço, houvesse graus de alto e baixo, acredito verdadeiramente que a época mais alta seria aquela que passou entre os anos de 1640 e 1660. Pois aquele que de lá, como da Montanha do Diabo, tivesse contemplado o mundo e observado as ações dos homens, especialmente na Inglaterra, poderia ter tido um panorama de todos os tipos de injustiça, e de todos os tipos de insensatez, que o mundo pode fornecer, e de como elas foram produzidas por suas mãos a hipocrisia e a vaidade, das quais uma é dupla iniquidade e a outra, dupla insensatez (*Behemoth*, I, p. 01)⁴³.

Um leitor, especialmente se não familiarizado com as teorias de Hobbes, poderia então imaginar que o foco da história subsequente seria primariamente uma condenação moral. Entretanto, a resposta de “B” a esta introdução começa a esclarecer a matéria que será tratada:

Alegrar-me-ia em contemplar este panorama. A vós que vivestes naquela época e durante aquela idade em que os homens costumavam distinguir melhor o bem e o mal, rogo-lhe que me coloque (pois então não podia ver tão bem) sobre essa mesma montanha, através do relato das ações que então vistes, e das suas causas, pretensões, justiça, ordem, artifício e resultado (*Behemoth*, I, p. 01)⁴⁴.

“B” lista os componentes de uma ação, os seus elementos constitutivos que a tornam inteligível: as causas, as pretensões enquanto alegações de direito, a consideração da sua justiça, o seu ordenamento em relação a outras ações, os artificios ou meios pelos quais foi realizada e o seu resultado. Fica mais aparente então que o relato das ações será entremeado com a consideração das causas e consequências destas, assim como com o seu julgamento segundo a justiça – ainda que aqui não fique clara a concepção de justiça que será utilizada no decorrer do *Behemoth*. Contudo, é no último terço do primeiro diálogo que são aclarados o foco do livro e os diferentes pesos atribuídos ao relato e à consideração das causas. Em meio a

⁴³ No original: “If in time, as in place, there were degrees of high and low, I verily believe that the highest of time would be that which passed between the years of 1640 and 1660. For he that thence, as from the Devil’s Mountain, should have looked upon the world and observed the actions of men, especially in England, might have had a prospect of all kinds of injustice, and of all kinds of folly, that the world could afford, and how they were produced by their dams hypocrisy and self-conceit, whereof the one is double iniquity, and the other double folly.”

⁴⁴ No original: “I should be glad to behold that prospect. You that have lived in that time and in that part of your age, wherein men used to see best into good and evil, I pray you to set me (that could not then see so well) upon the same mountain, by the relation of the actions you then saw, and of their causes, pretensions, justice, order, artifice, and event.”

uma longa digressão sobre as universidades, as doutrinas de Aristóteles, a ética, o dever e a religião, “A” expressa preocupação por conta do grau de desvio com relação ao relato dos eventos que levaram à guerra. “B” então responde:

Penso que não divagastes em absoluto; pois suponho que o vosso propósito era familiarizar-me com a história, não tanto daquelas ações que ocorreram no tempo dos últimos distúrbios [*troubles*], mas das suas causas, e daqueles conselhos e artificios pelos quais as fizeram acontecer. Há vários homens que escreveram a história, dos quais eu poderia ter aprendido o que eles fizeram, e também algo dos estratagemas; mas encontro neles pouco do que eu perguntaria (*Behemoth*, I, p. 45)⁴⁵.

De fato, é a consideração das causas da guerra a principal preocupação do *Behemoth*. O relato factual é um mero fio condutor das considerações a respeito dos fatores que levaram à guerra, muitos deles removidos no tempo e no espaço, pois enraizados em doutrinas, ou abstratos, pois determinados pelas paixões naturais aos homens. Faz-se necessário, portanto, principiar pela discussão da ideia de causalidade no *Behemoth*.

1.1 A causalidade no *Behemoth*

É na epístola dedicatória a Sir Henry Bennet, Baron of Arlington, que aparece a primeira indicação do que Hobbes considera como causa da guerra, quando ele afirma que o seu livro “contém a sua semente [da memorável guerra civil nos domínios de Sua Majestade de 1640 a 1660], certas opiniões em teologia e política” (*Behemoth*, v).⁴⁶ Esta passagem é reveladora porque Hobbes põe uma ênfase impressionante no poder das opiniões como determinantes das ações dos homens e, conseqüentemente, como origem das disputas sediciosas.

Para Hobbes as opiniões e as paixões funcionam como os motores das ações, atuando nos dois lados da divisão que ele estabelece desde o princípio do *Behemoth* entre os sedutores e os seduzidos. Quando “B” pergunta como pôde acontecer a guerra quando o Rei possuía um

⁴⁵ No original: “I think you have not digressed at all; for I suppose, your purpose was, to acquaint me with the history, not so much of those actions that passed in the time of the late troubles, as of their causes, and of the councils and artifice by which they were brought to pass. There be divers men that have written the history, out of whom I might have learned what they did, and somewhat also of the contrivance; but I find little in them of what I would ask.”

⁴⁶ No original: “contains the seed of it [the memorable civil war in his Majesty’s dominions from 1640 to 1660], certain opinions in divinity and politics.”

exército tão numeroso e bem suprido, “A” responde que este exército não estava verdadeiramente sob o comando do Rei porque “o povo estava em geral corrompido e pessoas desobedientes eram estimadas os melhores patriotas” (*Behemoth*, I, p. 02).⁴⁷ As opiniões equivocadas com relação ao dever como súdito e ao poder do soberano são uma das explicações do comportamento da população em geral, que teria sido corrompida por doutrinas recebidas de outrem e pela estima em que tinham os que propagavam estas doutrinas. Postos como seduzidos, entretanto, é quitada à população em geral a maior parte da responsabilidade; ao contrário, Hobbes em seguida reforça a sua inconstância e a possibilidade de serem conduzidos, ao afirmar que “havia muito poucos dentre as pessoas comuns que se importavam muito por qualquer das causas, mas teriam tomado qualquer partido por soldo ou pilhagem” (“A”, *Behemoth*, I, p. 02).⁴⁸ Aos homens comuns, a possibilidade de ganho imediato sobrepor-se-ia a outras considerações.

Quando “B” então pergunta como foram as pessoas corrompidas em tal grau e quem os corrompeu (*Behemoth*, I, p. 02), “A” lista sete agentes da sedição, sendo seis propriamente os sedutores e o sétimo a população em geral. São eles: os Papistas, os Presbiterianos, os Independentes e outros sectários, *gentlemen* cuja educação os inclinara à eloquência e às doutrinas da Antiguidade greco-romana, a cidade de Londres e outras grandes cidades mercantis, os que buscavam fortuna, e a população ignorante. Ele então procede à análise de como cada um destes grupos contribuiu para a guerra civil.

Cabe aqui analisar como funciona a causalidade na atribuição de culpa a cada um destes grupos como fatores sediciosos. O primeiro caso analisado, o dos Papistas, é também aquele em que é mais claro o fato de que Hobbes percebe as doutrinas, ou opiniões, como causa no sentido não só de determinar ações, mas também de debilitar a obediência e a crença naqueles elementos que são a base do poder soberano segundo Hobbes, abrindo o caminho para opiniões e ações diretamente sediciosas. Por um lado, Hobbes afirma que os Papistas seduzem por ambição, uma das paixões humanas mais enfatizadas por ele tanto no *Behemoth* quanto no *Leviathan*, pois pretendem ter o direito de governar acima da jurisdição dos reis (*Behemoth*, I, p. 05). Por outro, as doutrinas a respeito da extensão do poder temporal do Papa

⁴⁷ No original: “the people were corrupted generally, and disobedient persons esteemed the best patriots.”

⁴⁸ No original: “there were very few of the common people that cared much for either of the causes, but would have taken any side for pay or plunder.”

e seus bispos analisadas por Hobbes agiram sobre a guerra não só através dos adeptos do catolicismo, mas também pelas consequências apontadas: o enfraquecimento da soberania real e a Reforma.

Hobbes vê nas pretensões papistas de autonomia e isenção da Igreja com relação à jurisdição dos reis uma erosão das fundações da soberania absoluta que ele preconiza, a raiz da crença de que há poderes acima e ao lado dos reis. Quando “A” lista cinco direitos pretendidos pelo Papa em outros reinos – isenção do reconhecimento das cortes civis pelo clero, coletas monetárias, apelos a Roma em todas as causas em que a Igreja poderia pretender ser de sua alçada, juízo supremo acerca de tudo que concerne ao casamento e ao comportamento sexual, e o poder de absolver os súditos dos seus deveres e juramentos de fidelidade ao soberano em caso de heresia – “B” reage da seguinte forma:

Este poder de absolver os súditos da sua obediência, e também aquele outro de ser juiz dos costumes e da doutrina, é uma soberania tão absoluta quanto é possível; e conseqüentemente deve haver dois reinos em uma única e mesma nação, e nenhum homem é capaz de saber qual dos seus dois mestres ele deve obedecer (*Behemoth*, I, p. 08)⁴⁹.

É desta forma indireta, por fazer os homens crerem em uma divisão da soberania e na posse pela Igreja de poderes que Hobbes atribui como indispensáveis ao soberano, que as controvérsias acerca do poder da Igreja agem como causa e tornam-se uma instância da remoção temporal lembrada por MacGillivray quando ele afirma que Hobbes “vê a guerra em termos de longos processos históricos estendendo-se às vezes a períodos remotos da Idade Média” (MACGILLIVRAY, 1970, p. 188)⁵⁰.

A Reforma é também parte da explicação de como os Presbiterianos e os sectários vieram a ser agentes da guerra civil. “A” afirma que

esta controvérsia entre a Igreja Papista e as Igrejas Reformadas não pôde evitar fazer com que cada homem examinasse, da melhor forma possível dentro de suas capacidades, qual deles estava certo de acordo com as Escrituras; e para este fim elas foram traduzidas para as línguas vulgares [...]. E assim a reverência e obediência devida à Igreja Reformada daqui, e aos seus bispos e pastores, foi abandonada, e cada homem tornou-se um juiz da religião e um intérprete das

⁴⁹ No original: “This power of absolving subjects of their obedience, as also that other of being judge of manners and doctrine, is as absolute a sovereignty as is possible to be; and consequently there must be two kingdoms in one and the same nation, and no man be able to know which of his masters he must obey.”

⁵⁰ No original: “sees the war in terms of long historical processes extending sometimes far back into the Middle Ages.”

Escrituras para si mesmo (*Behemoth*, I, pp. 21-22)⁵¹.

Novamente, as doutrinas têm um duplo efeito sobre a segurança da soberania: por um lado, a interpretação privada das Escrituras gerou grandes controvérsias acerca de como a religião deveria ser organizada e praticada, o que abalava a autoridade de um soberano que era também chefe supremo da Igreja da Inglaterra; por outro, ela teve um efeito direto na formação de grupos sediciosos: “esta licença para interpretar a Escritura foi a causa de tantas seitas que, tendo ficado ocultas até o início do reinado do falecido Rei, então apareceram para a perturbação da *commonwealth*⁵²” (“A”, *Behemoth*, I, p. 22).⁵³

Hobbes discorre muito mais longamente sobre os Presbiterianos do que sobre os sectários, sobre os quais apenas assinala, ademais, a sua grande variedade de opiniões e uma defesa da liberdade religiosa, citando por nome os Independentes, os Anabatistas, os Fifth-monarchy-men, os Quakers e os Adamitas. Faz-se necessário ressaltar que Hobbes chama de Presbiterianos aqueles ministros da Igreja comumente chamados assim (“A”, *Behemoth*, I, p. 03) e portanto usa o termo no

sentido amplo e impreciso pelo qual muitos escritores contemporâneos aplicavam-no a uma ampla gama de Puritanos ingleses política e teologicamente conservadores. Essas pessoas assim designadas podiam ou não ser presbiterianos no sentido técnico – usualmente não o eram – mas tampouco elas pareciam ter, para o usuário do termo e pelo menos no momento, as opiniões distintivas dos Independentes ou de outros sectários (MACGILLIVRAY, 1970, p. 188).⁵⁴

É importante ressaltar que Hobbes reúne os Presbiterianos, os Papistas e os diversos sectários como “os inimigos que surgiram contra Sua Majestade a partir da interpretação

⁵¹ No original: “this controversy between the Papist and the Reformed Churches, could not choose but make every man, to the best of his power, examine by the Scriptures, which of them was in the right; and to that end they were translated into vulgar languages [...]. And so the reverence and obedience due to the Reformed Church here, and to the bishops and pastors therein, was cast off, and every man became a judge of religion, and an interpreter of the Scriptures to himself.”

⁵² A tradução mais fiel à etimologia da palavra *commonwealth* é república, e é a adotada, por exemplo, na tradução do *Behemoth* para o francês de Philippe Folliot. Entretanto, *commonwealth* como utilizada aqui não comporta o significado republicano que veio a impregnar a palavra, sendo utilizada para referir-se a unidades políticas sob governo monárquico como a Inglaterra e tendo por vantagem poder englobar sob um só termo a extensão dos domínios do monarca inglês: os reinos da Inglaterra, da Escócia e da Irlanda.

⁵³ No original: “this licence of interpreting the Scripture was the cause of so many several sects, as have lain hid till the beginning of the late King’s reign, and did then appear to the disturbance of the commonwealth.”

⁵⁴ No original: “broad, loose sense in which many con-temporary writers applied it to a wide range of politically and theologically conservative English Puritans. These people so designated might or might not be Presbyterians in the technical sense-usually they were not-but neither did they seem, to the user of the term, to have, for the moment at least, the distinctive views of Independents or other sectaries.”

privada da Escritura” (“A”, *Behemoth*, I, p. 03) ⁵⁵.

A origem das doutrinas sediciosas dos ministros presbiterianos é identificada na teologia em voga nas universidades (*Behemoth*, I, p. 23) e a sua principal forma de corrupção da população dava-se através dos sermões nos púlpitos, em que “se aplicavam completamente a ganhar a simpatia do povo para as suas doutrinas e para que tivessem uma boa opinião das suas pessoas” (“A”, *Behemoth*, I, p. 24).⁵⁶ “A” concede que nem todos entre eles agiram por malícia, mas “muitos deles por erro, ainda que certamente os líderes principais fossem ministros ambiciosos [...] invejando a autoridade dos bispos, os quais eles consideravam menos doutos” (*Behemoth*, I, p. 23).⁵⁷ Isto é, as causas da sedição por parte dos Presbiterianos são o erro em que foram induzidos por doutrinas falsas, e duas paixões, a inveja e a ambição, alimentadas pelas suas opiniões a respeito do seu próprio maior merecimento com relação aos bispos.

O quarto grupo sedicioso é composto pelos *gentlemen* versados na arte da retórica, cujas opiniões políticas tinham origem nas universidades e na leitura dos autores greco-romanos clássicos:

Havia um número muito grande de homens da melhor categoria que haviam sido educados de tal maneira que em sua juventude haviam lido os livros escritos por famosos homens das antigas *commonwealths* gregas e romanas a respeito da sua política e grandes ações; nestes livros o governo popular foi exaltado por meio daquele nome glorioso de liberdade e a monarquia desonrada pelo nome de tirania; eles ficaram desta forma apaixonados pelas suas formas de governo. E destes homens foram escolhidos a maior parte da Câmara dos Comuns, ou se eles não eram a maior parte, contudo pela vantagem da sua eloquência eles eram sempre capazes de influenciar o resto (“A”, *Behemoth*, I, p. 03) ⁵⁸.

Nesta apresentação, fica também claro o peso causal das opiniões: elas conduzem tanto as ações destes homens como agem por meio dos discursos sobre as ações dos outros

⁵⁵ No original: “the enemies which arose against his Majesty from the private interpretation of the Scripture.”

⁵⁶ No original: “applied themselves wholly to the winning of the people to a liking of their doctrines and good opinion of their persons.”

⁵⁷ No original: “many of them out of error, yet certainly the chief leaders were ambitious ministers [...] envying the authority of bishops, whom they thought less learned.”

⁵⁸ No original: “there were an exceeding great number of men of the better sort, that had been so educated, as that in their youth having read the books written by famous men of the ancient Grecian and Roman commonwealths concerning their polity and great actions; in which books the popular government was extolled by that glorious name of liberty, and monarchy disgraced by the name of tyranny; they became thereby in love with their forms of government. And out of these men were chosen the greatest part of the House of Commons, or if they were not the greatest part, yet by advantage of their eloquence, were always able to sway the rest.”

membros do Parlamento. Assim como os Presbiterianos, as doutrinas destes *gentlemen* têm a sua origem nas universidades – de fato, Hobbes discute este grupo em paralelo aos Presbiterianos. Enquanto esses espalharam as suas doutrinas através dos púlpitos, aqueles o fizeram por meio de suas arengas no Parlamento e discursos e conversas através do reino. Assim, também a esses *gentlemen* se concede que nem todos eram maliciosos – alguns estavam de fato convencidos das suas opiniões equivocadas – mas os seus líderes também eram movidos pela inveja, desta vez do “Conselho Privado e dos cortesãos principais, que eles consideravam menos sábios do que eles mesmos” (“A”, *Behemoth*, I, p. 23)⁵⁹, e pela ambição pelas honrarias e cargos que julgavam ser-lhes devidos.

Pouca atenção é dada ao quinto e ao sexto grupos mencionados. A causa da sedição por parte da cidade de Londres e das outras grandes cidades mercantis é explicada em termos de opinião e ambição, por admirar a prosperidade dos Países Baixos, que haviam se revoltado contra o Rei da Espanha, e acreditar que uma mudança de governo na Inglaterra produziria para eles a mesma prosperidade (“A”, *Behemoth*, I, pp. 03-04). Já com relação aos que buscavam fazer fortuna com a guerra, eles eram jovens pobres, homens que haviam desperdiçado as suas fortunas e também aqueles que acreditavam merecer uma fortuna maior do que a que lhes coubera:

Havia um número muito grande daqueles que haviam ou desperdiçado as suas fortunas ou pensavam que a que tinham era muito mesquinha para os talentos que pensavam ter; e havia mais que tinham corpos aptos mas não viam quaisquer meios de obter o seu pão honestamente. Estes ansiavam por uma guerra, e esperavam manter-se doravante escolhendo afortunadamente um partido com que se alinhar, e conseqüentemente serviram, principalmente, àqueles que tinham a maior abundância de dinheiro (“A”, *Behemoth*, I, p. 04)⁶⁰.

A todos estes a busca do ganho levava a servir àqueles que tinham mais dinheiro – ou seja, os sediciosos, já que Hobbes insistiria subseqüentemente no quanto o partido contrário ao Rei controlava a riqueza disponível.

Por fim, “A” retorna à consideração da população em geral como agentes na guerra. Desta vez, é posta mais ênfase no seu pensamento como causa da sua participação na sedição:

⁵⁹ No original: “privy-council and principal courtiers, whom they thought less wise than themselves.”

⁶⁰ No original: “There were a very great number that had either wasted their fortunes, or thought them too mean for the good parts which they thought were in themselves; and more there were, that had able bodies, but saw no means how honestly to get their bread. These longed for a war, and hoped to maintain themselves hereafter by the lucky choosing of a party to side with, and consequently did for the most part serve them that had greatest plenty of money.”

“a população em geral [*the people in general*] era tão ignorante do seu dever que talvez nem um em dez mil soubesse que direito tinha qualquer homem de comandá-lo ou que necessidade havia de que houvesse Rei ou *Commonwealth*, pela qual ele teria que entregar o seu dinheiro contra a sua vontade” (*Behemoth*, I, p. 04).⁶¹ As pessoas comuns não entenderiam as bases, as características ou o propósito da associação política, nem compreenderiam as consequências das suas ações, por faltar-lhes justamente o conhecimento científico da política. “A” afirma que “eles não tinham qualquer regra de equidade, mas sim precedentes e costumes” (*Behemoth*, I, p. 04)⁶² – ou seja, a população pensava a política em bases equivocadas e a sua participação era tanto consequência da falta de instrução sobre o seu dever quanto fruto da sedução por parte de doutrinas propriamente sediciosas propagadas pelos outros grupos. Também a sua preocupação pelo ganho imediato, mencionada anteriormente, e pela proteção do seu dinheiro com relação aos impostos públicos estaria enraizada na falta de ciência, que lhes privaria da consideração de cadeias causais mais longas ou abstratas.

Cabe ressaltar aqui a passagem em que “B” pergunta a causa da aversão ao episcopado na Escócia, pois a resposta de “A” é reveladora sobre a ideia de causalidade na obra: “Sinceramente, eu não sei; eu não posso penetrar nos pensamentos de outros homens mais além do que sou levado pela consideração da natureza humana em geral” (*Behemoth*, I, p. 29).⁶³ A ciência hobbesiana opera com leis gerais; com relação aos homens, escapam-lhe muitas vezes particulares como os objetos das paixões e as constituições específicas de cada homem. As leis gerais em que se baseiam as suas explicações são o funcionamento mecânico da natureza humana e as abstrações dos desejos particulares que são as paixões. “A” prossegue afirmando que a partir da consideração da natureza humana ele percebe que os homens de nobreza e fortuna antigas (*men of ancient wealth and nobility*) não são inclinados a aceitar que pobres estudiosos religiosos (*poor scholars*) sejam seus iguais como bispos e que os escoceses poderiam ter esperança de adquirir dinheiro, espólio e domínio sobre os ingleses como resultado da sua assistência – ou seja, orgulho, cobiça e ambição por poder (*Behemoth*, I, pp. 29-30).

⁶¹ No original: “the people in general were so ignorant of their duty, as that not one perhaps of ten thousand knew what right any man had to command him, or what necessity there was of King or Commonwealth, for which he was to part with his money against his will.”

⁶² No original: “they had no rule of equity, but precedents and custom.”

⁶³ No original: “Truly I do not know; I cannot enter into other men’s thoughts, farther than I am led by the consideration of human nature in general.”

Assim, pode-se afirmar que Hobbes, no *Behemoth*, compreende as causas dos eventos primariamente em termos dos efeitos das paixões humanas e das opiniões no comportamento dos homens. Borot afirma que “a filosofia de Hobbes contribui para a historiografia do período principalmente pelo seu uso da explicação psicológica em termos dos apetites e aversões dos agentes” (BOROT, 2006, p. 324).⁶⁴ De fato, esse é um ponto importante de intersecção da sua historiografia e da sua teoria filosófica, já que nesta Hobbes explica como estes dois fatores – as paixões ou apetites e as opiniões – são determinantes de todas as ações voluntárias. No *Leviathan*, Hobbes afirmou que “as ações dos homens procedem das suas opiniões” (*Leviathan*, II, xviii, 09)⁶⁵: aquilo em que os homens acreditam e aquilo em que são levados a acreditar influenciam os seus apetites e portanto geram as suas ações. No *Behemoth*, então, as causas da guerra civil são encontradas nestes motores da ação humana. Assim, tendo analisado o que Hobbes apresenta como causas no *Behemoth*, faz-se necessário então discutir os dois modos de obtenção do conhecimento das causas segundo o autor, a ciência e a experiência.

1.2 A ciência e a razão

Hobbes considera a ciência justamente o estudo rigoroso das causas e consequências. No *Leviathan* ele afirmou que cada ciência é “um conhecimento de todas as consequências de nomes referentes ao assunto em questão” (*Leviathan*, I, v, 17)⁶⁶ e a ciência em geral é “o conhecimento das consequências e da dependência entre um fato e outro” (*Leviathan*, I, v, 17).⁶⁷ No princípio da ciência ele coloca as definições, definidas como o estabelecimento dos significados das palavras (*Leviathan*, I, iv, 12). O discurso científico começaria por uma correta utilização dos nomes e prosseguiria pelo rigor na sua conexão e determinação das suas consequências, formando afirmações verdadeiras por definição. Esta determinação das consequências dos nomes consiste em desdobrar os atributos contidos nas definições estabelecidas, analisando aquilo que é acarretado por eles assim como os efeitos da definição

⁶⁴ No original: “Hobbes's philosophy contributes to the historiography of its period mainly by its use of psychological explanation in terms of the appetites and aversions of agents.”

⁶⁵ No original: “the actions of men proceed from their opinions.”

⁶⁶ No original: “a knowledge of all the consequences of names appertaining to the subject in hand.”

⁶⁷ No original: “the knowledge of consequences, and dependence of one fact upon another.”

quando utilizada juntamente com outra definição.

Por exemplo, quando Hobbes afirma no *Leviathan* que “o objetivo dos atos voluntários de todo homem é algum *bem para si*” (*Leviathan*, I, xiv, 08)⁶⁸, esta afirmação é compreensível a partir das definições de ação voluntária e bem, pois consiste em um desdobramento das suas consequências quando em conjunto. Vejamos a definição de bem:

o que quer que seja o objeto do apetite ou desejo de qualquer homem é aquilo que ele por sua parte chama *bem*; e o objeto do seu ódio e aversão, *mal* [...]. Pois estas palavras de bem, mal e desprezível são sempre usadas em relação à pessoa que as usa, não havendo nada simples e absolutamente assim, nem qualquer regra geral de bem e mal a ser tirada da natureza dos próprios objetos (*Leviathan*, I, vi, 07).⁶⁹

O bem e o mal, portanto, não são absolutos e não estão contidos na natureza das coisas, mas são individuais, relativos a cada um, que os mede com relação ao seu desejo. Assim, o objetivo de cada homem é um bem *para si* porque não há bem que não seja relativo à pessoa que assim o nomeia.

Já o ato voluntário é “aquele que procede da *vontade*” (*Leviathan*, I, vi, 53).⁷⁰ A vontade não é uma faculdade na definição de Hobbes, mas “o último apetite ao deliberar” (*Leviathan*, I, vi, 53)⁷¹, a conclusão de uma deliberação. Esta deliberação é uma “sucessão alternada de apetites, aversões, esperanças e medos” (*Leviathan*, I, vi, 51)⁷², um cálculo dos desejos cujo resultado é a vontade, este desejo vitorioso do qual decorre (necessariamente, pois Hobbes não reconhece o livre-arbítrio) a ação ou omissão humana. Se a vontade é o desejo que prevaleceu, o objetivo dos atos voluntários é algo que se deseja, o que, como vimos, é o que se chama bem. Assim, é a consideração das definições de ato voluntário e bem e das suas consequências em conjunto que constituem a afirmação acerca dos objetivos necessários de cada ação humana voluntária.

A própria ciência é a consequência do correto uso da razão. Vejamos como Hobbes

⁶⁸ No original: “Of the voluntary acts of every man the object is some *good to himself*.”

⁶⁹ No original: “Whatsoever is the object of any man’s appetite or desire that is it which he for his part calleth *good*; and the object of his hate and aversion, *evil* [...]. For these words of good, evil, and contemptible are ever used with relation to the person that useth them, there being nothing simply and absolutely so, nor any common rule of good and evil to be taken from the nature of the objects themselves.”

⁷⁰ No original: “That which proceedeth from the *will*.”

⁷¹ No original: “The last appetite in deliberating.”

⁷² No original: “Alternate succession of appetites, aversions, hopes and fears.”

define a razão: “Pois a RAZÃO, neste sentido, não é nada mais que *cálculo* (isto é, soma e subtração) das consequências de nomes gerais sobre os quais se concorda para *marcar* e *significar* os nossos pensamentos” (*Leviathan*, I, v, 02).⁷³ A utilização da razão entendida como cálculo é o raciocínio e este cálculo preciso das definições e suas consequências é também o discurso racional-científico, rigoroso porque condicional e nominal, baseado nas relações de consequência entre definições (*Leviathan*, I, vii, 03).

Tal explicação do método científico enquanto cálculo revela características essenciais da concepção de Hobbes acerca da ciência: o seu caráter necessário, determinista, a sua indiscutibilidade, demonstrabilidade e a exaltação das ciências naturais, e em especial da geometria, como modelo do conhecimento. As cadeias causais são compostas de relações necessárias, regidas pelas leis de uma natureza mecanicista. Este caráter necessário estende-se à esfera humana:

porque cada ato da vontade do homem e cada desejo e inclinação procede de alguma causa, e esta de outra causa em uma cadeia contínua [...], eles provêm da *necessidade*. De forma que para aquele que pudesse ver a conexão daquelas causas, a necessidade das ações voluntárias de todos os homens mostrar-se-ia manifesta (*Leviathan*, II, xxi, 04).⁷⁴

Quando Hobbes afirmou no *Leviathan* que muita ciência chama-se sapiência (*sapience*) e que esta é infalível (*Leviathan*, I, v, 21), é porque o seu método baseia-se neste cálculo de relações necessárias – um método que ele afirma extrair diretamente da geometria, que através dele atingira conclusões indiscutíveis (*Leviathan*, I, v, 07).

Esta ciência que é o cálculo dos significados é indistinta da filosofia. Na tabela que acompanha o capítulo IX, “*Of the Several Subjects of Knowledge*”, consta o seguinte: “CIÊNCIA, isto é, conhecimento das consequências; que é também chamado FILOSOFIA” (*Leviathan*, I, ix, 48)⁷⁵, embora na versão latina deste capítulo o conhecimento das consequências seja a ciência e o registro deste conhecimento seja chamado de filosofia (*Leviathan*, I, ix (OL), 01).⁷⁶ Contudo, o filósofo é “aquele que tem pretensão ao raciocínio”⁷⁷

⁷³ No original: “For REASON, in this sense, is nothing but *reckoning* (that is, adding and subtracting) of the consequences of general names agreed upon for the *marking* and *signifying* of our thoughts.”

⁷⁴ No original: “because every act of man’s will and every desire and inclination proceedeth from some cause, and that from another cause in a continual chain [...], they proceed from *necessity*. So that to him that could see the connection of those causes, the necessity of all men’s voluntary actions would appear manifest.”

⁷⁵ No original: “SCIENCE, that is, knowledge of consequences; which is called also PHILOSOPHY.”

⁷⁶ As citações das variantes da versão latina do *Leviathan* vêm assinaladas com (OL) após a identificação do

(*Leviathan*, I, ix, 01) e a definição de filosofia coloca-nos novamente à frente do raciocínio das causas e conseqüências que, como vimos, é a ciência: “Por FILOSOFIA entende-se o conhecimento adquirido pelo raciocínio a partir da maneira da geração de alguma coisa até as suas propriedades, ou a partir das propriedades até alguma forma possível de geração da mesma” (*Leviathan*, IV, xlvi, 01).⁷⁸

Em síntese, o método científico, que é também o filosófico, é o cálculo rigoroso das conseqüências das definições dos significados dos termos. O que Hobbes afirma quando diz partir de definições é que o seu discurso é demonstrável, que o seu método é racional e não o método da autoridade, do recurso às Escrituras, à tradição na forma dos precedentes ou à autoridade e antiguidade de autores como, no caso da política, Aristóteles. Hobbes afirma que “aqueles homens que tiram a sua instrução da autoridade de livros e não da sua própria reflexão [estão] tão abaixo da condição dos homens ignorantes quanto homens dotados da verdadeira ciência estão acima dela” (*Leviathan*, I, iv, 13)⁷⁹, pois a ciência verdadeira começa com definições corretas e não com doutrinas aceitas pela autoridade daquele que as proferiu, sem exame. O historiador Christopher Hill, ao comentar as dificuldades de aceitação das novas ideias científicas, escreveu:

Deparamo-nos com muitos ‘bloqueios no pensamento’. Eles podem ser resumidos todos no respeito pela autoridade e no medo de razões independentes. [...] Os homens tinham sempre de ter uma autoridade em que se apoiar. Contra o Rei podiam ser usados os estatutos do Parlamento, a *common law*, precedentes medievais; contra os Bispos os homens apelavam para o Novo Testamento, para a Igreja primitiva (HILL, 1980, p. 91).⁸⁰

Assim, em um mundo em que os homens, em seus debates, contrapunham autoridades, Hobbes afirmava a superioridade e a necessidade da nova ciência, de Bacon, de Descartes, daquela “recusa em aceitar a autoridade tradicional, [daquela] prontidão em testar tudo pela

capítulo.

⁷⁷ No original: “him that pretends to reasoning.”

⁷⁸ No original: “By PHILOSOPHY is understood the knowledge acquired by reasoning from the manner of the generation of anything to the properties, or from the properties to some possible way of generation of the same.”

⁷⁹ No original: “those men that take their instruction from the authority of books, and not from their own meditation, [are] as much below the condition of ignorant men as men endued with true science are above it.”

⁸⁰ No original: “we meet with many ‘stops in the mind.’ They can all be summed up as respect for authority and fear of independent reasons. [...] Always men had to have an authority to lean on. Against the King one could set up Parliamentary statutes, the common law, medieval precedent; against Bishops men appealed to the New Testament, to the primitive Church.”

razão e pelo experimento” (HILL, 1980, p. 93)⁸¹ que no *Behemoth* transparece na recorrente crítica às universidades da época, na ênfase nas doutrinas equívocas que levaram os homens à guerra e, principalmente, na ideia de que a guerra ocorreu porque aos homens lhes faltava o conhecimento da verdadeira ciência da política e por isso baseavam as suas ações em costumes, precedentes e autoridades.

A concepção de ciência e as proposições científicas de Hobbes permeiam o *Behemoth* especialmente de forma velada, como pressuposto na argumentação, como quando ele explica a guerra em função da falta de conhecimento acerca das verdades científicas no campo da política. Assim, por exemplo, o funcionamento do sentido da visão enquanto movimento do visto que afeta necessariamente a mente daquele que vê, explicado cientificamente nos seus trabalhos de ótica e no primeiro capítulo do *Leviathan*, é dado como fato aceito no *Behemoth* e é parte da explicação de como a afirmação da luxúria carnal como pecado dava poder aos religiosos enquanto confessores, pois os fiéis não podiam evitar incorrer numa falta que era uma reação necessária de acordo com a natureza dos sentidos (“A”, *Behemoth*, I, pp. 25-26). Nas explicações também aparecem como verdades estabelecidas proposições científicas demonstradas nas obras teóricas de Hobbes, as quais estavam longe de ser geralmente aceitas, como a de que todas as ações dos homens têm como objetivo a busca dos seus interesses (“B”, *Behemoth*, I, p. 29; *Leviathan*, I, xiv, 08), a de que toda lei, inclusive a *common law*, só tem a força dada a ela pelo soberano (“A”, *Behemoth*, I, p. 37; *Leviathan*, II, xxvi), e a teoria do contrato como base da soberania (“A”, *Behemoth*, III, p. 152; *Leviathan*, II, xviii), para ficarmos em alguns exemplos.

Certamente, é a teoria da soberania a mais invocada no *Behemoth* como argumento na discussão da guerra. “A” afirma que os membros do Parlamento não compreendiam os direitos essenciais da soberania e por isso podiam sonhar com um poder misto, dividido entre o Rei, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns. Tivessem eles conhecimento da ciência política, eles saberiam que este seria “um poder dividido, no qual não poderia haver qualquer paz” (“A”, *Behemoth*, III, p. 125)⁸² pois Hobbes acreditava ter demonstrado a indivisibilidade do poder soberano. Quando “A” diz que “a virtude de um súdito está compreendida

⁸¹ No original: “refusal to accept traditional authority, [that] readiness to test everything by reason and experiment.”

⁸² No original: “a divided power, in which there could be no peace.”

inteiramente na obediência às leis da *commonwealth*” (*Behemoth*, I, p. 44)⁸³ e que “sem tal obediência a *commonwealth* (que é a segurança e proteção de todo súdito) não pode subsistir” (*Behemoth*, I, p. 44)⁸⁴, ele está declarando, sem exame, a teoria da “relação mútua entre a proteção e a obediência” (*Leviathan*, R&C, 17)⁸⁵ cuja demonstração científica ele colocara como o propósito maior do *Leviathan*. No *Behemoth*, contudo, a sua verdade é afirmada e utilizada na explicação da guerra, já que a própria ocorrência desta seria a demonstração da validade da teoria.

O caráter necessário e a indiscutibilidade da ciência ficam evidentes no *Behemoth* pela afirmação de que se as pessoas fossem instruídas na “ciência do *justo* e do *injusto* [...] a partir de princípios verdadeiros e demonstração evidente” (“A”, *Behemoth*, I, p. 39)⁸⁶, a sedição não ocorreria. Quando “B” pergunta se teria havido algum homem tão singular a ponto de ter estudado e aprendido esta ciência que deveria ser ensinada, “A” faz a referência indireta mais óbvia da obra ao apontar o próprio Hobbes e os seus livros de teoria política: “as regras do *justo* e do *injusto*, suficientemente demonstradas e a partir de princípios evidentes até mesmo para os de menor capacidade, não faltam; e não obstante a obscuridade do seu autor, têm brilhado não só neste como também em países estrangeiros, entre homens de boa educação” (*Behemoth*, I, p. 39).⁸⁷ A ciência hobbesiana é o modo correto e rigoroso de compreender a política e, portanto, é ao mesmo tempo o antídoto para a guerra civil, explicada em tão grande parte pelas opiniões equivocadas dos seus agentes.

“A” afirma que a política é uma ciência construída sobre princípios certos e claros dos quais se derivam conexões e regras necessárias (*Behemoth*, IV, p. 159)⁸⁸. Contudo, cabe lembrar que Hobbes afirmou derivar a sua política, “os direitos do poder soberano e o dever dos súditos [...] a partir da natureza dos homens, conhecida por nós pela experiência, e de

⁸³ No original: “the virtue of a subject is comprehended wholly in obedience to the laws of the commonwealth.”

⁸⁴ No original: “without such obedience the commonwealth (which is every subject’s safety and protection) cannot subsist.”

⁸⁵ No original: “mutual relation between protection and obedience.”

⁸⁶ No original: “science of *just* and *unjust* [...] from true principles and evident demonstration.”

⁸⁷ No original: “The rules of *just* and *unjust* sufficiently demonstrated, and from principles evident to the meanest capacity, have not been wanting; and notwithstanding obscurity of their author, have shined, not only in this, but also in foreign countries, to men of good education.”

⁸⁸ “For it is a science, and built upon sure and clear principles [...]. And who was there in the Parliament or in the nation, that could find out those evident principles, and derive from them the necessary rules of justice, and the necessary connexion of justice and peace?”

definições (de tais palavras que são essenciais a todo raciocínio político)” (*Leviathan*, III, xxxii, 01).⁸⁹ Assim, o método científico é apenas um dos elementos desta ciência – faz-se necessário agora voltar-nos para o outro modo do conhecimento, a experiência.

1.3 A experiência, a sabedoria e a prudência

Hobbes baseia a experiência nos sentidos, através dos quais os homens experimentam o externo, e a sua compreensão do funcionamento dos sentidos é mecanicista, uma contraposição de movimentos: “A causa dos sentidos é o corpo, ou objeto, externo, que pressiona o órgão próprio a cada sentido [...], cuja pressão [...] continua internamente até o cérebro e o coração, causando aí uma resistência, ou contrapressão” (*Leviathan*, I, i, 04)⁹⁰, que forma a percepção das qualidades sensíveis. É significativo que Hobbes comece a exposição da sua teoria no *Leviathan* justamente pelos sentidos, pois deriva deles todas as concepções que se formam nas mentes dos homens e, portanto, toda a sua experiência: “Pois não há nenhuma concepção na mente de um homem que não tenha sido primeiramente gerada, no todo ou por partes, pelos órgãos dos sentidos” (*Leviathan*, I, i, 02).⁹¹ Sendo a memória a recordação das percepções dos sentidos (*Leviathan*, I, ii, 03), Hobbes afirma que “muita memória, ou memória de muitas coisas, é chamada *experiência*” (*Leviathan*, I, ii, 04).⁹²

A experiência é, assim, o conjunto das percepções do externo. Para Hobbes, é através dos sentidos que os homens concebem o mundo e é desta forma, pela observação, no caso, de si e dos outros homens, que a experiência revela a natureza humana. Além do seu papel como modo de obtenção de conhecimento, a experiência possui um papel de comprovação das demonstrações racionais e também pode ser o lugar da própria demonstração da proposição científica, pois Hobbes afirma que a sua doutrina sobre os homens não admite nenhuma outra

⁸⁹ No original: “the rights of sovereign of sovereign power, and the duty of subjects [...] from the nature of men, known to us by experience, and from definitions (of such words as are essential to all political reasoning).”

⁹⁰ No original: “The cause of sense is the external body, or object, which presseth the organ proper to each sense [...]; which pressure [...] continued inwards to the brain and heart, causeth there a resistance, or counter-pressure.”

⁹¹ No original: “For there is no conception in a man’s mind which hath not at first, totally or by parts, been begotten upon the organs of sense.”

⁹² “Much memory, or memory of many things, is called *experience*.”

demonstração exceto o exame por parte do leitor, que deve considerar se não encontra o mesmo em si e nos demais (*Leviathan*, intro, 04), ou seja, a sua experiência.

A experiência funciona não só por meio da percepção direta, mas também como elemento das conjecturas a respeito do passado ou do futuro. Estas são considerações sobre as causas e as consequências baseadas na memória das experiências e no discernimento de quais experiências se aplicam a cada caso:

Por vezes um homem deseja conhecer o resultado de uma ação; e então ele pensa em uma ação passada similar, e nos resultados de uma após a outra; supondo que resultados similares se seguirão a ações similares. [...] Este tipo de pensamentos é chamado *previsão*, e *prudência*, [...] e às vezes *sabedoria*; ainda que tal conjectura, pela dificuldade em observar todas as circunstâncias, seja muito falaciosa (*Leviathan*, I, iii, 07).⁹³

Entretanto, não só o uso da experiência em conjecturas é chamado prudência, mas também o próprio conjunto da experiência. No *Leviathan* Hobbes afirmou que “assim como muita experiência é *prudência*, muita ciência é *sapiência*” (*Leviathan*, I, v, 21)⁹⁴ – a maioria dos homens guiar-se-ia apenas pela sua experiência, pela prudência, ainda que a experiência seja elemento do pensamento científico, como de todo pensamento.

Enquanto que a ciência é certa, condicional e geral, a experiência por si é particular e incerta: “observar pela experiência, e lembrar todas as circunstâncias que podem alterar o resultado, é impossível” (*Leviathan*, I, v, 22).⁹⁵ No *Behemoth* Hobbes ressalta que a consideração da experiência pode ser tão falha a ponto de produzir ações contrárias à razão, como a superstição que levou o Conde de Arundel ao comando do exército do Rei porque um antepassado seu havia derrotado os escoceses no passado, de forma que se esperava dele o mesmo sucesso (“B” e “A”, *Behemoth*, I, pp. 30-31). Mesmo a consideração de uma experiência imediata como a guerra civil por aqueles que a viveram pode não ensinar as relações causais corretas, ou o seu ensinamento pode ser extremamente fugaz – “B” adverte “A” do caráter transitório da experiência quando confrontada com os interesses particulares

⁹³ No original: “Sometimes a man desires to know the event of an action; and then he thinketh of some like action past, and the events thereof one after another; supposing like events will follow like actions. [...] Which kind of thoughts is called *foresight*, and *prudence*, [...] and sometimes *wisdom*, though such conjecture, through the difficulty of observing all circumstances, be very fallacious.”

⁹⁴ No original: “as much experience is *prudence*, so is much science *sapience*.”

⁹⁵ No original: “to observe by experience, and remember all circumstances that may alter the success, is impossible.”

quando lhe diz que “se vós pensais que as últimas aflições os fizeram mais sábios, estas serão rapidamente esquecidas, e então nós não estaremos mais sábios do que antes” (*Behemoth*, I, p. 39).⁹⁶

Por causa da pior consideração da cadeia das consequências e das falhas da percepção e da memória, as ações guiadas apenas pela experiência são dadas a erros que a razão científica evitaria. Hobbes insiste no *Behemoth* que a muitos homens envolvidos na sedição não lhes faltava experiência, mas esta não era suficiente. A prudência seria suficiente para os assuntos privados, mas não para os públicos, para os quais é necessária a ciência: “para o governo de uma *commonwealth*, nem o engenho, nem a prudência, nem a diligência são suficientes, sem regras infalíveis e a verdadeira ciência da equidade e da justiça” (“A”, *Behemoth*, I, p. 70).⁹⁷ Ademais, a prudência não só é falha e inadequada aos assuntos públicos, como também é perigosa porque os homens que têm uma forte opinião acerca da sua própria sabedoria são inclinados à ambição por cargos que acreditam lhes ser devidos (*Leviathan*, I, xi, 13) – quando esta ambição não é satisfeita, ela pode tornar-se causa de ações sediciosas.

De fato, a experiência por si mesma não passa de opinião, com toda a possibilidade de equívoco e perigo de discórdia e sedição que Hobbes atribui a esta. Assim, para que a experiência da guerra civil seja aquela memória instrutiva sobre a lealdade e a justiça que Hobbes afirma estar contida no seu *Behemoth* (*Behemoth*, v), seria preciso considerar a experiência por meio da ciência, utilizando definições rigorosas e o cálculo das causas e consequências, de modo a extrair desta não mais equívocos e opiniões contrárias à paz da *commonwealth*, mas sim lições sobre as verdades acerca do dever, da soberania e do comportamento dos homens.

A prudência não basta para guiar os homens nos assuntos públicos e a memória, a recordação da experiência, não resulta de forma infalível na compreensão das relações causais necessárias. A memória pode, contudo, ser instrutiva, mas não qualquer memória, conforme pensada por qualquer homem. Para que a memória da guerra civil seja de fato esclarecedora,

⁹⁶ No original: “if you think the late miseries have made them wiser, that will quickly be forgot, and then we shall be no wiser than we were.”

⁹⁷ No original: “for the government of a commonwealth, neither wit, nor prudence, nor diligence, is enough, without infallible rules and the true science of equity and justice.”

Hobbes retira lições da experiência através do uso da ciência. Ele percebe a ignorância dos homens e as doutrinas equívocas como causa importante das guerras civis e busca insistentemente corrigir a primeira e refutar as segundas. Pocock ressalta

quanto espaço [Hobbes] devotou à refutação de tais ideias como a de que a lei é lei porque é costume imemorial: vários parágrafos do *Leviathan*, a maior parte do *Dialogue of the Common Laws* e muito do *Behemoth* são dirigidos para este fim, e em todos estes trabalhos encontramos a história inglesa interpretada à luz das ideias características de Hobbes de modo a formar uma crítica radical às crenças tradicionais dos seus compatriotas (POCOCK, 1987, p. 162).⁹⁸

É na experiência que ele percebe os problemas para a solução dos quais ele erige a sua teoria política e é através do enquadramento da experiência pela ciência que ele busca revelá-los e solucioná-los.

Assim, Hobbes fundamenta o *Behemoth* nos dois modos do conhecimento, a ciência e a experiência, constituindo a obra em um espaço de intersecção entre o específico e o geral, entre os fatos e as concepções abstratas, entre a experiência da guerra civil e a ciência política hobbesiana. A ciência fornece-lhe as bases da sua explicação com a sua noção do funcionamento causal e a sua teoria científica da natureza humana fornece as bases da causalidade e entendimento das ações humanas. Desta forma, no *Behemoth*, encontramos um diálogo entre a ciência e a experiência, em que a experiência informa a ciência ao passo que esta lê e enquadra a experiência, com vistas a torná-la compreensível, rigorosa e instrutiva. Hobbes utiliza a experiência escrita enquanto história racional para comunicar a ciência e instruir os homens ignorantes, de forma a influenciar as suas opiniões e conseqüentemente as suas ações e portanto modificar a cadeia causal da sedição.

⁹⁸ No original: “how much space [Hobbes] devoted to refutation of such ideas as that law is law because it is immemorial custom: several paragraphs of *Leviathan*, the greater part of the *Dialogue of the Common Laws* and much of *Behemoth* are directed to this end, and in all these writings we find English history interpreted in the light of Hobbes’s characteristic ideas to form a radical criticism of the traditional beliefs of his countrymen.”

2. A natureza da sedição

Hobbes constrói o seu *Behemoth* com os dois modos do conhecimento, a ciência e a experiência, mas enquanto que a experiência da instabilidade política inglesa no século XVII é matéria explícita da sua história, os argumentos científicos são muitas vezes apresentados como proposições aceitas ou manifestas, dados evidentes a partir da observação. Estes argumentos foram rigorosamente definidos, analisados e defendidos nas obras propriamente teóricas de Hobbes, de forma que, tendo discutido as bases teóricas do conhecimento para Hobbes, é preciso então atentar para a sua ciência da natureza humana. Para tal, consideremo-la primeiramente conforme exposta sistematicamente no *Leviathan* e em seguida a sua análise no *Behemoth*, de forma a manter no contraste as diferenças entre as duas obras.

Apesar da base comum e de uma grande conformidade no conteúdo, as duas obras têm propósitos e métodos distintos, os quais se refletem no objeto deste estudo. Enquanto que no *Leviathan* a natureza humana é definida, calculada e exposta segundo o método científico defendido por Hobbes, no *Behemoth* ela encontra-se por todo o texto em considerações sobre os eventos e as causas destes, como pressuposto argumentativo e elemento explicativo. Tanto “A” como “B” tratam a natureza humana como dada, como fato da experiência. Por exemplo, “A” afirma que a doutrina pregada pelos Presbiterianos de que era pecado que homens e mulheres sentissem deleite ao contemplar a forma um do outro “levou rapazes ao desespero e a pensar que estavam condenados, porque não podiam (o que nenhum homem pode, e é contrário à constituição natural [*the constitution of nature*]) contemplar um objeto apazível sem deleite” (*Behemoth*, I, p. 26)⁹⁹ – como afirmado anteriormente, o pressuposto em que se baseia esta afirmação é a explicação hobbesiana do funcionamento dos sentidos, em especial da visão, e da necessidade das ações humanas. “B” utiliza-se do argumento da natureza humana da seguinte forma na discussão sobre a interpretação das Escrituras:

Não compreendo para que fim elas foram traduzidas para o inglês, e a todo homem não só lhe permitiram, como também lhe exortaram, que as lesse. Pois o que isto poderia produzir exceto diversidade de opiniões, e conseqüentemente (conforme é a natureza do homem) controvérsia, a falta de benevolência, a desobediência e por fim a rebelião? (*Behemoth*, I, p. 52)¹⁰⁰.

⁹⁹ No original: “brought young men into desperation and to think themselves damned, because they could not (which no man can, and is contrary to the constitution of nature) behold a delightful object without delight.”

¹⁰⁰ No original: “I understand not to what end they were translated into English, and every man not only

Aqui também a natureza evidente é de fato a teoria hobbesiana sobre os homens, particularmente a inconstância dos nomes relativos, a individualidade das percepções, o mecanismo das ações e a ideia de que a diversidade natural de opiniões leva necessariamente à discórdia e à guerra.

Esta espécie de uso implícito da ciência hobbesiana no *Behemoth* concentra-se, no que concerne à natureza humana, no seu emprego como argumento explicativo – em especial no uso das paixões e opiniões como motores das ações humanas e como base das considerações sobre a política –, como causa da sedição e como fundamento da possibilidade instrutiva da história da guerra civil sobre o comportamento dos homens e sobre a política. Como tratado no início do primeiro capítulo, Hobbes principia o seu *Behemoth* afirmando que o período da guerra é um ponto privilegiado de observação das ações humanas (“A”, *Behemoth*, I, p. 01). Lembrando que Hobbes também chama a sua política, calcada na obediência, de “ciência do justo e do injusto” (“A”, *Behemoth*, I, p. 39), é significativo que na sua epístola dedicatória Hobbes afirme que “não pode haver nada mais instrutivo acerca da lealdade e da justiça do que será a memória, enquanto dure, desta guerra” (*Behemoth*, v) ¹⁰¹. No *Behemoth*, Hobbes observa as ações humanas, considera essa experiência cientificamente e apresenta-a como memória instrutiva, como história.

No *Leviathan*, Hobbes não só elabora e expõe uma teoria da natureza humana, como afirma ter derivado dela e das definições o fundamento e a forma da sua ciência política. É na natureza humana, também, que Hobbes enraíza o problema que o seu Leviatã vem resolver: “aquela miserável condição de guerra, que é necessariamente consequente (como foi mostrado) às paixões naturais dos homens, quando não há poder visível para mantê-los em reverente temor” (*Leviathan*, II, xvii, 01)¹⁰² – pois ele encontra na natureza do homem as causas da discórdia e da sedição.

permitted, but also exhorted, to read them. For what could that produce, but diversity of opinion, and consequently (as man’s nature is) disputation, breach of charity, dis-obedience, and at last rebellion?”

¹⁰¹ No original: “there can be nothing more instructive towards loyalty and justice than will be the memory, while it lasts, of that war.”

¹⁰² No original: “that miserable condition of war, which is necessarily consequent (as hath been shown) to the natural passions of men, when there is no visible power to keep them in awe”

2.1 A mecânica da natureza humana no *Leviathan*

A ideia de ciência como cálculo racional das causas e consequências corresponde a uma concepção mecanicista do mundo. A natureza a que se refere Hobbes não é aristotélica nem escolástica, não é uma ordem natural ou divina enquadrando as criaturas, hierarquizando-as e dirigindo-as aos seus fins diferenciados e complementares (RIBEIRO, 1999, pp. 177-8). Como ressalta Lebrun, “a natureza de Hobbes é a do mecanicismo: não é mais a *physis* teleológica de Aristóteles” (LEBRUN, 1984, p. 43). Para tudo na natureza há não uma finalidade mas uma causa, e conseqüentemente uma explicação racional, de forma que é racional a sua própria estrutura e funcionamento – ela é regida por leis e funciona por cadeias causais. Também a natureza humana, cognoscível pela experiência (*Leviathan*, III, xxxii, 01), não só pode ser explicada em termos científicos como ela também, como tudo o mais, se daria por relações necessárias de causas e conseqüências.

Um aspecto importante desta natureza humana é a sua imutabilidade no tempo e no espaço. Ribeiro opõe a visão de Hobbes à ideia de educabilidade de Rousseau, ressaltando que para Hobbes não é possível modificar a natureza humana (RIBEIRO, 1999, p. 29). A natureza do seu contemporâneo era idêntica à de qualquer homem que existia então ou que existira outrora, e por isso a variedade das demonstrações da natureza humana — é possível apreendê-la na experiência do leitor (por exemplo, *Leviathan*, I, xiii, 10), na vida dos “povos selvagens” da América (*Leviathan*, I, xiii, 11), a partir de exemplos da história romana (por exemplo, *Leviathan*, II, xxix, 20) ou de outros povos, na guerra civil inglesa:

E não duvido que muitos homens tenham estado contentes em ver os últimos distúrbios [*troubles*] na *Inglaterra*, por conta de uma imitação dos Países Baixos, supondo que não se precisaria nada mais para enriquecer do que mudar, como eles mudaram, a forma do seu governo. Pois a constituição da natureza do homem é por si mesma sujeita a desejar a novidade (*Leviathan*, II, xxix, 13)¹⁰³.

A política hobbesiana não busca modificar uma natureza que é então universal e invariável, mas sim lidar com ela da forma mais adequada a partir de um correto entendimento de seu funcionamento. O espaço político define-se na intersecção da natureza e do artifício das leis e dos pactos que lidam com essa matéria que é o homem, de forma que “o

¹⁰³ No original: “And I doubt not but many men have been contented to see the late troubles in *England*, out of an imitation of the Low Countries; supposing there needed no more to grow rich than to change, as they had done, the form of their government. For the constitution of man’s nature is of itself subject to desire novelty.”

construtivismo político hobbesiano apoia-se no invariante de uma natureza humana que o estado civil jamais transforma” (SOUBBOTNIK, 2012, s/p).¹⁰⁴ Não há uma oposição entre paixões naturais e razão ou uma superação das primeiras, como ressalta Matos:

O homem que sai do estado de natureza e ingressa no Estado Civil não pode ser entendido como o indivíduo passional que se converteu em racional. O indivíduo [...] é o mesmo, pois a natureza humana é invariante. Ele é um ser desejante e calculador, um ser de paixão e de razão (MATOS, 2007, p. 91).

Também não há corrupção na natureza humana: o homem hobbesiano não é nem pecador — “Os desejos e outras paixões do homem não são em si mesmos nenhum pecado. Nem o são as ações que procedem destas paixões, até que eles conheçam uma lei que as proíba” (*Leviathan*, I, xiii, 10)¹⁰⁵ — nem passível de perfeição: é positividade, desejos. Como afirma Ribeiro, “deve-se a essa positividade que nunca haja perfeição para o homem: é por recusar o homem agostiniano, gravado pela falta, que Hobbes desconhece o tomista, finalizado pela perfeição” (RIBEIRO, 1999, p. 211). A natureza do homem, portanto, não muda, e ele só pode, e deve, ser continuamente instruído (*Leviathan*, II, xxx, 02-14) em matéria de opiniões e doutrinas, e não educado, modificado, em sua natureza, em suas paixões, seu funcionamento.

O funcionamento dos sentidos:

Hobbes principia o *Leviathan* com uma primeira parte sobre a matéria e o artífice do Estado chamada *Of Man* e um capítulo sobre os sentidos intitulado *Of Sense*. Como dito anteriormente, ele deriva dos sentidos toda a experiência dos homens: “não há nenhuma concepção na mente de um homem que não tenha sido primeiramente gerada, no todo ou por partes, pelos órgãos dos sentidos” (*Leviathan*, I, i, 02).¹⁰⁶ Os sentidos funcionariam por uma contraposição mecânica de movimentos, em que o corpo externo realizaria uma pressão no cérebro e no coração, provocando então neles uma resistência ou contrapressão, um movimento voltado ao externo (*Leviathan*, I, i, 04). Diferentes pressões e constituições do

¹⁰⁴ No original: “le constructivisme politique hobbien s’adosse à l’invariant d’une nature humaine que l’état civil ne transforme jamais.”

¹⁰⁵ No original: “The desires and other passions of man are in themselves no sin. No more are the actions that proceed from those passions, till they know a law that forbids them.”

¹⁰⁶ No original: “there is no conception in a man’s mind which hath not at first, totally or by parts, been begotten upon the organs of sense.”

corpo gerariam movimentos diferentes e portanto percepções diferentes do externo (*Leviathan* I, i, 04; I, iv, 24).

Esses movimentos são chamados por Hobbes no seu capítulo sobre as paixões e os discursos que as expressam de *animal motion* ou *voluntary motion*, distinguindo-os dos movimentos vitais como a corrente sanguínea e a respiração, que são contínuos ao invés de uma reação aos objetos externos (*Leviathan*, I, vi, 01). Hobbes divide esses movimentos entre aqueles em direção ao objeto e em repulsa a ele:

Esses pequenos começos de movimento no interior do corpo do homem, antes que apareçam nos atos de caminhar, falar, golpear e outras ações visíveis, são comumente chamados ENDEAVOUR [um esforço ou tentativa de atingir algo].

Esta *endeavour*, quando é voltada em direção a algo que a causa, é chamada APETITE ou DESEJO [...]. E quando a *endeavour* é na direção contrária de algo, é geralmente chamada de AVERSÃO (*Leviathan*, I, vi, 01-02).¹⁰⁷

Apetite ou desejo e aversão são assim os diferentes movimentos em resposta aos sentidos e as duas divisões gerais das paixões.

Hobbes salienta que estes princípios contradizem as doutrinas ensinadas em “todas as universidades da Cristandade, com base em certos textos de *Aristóteles*” (*Leviathan*, I, i, 05).¹⁰⁸ Leijenhorst afirma que há dois pontos principais de repúdio da parte de Hobbes com relação às doutrinas aristotélicas: a percepção como não-mecânica, como um processo que realiza as potencialidades internas da alma, e como relacionada a qualidades com existência real nos objetos percebidos (LEIJENHORST, 2007, p. 84). Com relação ao segundo ponto, Hobbes afirmava que “ainda que a uma certa distância o objeto real pareça investido ele mesmo da aparência que ele gera em nós, o objeto é uma coisa, a imagem ou aparência é outra” (*Leviathan*, I, I, 4).¹⁰⁹ As percepções seriam concepções mentais, movimentos internos de contrapressão que responderiam pela diversidade e disparidade das percepções com relação a um objeto. Leijenhorst afirma que

¹⁰⁷ No original: “These small beginnings of motion within the body of man, before they appear in walking, speaking, striking, and other visible actions, are commonly called ENDEAVOUR.

“This endeavour, when it is toward something which causes it, is called APPETITE or DESIRE [...]. And when the endeavour is fromward something, it is generally called AVERSION.”

¹⁰⁸ No original: “all the universities of Christendom, grounded upon certain texts of *Aristotle*.”

¹⁰⁹ No original: “though at some certain distance the real and very object seem invested invested with the fancy it begets in us, yet still the object is one thing, the image or fancy is another.”

a subjetividade das qualidades sensíveis era uma parte integral do pensamento mecânico do século XVII em geral. Se o mundo natural é reduzido a nada mais do que matéria em movimento, o outro lado da moeda é que simplesmente todas as qualidades que percebemos no mundo são fenômenos mentais subjetivos (LEIJENHORST, 2007, p. 90).¹¹⁰

Ao explicar por que os homens não compreendem as propriedades do movimento, Hobbes afirma que “os homens medem, não só os outros homens, mas todas as outras coisas, por eles mesmos” (*Leviathan*, I, ii, 01).¹¹¹ É esse ponto da subjetividade das percepções de particular interesse por conta das suas consequências para o funcionamento das paixões e ações na teoria hobbesiana. A mecânica dos sentidos comporta a variedade e a inconstância das percepções dos homens, e portanto da sua experiência, enquadrando o particular em leis gerais. A constituição do corpo humano particular e as experiências anteriores influem nas percepções e por conseguinte nas próprias palavras:

Os nomes de tais coisas que nos afetam, isto é, que nos agradam [*please*] e desagradam [*displease*], porque todos os homens não são afetados da mesma forma pela mesma coisa, nem o mesmo homem em todos os momentos, são de significado *inconstante* nos discursos comuns dos homens. Pois tendo em vista que todos os nomes são impostos para significar as nossas concepções, e que todas as nossas afeições não são mais do que concepções, quando concebemos as mesmas coisas diferentemente, dificilmente podemos evitar nomeá-las diferentemente. Pois ainda que a natureza daquilo que concebemos seja a mesma, a diversidade da nossa recepção, relacionada com diferentes constituições do corpo e preconceitos de opinião, dá a tudo um traço das nossas diferentes paixões (*Leviathan*, I, iv, 24).¹¹²

É preciso atentar para as várias considerações sobre a percepção presentes nesta passagem. Por conta do movimento de pressão que efetuam sobre os homens, todo objeto percebido afeta aquele que percebe e Hobbes afirma que este efeito é de agrado, prazer [*pleasure*] ou desagrado, desprazer [*displeasure*] – isto porque pode causar um movimento ou de repulsa ou de aproximação (um apetite, desejo, ou uma aversão) mas em todo caso o efeito da percepção é uma concepção mental em forma de paixão. Hobbes ressalta a inconstância e a variabilidade, pois um mesmo objeto causa diferentes percepções e paixões em diferentes

¹¹⁰ No original: “The subjectivity of sensible qualities was an integral part of seventeenth-century mechanical thinking in general. If the natural world is reduced to nothing more than matter in motion, the other side of the coin is simply that all the qualities we perceive in the world are subjective mental phenomena.”

¹¹¹ No original: “men measure, not only other men, but all other things, by themselves.”

¹¹² No original: “The names of such things as affect us, that is, which please, and displease us, because all men be not alike affected with the same thing, nor the same man at all times, are in the common discourses of men, of *inconstant* signification. For seeing all names are imposed to signify our conceptions, and all our affections are but conceptions, when we conceive the same things differently, we can hardly avoid different naming of them. For though the nature of that we conceive be the same, yet the diversity of our reception of it, in respect of different constitutions of body and prejudices of opinion, gives everything a tincture of our different passions.”

homens e até mesmo no mesmo homem em momentos diferentes, e aponta como causa as diferentes constituições do corpo e o efeito da opinião e do interesse, da experiência passada, na avaliação das percepções. Por isto as próprias palavras não são neutras mas relativas aos indivíduos, carregando o falante em seu significado:

E portanto ao raciocinar um homem deve tomar cuidado com palavras que, além do significado acerca do que imaginamos da sua natureza, têm também uma significação com relação à natureza, à disposição e ao interesse do falante; tais como são os nomes das virtudes e dos vícios; pois um homem chama de *sabedoria* o que outro chama de *medo*; e um chama de *crueldade* ao que outro chama de *justiça* (*Leviathan*, I, iv, 24).¹¹³

Mesmo a camada de significado relativa à natureza do objeto está imbuída do indivíduo, pois é um significado referente ao que o falante *imagina* ser esta natureza. Esta subjetividade da experiência e do discurso é importante na teoria de Hobbes por algumas vias, das quais para este trabalho é preciso destacar três. Primeiramente, a inconstância das percepções faz com que os discursos dos homens com base apenas na experiência não passem de opinião, impregnada pelo ponto de vista individual. Esta consideração baseia a especificidade e a necessidade da ciência, fundada na convenção das definições e no cálculo das suas consequências, de forma a escapar ao caos dos nomes inconstantes.

Em segundo lugar, a variedade das percepções está na base dos conflitos entre os homens, pois eles não conseguem concordar sobre os significados e sobre a avaliação da experiência, um homem chamando de justiça o mesmo que outro chama de crueldade. O terceiro ponto consiste na possibilidade de influir nas percepções e conseqüentemente, como veremos, nas ações dos homens, já que entre as causas da variabilidade das paixões estão as opiniões, os interesses e a consideração das experiências passadas e alheias. Em outras palavras, no funcionamento da natureza humana está a causa da discórdia e a possibilidade e necessidade da instrução como forma de alterar as percepções e ações.

Toda paixão está relacionada a um prazer [*pleasure*] ou um desprazer [*displeasure*] causado pelo objeto, mas que não é invariável porque não está ligado a propriedades inerentes a este, sendo ao contrário uma “aparência de bem e [...] de mal” (*Leviathan*, I, vi, 11)¹¹⁴, uma

¹¹³ No original: “And therefore in reasoning a man must take heed of words which, besides the signification of what we imagine of their nature, have a signification also of the nature, disposition, and interest of the speaker; such as are the names of virtues and vices; for one man calleth *wisdom*, what another calleth *fear*; and one *cruelty*, what another *justice*.”

¹¹⁴ No original: “appearance of good and [...] of evil.”

avaliação subjetiva do caráter benéfico ou prejudicial de algo. Hobbes categoriza os prazeres em aqueles dos sentidos – quando algo agrada diretamente ao toque, à visão, etc. – e prazeres da mente, que “resultam da expectativa que procede da previsão da finalidade ou da consequência das coisas, não importando se estas agradam ou desagradam aos sentidos” (*Leviathan*, I, vi, 12)¹¹⁵. A maioria dos desejos, os desejos de coisas em particular, “procedem da experiência e do teste dos seus efeitos em si mesmos ou em outros homens” (*Leviathan*, I, vi, 04).¹¹⁶ É porque os homens desejam o que lhes parece benéfico com base na experiência vivida ou recebida que seria possível influenciar as percepções e os desejos através de novas opiniões ou da demonstração do benefício ou dano que algo teria para o indivíduo, de um elemento, consequência ou interesse previamente não considerado por este. Hobbes entende o contato dos homens com o mundo e as paixões como uma avaliação normalmente prudencial – ou seja, baseada em opiniões – e extremamente individual, mutável e modificável, passível de ser influenciada, de forma que ao retomar as causas da variedade das paixões no capítulo VIII ele menciona dois outros elementos, a diferença de costumes (*Leviathan*, I, viii, 14) e a educação: “a diferença das paixões procede em parte das diferentes constituições do corpo e em parte de diferentes educações” (*Leviathan*, I, viii, 14).¹¹⁷ Uma diferente educação resultaria em outra avaliação da experiência e portanto em diferentes paixões ou desejos.

O funcionamento das ações:

Na teoria de Hobbes, as paixões, tanto os desejos como as aversões, causadas pelas percepções estão na base de todas as ações e omissões dos indivíduos, de todas as suas decisões de agir ou não de determinada forma. Toda ação ou omissão é o resultado de uma deliberação, exposta e definida por Hobbes da seguinte forma:

quando na mente do homem com relação a uma única coisa surgem alternadamente apetites e aversões, esperanças e medos, e as diversas consequências boas e más de fazer ou omitir a coisa considerada entram sucessivamente em nossos pensamentos [...], a soma completa dos desejos, aversões, esperanças e medos, continuada até que a coisa seja feita ou considerada impossível, é o que chamamos de DELIBERAÇÃO

¹¹⁵ No original: “arise from the expectation that proceeds from foresight of the end or consequence of things, whether those things in the sense please or displease.”

¹¹⁶ No original: “proceed from experience and trial of their effects upon themselves or other men.”

¹¹⁷ No original: “the difference of passions proceedeth, partly from the different constitutions of the body, and partly from different education.”

(*Leviathan*, I, vi, 49).¹¹⁸

Este cálculo dos desejos com base na avaliação das percepções, da experiência, das consequências das ações, tem como fim um desejo ou aversão que predomina sobre os demais e causa a ação ou omissão correspondente – é a este “último apetite ao deliberar” (*Leviathan*, I, vi, 53)¹¹⁹ que Hobbes chama vontade (*the will*). Para Hobbes não há livre-arbítrio pois a vontade, esse predomínio de uma paixão, é determinada pela soma dos diversos fatores da experiência e constituição individuais, e à vontade se segue necessariamente a ação ou omissão correspondente. Como apontado sobre o método científico de Hobbes no capítulo anterior, é porque todo desejo e inclinação do homem possui uma causa e todo ato é resultado de uma cadeia causal que “para aquele que pudesse ver a conexão daquelas causas, a *necessidade* das ações voluntárias de todos os homens mostrar-se-ia manifesta (*Leviathan*, II, xxi, 04).¹²⁰ É devido à complexidade dos fatores envolvidos e à incerteza dos seus sinais que seria muito difícil atingir essa apreensão da totalidade da cadeia causal que resultou em uma dada ação, de modo que Hobbes compara a leitura de uma ação com “decifrar sem conhecer o código” (*Leviathan*, intro, 03).¹²¹

A subjetividade é essencial à deliberação, pois esta consiste na consideração das percepções e dos desejos e na determinação em dado momento do bem ou mal aparente (*apparent good or evil*) das consequências de uma ação. Como mencionado, Hobbes afirma que o bem e o mal não possuem valor ou significado em si, mas apenas em relação ao desejo do indivíduo (*Leviathan*, I, vi, 07), desejo este pelo qual ele é impelido a agir. Já o bem e o mal aparentes referem-se especificamente às cadeias causais:

porque na deliberação os apetites e aversões são elevados pela previsão das consequências boas e más e dos resultados da ação sobre a qual deliberamos, o efeito bom ou mau desta depende da previsão de uma longa cadeia de consequências, a qual muito raramente algum homem é capaz de ver até o fim. Mas até onde um homem vê, se o bem nessas consequências for maior do que o mal, a cadeia inteira é o que os escritores chamam de *bem aparente*. E ao contrário, quando o mal excede o bem, o total é o *mal aparente*; de forma que aquele que tem por

¹¹⁸ No original: “when in the mind of man appetites and aversions, hopes and fears, concerning one and the same thing arise alternately, and diverse good and evil consequences of the doing or omitting the thing propounded come successively into our thoughts [...], the whole sum of desires, aversions, hopes and fears, continued till the thing be either done or thought impossible, is that we call DELIBERATION.”

¹¹⁹ No original: “last appetite in deliberating.”

¹²⁰ No original: “So that to him that could see the connection of those causes, the *necessity* of all men’s voluntary actions would appear manifest.”

¹²¹ No original: “to decipher without a key.”

experiência ou razão a melhor e mais certa visão das consequências delibera melhor (*Leviathan*, I, vi, 57).¹²²

A própria pessoa que delibera tem dificuldade em distinguir todos os fatores e consequências envolvidos e essa consideração falha e lacunar da cadeia causal pode resultar em efeitos imprevistos ou contrários aos esperados. Assim, as ações são causadas por avaliações subjetivas e imperfeitas da experiência, ou seja, pelas opiniões dos indivíduos. Brown Jr. distingue dois modos avaliativos envolvidos na deliberação:

uma decisão é o último ato da deliberação (ou vontade), e é baseado em uma previsão. Tem dois componentes. Primeiro, a deliberação estabelece a *viabilidade* de um futuro ato postulado, e portanto depende de previsões baseadas na experiência. A viabilidade depende também em parte de uma percepção da eficácia do próprio agente [...]. Em segundo lugar, a deliberação estabelece a *desejabilidade* de um ato postulado, avaliando-o em termos da percepção ‘sem fim’ da realidade (BROWN JR., 1987, p. 36).¹²³

Ambos os modos são divisíveis em duas partes, portanto. A viabilidade envolve uma especulação prudencial sobre a possibilidade de levar ao cabo uma ação e sobre as capacidades do indivíduo em determinado momento. Já a desejabilidade implica uma avaliação do ato e do seu objeto com relação aos interesses do indivíduo e também uma previsão das consequências para si, da cadeia causal como bem ou mal aparente.

É porque as opiniões, por meio das percepções e das previsões, guiam as ações de modo tão significativo que é possível influenciar a deliberação dos homens apresentando-lhes novos fatores e efeitos que alterem a sua perspectiva e entendimento do que lhes é mais benéfico. Brown Jr. aponta que na teoria de Hobbes o poder é, além de um recurso, uma relação causal “exercida por uma pessoa sobre outra por meio da alteração das previsões ou das expectativas da uma segunda pessoa, através de ações [...] ou do discurso” (BROWN JR.,

¹²² No original: “because in deliberation the appetites and aversions are raised by foresight of the good and evil consequences and sequels of the action whereof we deliberate, the good or evil effect thereof dependeth on the foresight of a long chain of consequences, of which very seldom any man is able to see to the end. But for so far as a man seeth, if the good in those consequences be greater than the evil, the whole chain is that which writers call *apparent* or *seeming good*. And contrarily, when the evil exceedeth the good, the whole is *apparent* or *seeming evil*; so that he who hath by experience or reason the greatest and surest prospect of consequences, deliberates best.”

¹²³ No original: “a decision is the last act of deliberation (or will), and is grounded in a prediction. It has two components. First, deliberation establishes the *feasibility* of a future propounded act, and therefore depends upon predictions grounded in experience. Feasibility also depends in part upon a perception of the actor’s own efficacy [...]. Second, deliberation establishes the *desirability* of a propounded act, assessing it in terms of the ‘endless’ perception of reality.”

1989, p. 223)¹²⁴ e que esta é uma forma de “influenciar as decisões dos outros, e desta forma controlar o seu comportamento” (BROWN JR., 1989, p. 223).¹²⁵

É porque na teoria da natureza humana de Hobbes “as ações dos homens procedem das suas opiniões, e no bom governo das opiniões consiste o bom governo das ações dos homens, para a sua paz e concórdia” (*Leviathan*, II, xviii, 09)¹²⁶ que ele afirma ser um direito e dever do soberano ser o juiz das doutrinas e opiniões permitidas e escolher cuidadosamente aqueles que serão incumbidos de instruir os súditos, nos púlpitos e nas universidades. Hobbes enfatiza muitas vezes a necessidade de instruir a população sobre as bases da soberania, afirmando que tal instrução é dever do soberano e segurança contra a rebelião (*Leviathan*, II, xxx, 03; 06) e que “as bases desses direitos [essenciais à soberania] têm uma necessidade ainda maior de serem diligente e verdadeiramente ensinadas porque elas não podem ser mantidas por qualquer lei civil ou terror de punição legal” (*Leviathan*, II, xxx, 04)¹²⁷.

No capítulo sobre o poder eclesiástico, Hobbes repete o argumento de que a determinação do conteúdo da instrução dos súditos é direito do soberano porque os homens agem impelidos por suas opiniões e aponta a ignorância dos fundamentos da política (hobbesiana) como causa de guerra civil:

é evidente até para os de menor capacidade que as ações dos homens são derivadas das opiniões que eles têm do bem ou do mal que essas ações lhes causam; e conseqüentemente, homens uma vez possuídos de uma opinião de que a sua obediência ao poder soberano lhes será mais prejudicial do que a sua desobediência irão desobedecer às leis e desta forma derrubar a *commonwealth* e introduzir confusão e guerra civil (*Leviathan*, III, xlii, 67)¹²⁸.

É importante portanto que os súditos compreendam em que consiste a soberania e que percebam a obediência como mais benéfica do que as suas outras opções. No *Leviathan*,

¹²⁴ No original: “exercised by one person upon another by altering the predictions or expectations of the second, either through actions [...] or through speech.”

¹²⁵ No original: “to influence the decisions of others, and thereby control their behaviour.”

¹²⁶ No original: “the actions of men proceed from their opinions, and in the well-governing of opinions consisteth the well-governing of men’s actions, in order to their peace and concord.”

¹²⁷ No original: “the grounds of these rights have the rather need to be diligently and truly taught, because they cannot be maintained by any civil law or terror of legal punishment.”

¹²⁸ No original: “it is evident to the meanest capacity that men’s actions are derived from the opinions they have of the good or evil which from those actions redound unto themselves; and consequently, men that are once possessed of an opinion that their obedience to the sovereign power will be more hurtful to them than their disobedience will disobey the laws, and thereby overthrow the commonwealth, and introduce confusion and civil war.”

Hobbes busca demonstrar que a obediência ao Leviatã é preferível à alternativa, a condição natural de guerra (*Leviathan*, II, xvii, 01) e também, mais especificamente, à guerra civil (*Leviathan*, II, xviii, 20), e que portanto a sujeição é “para o seu próprio bem [dos súditos], e não para o bem dos seus governantes” (*Leviathan*, IV, xlvii (OL), 29).¹²⁹ Se os homens agem determinados por opiniões a respeito do que lhes é benéfico, seria possível fazê-los agir de acordo com a soberania hobbesiana e as leis caso se lograsse convencê-los de que estas seriam o seu bem ou ao menos um forma de evitar consequências negativas.

A generalização da natureza humana:

O caráter extremamente subjetivo e variável das percepções resulta em uma imensa diversidade dos objetos dos desejos dos indivíduos, desse bem para si sobre o qual os homens deliberam e para o qual os homens direcionam as suas ações. Cada homem, em sua individualidade e constante mudança, é um mistério para todos os outros quanto aos objetos dos seus desejos e seus desígnios, de forma que um homem dificilmente consegue ler as ações de outro homem e que tal procedimento é comparável a “decifrar sem conhecer o código” (*Leviathan*, intro, 03).¹³⁰ É por isso que Hobbes afirma na introdução do *Leviathan* que é possível ler e entender as paixões dos outros a partir de uma análise das suas próprias paixões em circunstâncias semelhantes, mas não os objetos destas:

Digo a similitude das *paixões*, que são as mesmas em todos os homens [...], não a similitude dos *objetos* das paixões, que são as coisas *desejadas*, *temidas*, *antecipadas*, etc; pois a constituição individual e a educação específica tornam estes tão variados, e eles são tão facilmente escondidos do nosso conhecimento (*Leviathan*, intro, 03).¹³¹

Abstraídos os objetos e as circunstâncias, contudo, a generalidade das paixões é tanto apreensível na experiência de cada um quanto universalmente aplicável.

Os indivíduos e o seu comportamento efetivo e circunstancial são a expressão particular da natureza humana, a qual é universal e imutável em seu funcionamento, sendo

¹²⁹ No original: “for their own good, and not for that of their rulers.”

¹³⁰ No original: “to decipher without a key.”

¹³¹ No original: “I say the similitude of *passions*, which are the same in all men [...], not the similitude of the *objects* of the passions, which are the things *desired*, *feared*, *hoped*, &c; for these the constitution individual and particular education do so vary, and they are so easy to be kept from our knowledge.”

desta forma elemento unificador e explicativo no *Leviathan*. Centrando a natureza humana no funcionamento do mecanismo das paixões e das percepções ao invés de nos objetos dos desejos individuais, Hobbes reúne a diversidade conflitiva em regras gerais que são também a semelhança necessária entre os homens para que a concórdia seja artificialmente possível.

A diversidade como falta de consenso e causa de conflito:

Estes homens que percebem o mundo de forma tão individual não conseguem concordar sobre os significados, “pois um homem chama *sabedoria* o que um outro chama *medo*, e um *crudeldade* o que outro chama *justiça*.” (*Leviathan*, I, iv, 24)¹³² Não há julgamentos objetivos e os valores não são absolutos que efetivamente existiam na ordem natural, como a Justiça, e que precisavam apenas ser desvendados¹³³ e declarados: “um estatuto declarava o que era a lei; ele não a criava” (HILL, 1980, p. 65).¹³⁴ Para Hobbes, a justiça, sem o Estado, nunca é mais do que uma opinião individual.

Gérard Lebrun considera esta transformação no entendimento dos valores, que conclui que “o ‘Justo’ é o que assim parece a cada um de nós” (LEBRUN, 1984, p. 39), como um dos pontos de ruptura entre a filosofia política moderna e a antiga. De fato, ideias de bem, de certo, de virtude, tradicionais elementos da discussão política, Hobbes as vê como relativas e causas de perpétua disputa, de forma que não podem ser estas as bases de uma política científica. Ele chama os valores de nomes de significado inconstante (*Leviathan*, I, iv, 24) e conclui que, por causa da sua inconstância, “tais nomes não podem nunca ser as bases verdadeiras de qualquer raciocínio” (*Leviathan*, I, iv, 24)¹³⁵.

Ao criticar o apelo aos costumes e precedentes, autoridades das quais seus contemporâneos frequentemente se serviam em suas discussões, Hobbes afirma que o apelo muda de direção conforme mudam os interesses e que assim “a doutrina do certo e do errado está perpetuamente em disputa, tanto pela caneta quanto pela espada” (*Leviathan*, I, xi, 21).¹³⁶

¹³² No original: “For one man calleth *wisdom*, what another calleth *fear*, and one *crudelty*, what another *justice*.”

¹³³ A este respeito, ver a análise de Janine Ribeiro (1999: 177-186) sobre a concepção de justiça e de lei dos *law-finders* (aqueles que encontram a lei), contemporânea a Hobbes, por oposição aos *law-makers* (legisladores, aqueles que fazem a lei).

¹³⁴ No original: “a statute declared what law was; it did not create it.”

¹³⁵ No original: “such names can never be true grounds of any ratiocination.”

¹³⁶ No original: “the doctrine of right and wrong is perpetually disputed, both by the pen and the sword.”

Hobbes via na diversidade das percepções e das paixões a causa de infundáveis disputas sobre os significados, disputas em que ele via os seus contemporâneos e conduzia, pelo viés da experiência, à sua análise dos homens.

A experiência de Hobbes de conflitos infundáveis sobre os significados e os valores é não só a do período turbulento na Inglaterra que compreende a guerra civil tratada no *Behemoth*, mas também a das guerras religiosas, inclusive a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), e diversas outras revoltas no continente europeu (HILL, 1997, p. 121). É um período de crise de autoridade em que estava em curso o desmantelamento de uma ordem hierárquica¹³⁷, processo para o qual contribuía a Reforma (BOBBIO, 1991, pp. 66-7). Em específico, a Reforma de Henry VIII na Inglaterra atuou como dissolvente, seus desafios à autoridade da Igreja Católica repercutindo em outros âmbitos:

Henry VIII havia negado a supremacia do Papa; ele havia confiscado propriedade da igreja [...]. Estes desafios [...] abriram as portas mais amplamente do que talvez tenha sido pretendido. Um século mais tarde a autoridade primeiro do Rei, depois do Parlamento, foi contestada em nome do povo; a justificação social de toda a propriedade privada foi questionada; e a especulação sobre a natureza do Estado e os direitos do povo atingiram extensões que por fim aterrorizaram os vitoriosos partidários do Parlamento a chamar de volta Rei, Câmara dos Lordes e bispos para ajudá-los a manter a lei e a ordem (HILL, 1997, p. 45).¹³⁸

Christopher Hill traça um paralelo entre as mudanças na ordem tradicional e a filosofia de Hobbes, em especial a sua construção lógica, a sua concepção do processo racional enquanto cálculo e a sua “recusa de todos os absolutos metafísicos” (HILL, 1997, p. 260)¹³⁹, os quais, como vimos, dão lugar aos nomes inconstantes, às concepções individuais dos significados, que os homens insistem em erigir em valores e pelos quais disputam pela caneta e pela espada. Para Hill,

o ceticismo corrosivo de Hobbes realizou uma revolução de destruição no mundo do pensamento paralela àquela que estava ocorrendo nas instituições e padrões sociais. [...] Os padrões são inteiramente relativos, exceto pelos absolutos arbitrários do

¹³⁷ Sobre a quebra das relações sociais tradicionais na Inglaterra e a contribuição a este respeito da legislação agrária do período revolucionário, ver Hill, 1997, pp. 139-177.

¹³⁸ No original: “Henry VIII had denied the supremacy of the Pope; he had confiscated church property [...]. These challenges [...] opened doors wider than was perhaps intended. A century later the authority first of King, then of Parliament, was challenged in the name of the people; the social justification of all private property was called in question; and speculation about the nature of the state and the rights of the people went to lengths which ultimately terrified the victorious Parliamentarians into recalling King, House of Lords, and bishops to help them maintain law and order.”

¹³⁹ No original: “denial of all metaphysical absolutes.”

Leviatã (HILL, 1997, pp. 260-1).¹⁴⁰

Os padrões não mais existem e podem ser encontrados na ordem natural, mas precisam ser estabelecidos, criados, pelo artifício humano, de forma a escapar ao caos da diversidade das opiniões e dos desejos.

Os contemporâneos de Hobbes argumentavam por meio de autoridades. Desta forma, no período de crise em que estavam, os ingleses contestavam uma autoridade contrapondo-lhe uma outra, cada qual firmando a sua posição em absolutos como o justo e o direito. Como enfatiza Hill, “textos e precedentes davam algo concreto com que contrapor à autoridade dos bispos e Reis. Os homens ainda não ousavam apelar apenas à razão e à utilidade: a autoridade devia ser contestada por uma contra-autoridade” (HILL, 1997, p. 63).¹⁴¹ Havia uma vasta gama de contra-autoridades — os ingleses no século XVII apelavam para as Escrituras, direitos imemoriais, prerrogativas e liberdades fundadas sobre os costumes e os precedentes legais da *common law* (HILL, 1980, pp. 60-7), e cada vez mais para liberdades que seriam próprias dos ingleses, ou seja, para a autoridade do passado anglo-saxão.¹⁴²

Havia surgido, contudo, um novo desafio à autoridade, baseado no apelo protestante à consciência individual, que Hill chama de uma nova autoridade no peito de cada homem (HILL, 1980, p. 92). Aqueles que apelavam à sua consciência pensavam que agir de acordo com ela levaria aos verdadeiros desígnios divinos, ao invés de a um excesso de opiniões conflitantes e à anarquia, como na visão de Hobbes. No *Leviathan*, ele critica enfaticamente o apelo à consciência, vendo nele um disfarce para os interesses individuais:

homens veementemente apaixonados pelas suas novas opiniões (ainda que as mais absurdas) e obstinadamente inclinados a mantê-las deram também a estas suas opiniões aquele nome reverenciado de consciência, de forma que parecesse ilegal mudar ou falar contra estas opiniões (*Leviathan*, I, vii, 04).¹⁴³

Considerando o apelo à consciência mais uma forma de desintegração e discórdia, ele

¹⁴⁰ No original: “Hobbes’ corroding scepticism worked a revolution of destruction in the world of thought parallel to that which was taking place in institutions and social standards. [...] Standards are entirely relative, except for Leviathan’s arbitrary absolutes.”

¹⁴¹ No original: “Texts and precedents gave something concrete to set against the authority of bishops and Kings. Men dared not yet appeal to reason and utility alone: authority must be challenged by counter-authority.”

¹⁴² Com relação ao apelo ao precedente anglo-saxão e a teoria do jugo normando, ver Hill, 1997, pp. 46-111.

¹⁴³ No original: “Men vehemently in love with their new opinions (though never so absurd), and obstinately bent to maintain them, gave those their opinions also that reverenced name of conscience, as if they would have it seem unlawful to change or speak against them.”

coloca-o como uma das doutrinas repugnantes à sociedade civil e que levam ao enfraquecimento da *Commonwealth*, escrevendo que

em tal diversidade como há de consciências privadas, que não são mais do que opiniões privadas, a *commonwealth* é necessariamente puxada em direções distintas, e nenhum homem ousará obedecer ao poder soberano além do que pareça bom a seus próprios olhos (*Leviathan*, II, xxix, 07).¹⁴⁴

Hobbes dá tanta importância ao papel das opiniões como geradoras da discórdia e da sedição que dedica a essa questão não só passagens por todo o *Leviathan* como a totalidade do capítulo 19, intitulado *Of those things that Weaken or tend to the Dissolution of a Commonwealth* [Sobre aquelas coisas que enfraquecem ou tendem à dissolução de uma *commonwealth*].

Através da negação da existência de absolutos naturais, encontramos aqui com o indivíduo como valor; não só o exemplar da espécie humana, mas como o define o antropólogo Louis Dumont, “o ser *moral*, independente, autônomo e assim (essencialmente) não-social, tal como o encontramos sobretudo na nossa ideologia moderna do homem e da sociedade” (DUMONT, 1991, p. 84).¹⁴⁵ Perdendo todos os valores e significados o seu caráter absoluto, eles se tornam relativos a cada homem: o bem, o mal, a consciência, a justiça, a honra, o próprio valor (*worth*) não passam no *Leviathan* de opiniões particulares, sendo o indivíduo a sua única medida natural. Dumont afirma que a concepção do homem como indivíduo implica que “certos valores, ao invés de emanarem da sociedade, serão determinados pelo indivíduo no seu próprio uso” (DUMONT, 1991, p. 289).¹⁴⁶ No pensamento de Hobbes, o indivíduo é a medida natural, “pois os homens medem não só os outros homens, mas todas as outras coisas, por eles mesmos” (*Leviathan*, I, ii, 01).¹⁴⁷

Hobbes declara que “não há nada como um *Finis ultimus* (fim último) ou *Summum Bonum* (bem maior) de que se fala nos livros dos velhos filósofos morais” (*Leviathan*, I, xi,

¹⁴⁴ No original: “In such diversity as there is of private consciences, which are but private opinions, the commonwealth must needs be distracted, and no man dare obey the sovereign power farther than it shall seem good in his own eyes.”

¹⁴⁵ No original: “L’être *moral*, indépendant, autonome et ainsi (essentiellement) non social, tel qu’on le rencontre avant tout dans notre idéologie moderne de l’homme et de la société.”

¹⁴⁶ No original: “Certaines des valeurs, au lieu d’émaner de la société, seront déterminées par l’individu à son propre usage.”

¹⁴⁷ No original: “For men measure, not only other men, but all other things, by themselves.”

01).¹⁴⁸ Não há valores que agreguem os indivíduos porque não há valores que não sejam relativos e individuais, medidos pelas paixões de cada um. Sendo assim, os homens não concordam sobre qualquer bem comum ou maior ao qual se devotar, as controvérsias são insolúveis na condição de mera natureza e os valores não podem ser o fundamento da política.

Desta forma, é a partir da compreensão do mecanismo das paixões, pela variedade e inconstância das percepções, dos desejos e das opiniões, e da sua experiência de como os homens discordam sobre os significados e sobre os fins e do dissenso chegam à discórdia, inclusive armada, que Hobbes conclui sobre a falta de consenso natural entre os indivíduos.

2.2 A natureza humana no *Behemoth*

No *Leviathan* e no *Behemoth*, os motores ou causas das ações são as paixões e as opiniões. Isso não significa, entretanto, uma uniformidade completa, pois em um livro teórico como o *Leviathan* as paixões e as opiniões são definidas e explicadas como se influenciando umas às outras e relacionadas à variedade da percepção, sendo elementos principais do funcionamento da ação e portanto da mecânica da natureza humana, enquanto que no *Behemoth* essa explicação teórica está ausente e o seu papel como causalidade se revela no relato e discussão dos acontecimentos.

No *Leviathan* Hobbes afirma que o soberano tem o direito de julgar quais opiniões e doutrinas podem ser ensinadas e publicadas “pois as ações dos homens procedem das suas opiniões, e no bom governo das opiniões consiste o bom governo das ações dos homens para a sua paz e concórdia” (*Leviathan*, II, xviii, 09).¹⁴⁹ Hobbes parte da explicação dos sentidos para descrever a mecânica da ação humana de forma a fundamentar a sua teoria política – que as opiniões causam as ações é parte necessária da sua teoria, mas subordinada ao seu propósito de fundamentação da política e discussão da soberania. No *Behemoth* o papel da opinião é apresentado de outra forma, já na epístola dedicatória, quando Hobbes afirma que o primeiro diálogo contém “a semente [da guerra civil], certas opiniões em teologia e política”

¹⁴⁸ No original: “There is no such *Finis ultimus* (utmost aim) nor *Summum Bonum* (greatest good) as it is spoken of in the books of the old moral philosophers.”

¹⁴⁹ No original: “For the actions of men proceed from their opinions, and in the well-governing of opinions consisteth the well-governing of men's actions in order to their peace and concord.”

(*Behemoth*, v)¹⁵⁰.

Apesar da explicação detalhada do seu papel no funcionamento da ação, da discussão das opiniões com relação ao papel do soberano e das duas partes dedicadas às doutrinas errôneas, o *Leviathan* é uma obra preocupada sobretudo com a fundamentação da soberania e com o estabelecimento dos direitos e das leis e punições que garantiriam essa soberania. Já no *Behemoth* há a preocupação de analisar e explicar ações passadas, o que se reflete em um papel mais proeminente porém menos teórico para as opiniões, pois o funcionamento da natureza humana coloca-as como motores da ação e portanto causa e explicação dos acontecimentos, além de elemento a ser modificado para evitar nova guerra.

Esse maior peso dado ao papel das opiniões pode ser exemplificado em uma passagem ainda no início do primeiro diálogo, em que em uma discussão sobre a pregação e instrução nos púlpitos, “A” afirma que “o poder dos poderosos não tem outra fundação que a opinião e a crença da população” (*Behemoth*, I, p. 16).¹⁵¹ Holmes considera esta provavelmente a afirmação mais notável do *Behemoth* pois desloca a ênfase na coerção presente no *Leviathan*:

A principal fonte da autoridade política não é a coerção do corpo, mas a fascinação da mente. [...] A obsessão [de Hobbes] com a religião só pode ser compreendida se reconhecermos a importância crucial da “opinião” na sua análise do comportamento humano, especialmente na sua explicação da obediência e da rebelião. *Behemoth*, concentrado nas opiniões sediciosas, reitera esse argumento incansavelmente (HOLMES, 1990, p. [xi]).¹⁵²

No *Leviathan* Hobbes reitera muitas vezes a necessidade de um poder comum, o poder do soberano, para manter os súditos “*in awe*”, em reverente temor, e reitera a importância do medo e da coerção. Por exemplo: a condição de guerra é “necessariamente consequente (como foi mostrado) às paixões naturais dos homens, quando não há poder visível para mantê-los em reverente temor, e atá-los pelo medo da punição ao cumprimento dos seus pactos” (*Leviathan*, II, xvii, 01).¹⁵³ Este deslocamento da ênfase no medo e na coerção pela força e

¹⁵⁰ No original: “the seed of it, certain opinions in divinity and politics.”

¹⁵¹ No original: “the power of the mighty hath no foundation but in the opinion and belief of the people.”

¹⁵² No original: “The ultimate source of political authority is not coercion of the body, but captivation of the mind. [...] [Hobbes’] obsession with religion can be understood only if we recognize the all-importance of ‘opinion’ in his analysis of human behavior, especially in his explanation of obedience and rebellion. *Behemoth*, focused on seditious opinions, drives the point home unrelentingly.”

¹⁵³ No original: “necessarily consequent, as hath been shown, to the natural passions of men when there is no visible power to keep them in awe, and tie them by fear of punishment to the performance of their covenants.”

pelas leis – em que uma paixão teria o maior papel, pois o medo da punição influi na deliberação – para uma maior ênfase na instrução com relação à soberania como forma mais eficaz de combate à sedição pode ser vislumbrado também na conclusão da versão latina do *Leviathan*, de 1668, estando ausente da redação do mesmo capítulo em inglês publicada dezessete anos antes:

Pois eu vejo que os desacordos dos homens sobre opiniões e excelência intelectual não podem ser eliminados pelas armas. Em quaisquer formas que surjam males desse tipo, eles devem ser destruídos da mesma forma. As mentes dos cidadãos foram gradualmente corrompidas por escritores de política e filosofia pagãs. Assim essa tinta democrática deve ser removida pela pregação, escrita e discussão (*Leviathan*, IV, xlvii (OL), 29).¹⁵⁴

Tendo estabelecido no primeiro capítulo o que Hobbes apresenta como causalidade no *Behemoth* e na primeira parte do presente capítulo que papel estes elementos, as paixões e as opiniões, possuem na teoria da mecânica da natureza humana, cabe então analisar mais atentamente como esses elementos e a natureza humana em geral informam a obra em estudo.

Os indivíduos e o poder das opiniões

Tendo em mente a explicação teórica do funcionamento da natureza humana, pode-se melhor compreender as observações e explicações sobre as ações dos homens no *Behemoth*. Defendendo que a obediência a um poder soberano está claramente presente nas Escrituras, “B” afirma que “eles não veem que a segurança da *commonwealth*, e conseqüentemente a sua própria, depende de assim agirem [com obediência]. Todo homem *por natureza* (sem disciplina) considera em todas as suas ações, *tão longe quanto possa ver*, o benefício que resultará para si da sua obediência” (*Behemoth*, I, p. 54, meus grifos).¹⁵⁵ Porque os homens não podem agir senão de acordo com a mecânica da sua natureza, todas as suas ações buscam um benefício próprio, aquele bem aparente determinado pela deliberação-cálculo dos desejos e das previsões, muitas vezes imperfeitas ou falhas, das conseqüências.

A influência da previsão das conseqüências sobre as ações também se faz presente na

¹⁵⁴ No original: “For I see that men’s disagreements about opinions and intellectual excellence cannot be eliminated by arms. In whatever way evils of this kind arise, they must be destroyed in the same way. The citizens’ minds were gradually corrupted by writers of pagan politics and philosophy. So that democratic ink is to be washed away by preaching, writing, and disputing.”

¹⁵⁵ No original: “they see not that the safety of the commonwealth, and consequently their own, depends upon their doing it [their obedience]. Every man *by nature* (without discipline) does in all his actions look upon, as *far as he can see*, the benefit that shall redound to himself from his obedience.”

resposta acusatória de “B” à afirmação branda de “A” de que o clero inglês em sua maior parte mostra boa moral e exemplo em suas ações, ao contrário do conteúdo de seus escritos: “Acontece muitas vezes que homens vivam honestamente por medo, os quais, se tivessem poder, viveriam de acordo com as suas próprias opiniões; isto é, se as suas opiniões não forem corretas, de forma iníqua” (*Behemoth*, I, p. 47).¹⁵⁶ Em ambos os casos, as ações são determinadas pelas opiniões: em caso de possuir suficiente poder, haveria uma previsão favorável da viabilidade dos seus desejos; caso contrário, há uma previsão desfavorável que faz com que a deliberação resulte na não-realização da ação inicialmente desejada por conta daquela paixão definida no *Leviathan* como “aversão com opinião de dano a partir do objeto, MEDO” (*Leviathan*, I, vi, 16).¹⁵⁷

É proeminente no *Behemoth* a questão da discórdia sobre os significados e de como as opiniões conflitantes guiam os homens ao confronto em geral e à sedição em particular. Hobbes opõe ao caos das opiniões a medida das leis (*Behemoth*, I, p. 44) e do bem da *commonwealth*:

[A] Em resumo, todas as ações e hábitos devem ser estimados bons ou maus pelas suas causas e utilidade com relação à *commonwealth*, e não pela sua mediocridade nem por serem elogiados. Pois vários homens elogiam vários costumes, e aquilo que é virtude para um é condenado por outros, e ao contrário, o que um chama de vício, outro chama de virtude, conforme as suas presentes afeições os conduzem (*Behemoth*, I, p. 45).¹⁵⁸

A condição natural de guerra está diretamente relacionada com essa inconstância dos significados, como lembra Skinner: “ao explicar por que o estado de natureza seria inevitavelmente um estado de guerra, Hobbes sempre coloca grande ênfase nos conflitos que necessariamente surgem a partir das diferenças na aplicação de termos avaliativos” (SKINNER, 2004, p. 134).¹⁵⁹ É o julgamento privado do bem e do mal e seu caráter conflitivo que faz com que seja necessária uma medida pública de bem instituída pelo soberano, um árbitro para os conflitos infundáveis sobre os valores, solução para o que Hobbes chama de

¹⁵⁶ No original: “It happens many times that men live honestly for fear, who, if they had power, would live according to their own opinions; that is, if their opinions be not right, unrighteously.”

¹⁵⁷ No original: “*aversion* with opinion of *hurt* from the object, FEAR.”

¹⁵⁸ No original: A: “In sum, all actions and habits are to be esteemed good or evil by their causes and usefulness in reference to the commonwealth, and not by their mediocrity, nor by their being commended. For several men praise several customs, and that which is virtue with one, is blamed by others; and, contrarily, what one calls vice, another calls virtue, as their present affections lead them.”

¹⁵⁹ No original: “in explaining why the state of nature would inevitably be a state of war, Hobbes always places great emphasis on the conflicts that are bound to arise from differences in the application of evaluative terms.”

uma das doenças da *commonwealth* (*Leviathan*, II, xxix, 06). É o que Rancière chama de uma doença das palavras:

No quadro tradicional de um pensamento de sedição – dos desequilíbrios e das doenças do corpo político –, Hobbes introduziu uma dramaturgia e um modelo para pensar a relação entre os perigos que ela representa para a política e para a ciência. Dois traços essenciais definem esta dramaturgia nova e a opõem à tradição herdada de Platão e Aristóteles. Não se trata mais de ora em diante da classificação dos regimes e das causas que os transformam uns nos outros. A questão não é mais a das leis próprias à conservação de cada regime singular e das causas de sua perda. Ela é a das leis que conservam o corpo político, qualquer que ele seja, e das que provocam do mesmo modo sua dissolução. [...] [As causas que produzem o desmoronamento do corpo político moderno] são primeiro opiniões, problemas de palavras mal empregadas ou de frases indevidas. [...] A doença da política é antes a doença das palavras. Há palavras em excesso, palavras que não designam nada senão precisamente alvos contra os quais elas armam o braço dos assassinos (RANCIÈRE, 1994, p. 27).

Esta doença das palavras encontrar-se-ia tanto na política enquanto experiência como na ciência – no âmbito prático, Hobbes advogava a medida pública do soberano como contramedida, assim como no âmbito teórico enfatizava a importância das definições rigorosas.

Hobbes concentra-se em um âmbito particular do julgamento privado dos significados muito usado durante a guerra civil como argumento de autoridade: a interpretação privada das Escrituras, a qual era combinada com a ideia de que era moralmente necessário não obedecer ao Rei quando este contrariasse as Escrituras. “A” aponta a astúcia desta utilização e as consequências dessa obediência instável sujeita às leituras individuais:

não podeis duvidar de que eles que no púlpito animaram às pessoas a pegar em armas na defesa do Parlamento de então, alegaram as Escrituras, isto é, a palavra de Deus, como justificativa. Então se for lícito para os súditos resistir ao Rei quando ele ordena qualquer coisa contrária às Escrituras, isto é, contrária ao comando de Deus, e ser o juiz do significado das Escrituras, é impossível que a vida de qualquer Rei, ou a paz de qualquer reino cristão, esteja assegurada por muito tempo. É essa doutrina que divide um reino internamente, quem quer que sejam os homens, leais ou rebeldes, que a escrevam ou preguem publicamente (*Behemoth*, I, p. 50).¹⁶⁰

Cabe ressaltar que “A” estende o perigo dessas duas posições ao clero que permaneceu leal ao Rei, pois ele também teria enfraquecido a obediência dos súditos pregando a doutrina

¹⁶⁰ No original: “you cannot doubt but that they, who in the pulpit did animate the people to take arms in the defence of the then Parliament, alleged Scripture, that is, the word of God, for it. If it be lawful then for subjects to resist the King, when he commands anything that is against the Scripture, that is, contrary to the command of God, and to be judge of the meaning of the Scripture, it is impossible that the life of any King, or the peace of any Christian kingdom, can be long secure. It is this doctrine that divides a kingdom within itself, whatsoever the men be, loyal or rebels, that write or preach it publicly.”

da obediência passiva em caso de contrariedade entre a ordem do soberano e a palavra divina. É porque os homens não concordam sobre os significados, medindo-os pelas suas percepções e paixões, ou seja, por si mesmos, que Hobbes vê necessária uma interpretação pública que evite a sedição baseada nas Escrituras:

[A] E porque os homens preferem, em geral, trazer as Escrituras para a sua própria interpretação do que seguir o verdadeiro sentido das Escrituras, não há outro modo de saber, com certeza e em todos os casos, o que Deus ordena ou proíbe que façamos, exceto pela sentença daquele ou daqueles que são instituídos pelo Rei para determinar o sentido das Escrituras (*Behemoth*, I, pp. 51-2).¹⁶¹

Além disso, “A” defende que é prudente que o poder soberano puna os que publiquem ou ensinem interpretações privadas da palavra divina que contrariem a lei pois elas “tornam os homens propensos à sedição e a controvérsias com a lei” (*Behemoth*, I, p. 55).¹⁶² Hobbes estabelece uma relação tão forte entre a interpretação privada das Escrituras e a sedição que coloca no diálogo de “B” um questionamento de algo essencial às religiões protestantes como a Igreja da Inglaterra – a tradução da Bíblia para o vernáculo e a exortação à sua leitura:

Não compreendo para que fim elas foram traduzidas para o inglês, e a todo homem não só lhe permitiram, como também lhe exortaram, que as lesse. Pois o que isto poderia produzir exceto diversidade de opiniões, e conseqüentemente (conforme é a natureza do homem) controvérsia, a falta de benevolência, a desobediência e por fim a rebelião? (*Behemoth*, I, p. 52)¹⁶³

Esta importância dada por Hobbes à interpretação privada da Bíblia e o seu papel no caos político precisa ser compreendida no seu contexto de linguagem: “quando surgiam questões de ordem, as pessoas na Inglaterra do século XVII pensavam imediatamente em termos bíblicos. [...] Desta forma tanto a defesa quanto a subversão da autoridade eram naturalmente conduzidas em uma linguagem retirada da Bíblia” (WOOTTON, 2003, p. 27).¹⁶⁴ A Bíblia era utilizada como discurso e argumento não apenas pelo clero e acerca de disputas sobre questões religiosas, mas era parte essencial da linguagem política em que eram

¹⁶¹ No original: “And because men do, for the most part, rather draw the Scripture to their own sense, than follow the true sense of the Scripture, there is no other way to know, certainly, and in all cases, what God commands, or forbids us to do, but by the sentence of him or them that are constituted by the King to determine the sense of the Scripture.”

¹⁶² No original: “[are] likely to incline men to sedition or disputing against the law.”

¹⁶³ No original: “I understand not to what end they were translated into English, and every man not only permitted, but also exhorted, to read them. For what could that produce, but diversity of opinion, and consequently (as man’s nature is) disputation, breach of charity, disobedience, and at last rebellion?”

¹⁶⁴ No original: “when questions of order arose, people in seventeenth-century England immediately thought in Biblical terms. [...] Thus both the defence and the subversion of authority were naturally conducted in language drawn from the Bible.”

conduzidos todos os debates. A interpretação privada das Escrituras assumia assim uma relevância muito além das questões de fato religiosas – constituindo-se em uma ressignificação dos termos do debate político.

Voltemos ao questionamento de “B” e à sua invocação da natureza humana como argumento acerca da inevitabilidade das consequências da interpretação individual do texto bíblico. Toda leitura, como toda experiência, por causa do funcionamento da natureza humana hobbesiana, só pode ser uma avaliação individual, opiniões inconstantes e conflitivas que, se não restringidas pelo poder soberano, são daninhas e levam inexoravelmente à sedição – a diversidade de opiniões e as disputas sobre os significados são consequências necessárias da natureza do homem. Este caos das opiniões individuais participava das disputas pela elevação das opiniões por meio da reivindicação de autoridades, cada voz parcial proclamando-se a verdadeira medida. Kraynak defende que

a história da Guerra Civil inglesa de Hobbes, o Behemoth, [...] fornece o argumento mais claro do problema que a ciência política de Hobbes é projetada para resolver. No Behemoth, Hobbes mostra que as sociedades como a Inglaterra do século XVII inevitavelmente se degeneram em guerra civil porque elas estavam fundadas sobre a opinião autorizada. A alegação de que há uma definição única e imperativa de certo ou verdade que não é uma escolha humana arbitrária é uma ilusão de “vanglória intelectual”, um sentimento de orgulho sobre a superioridade das próprias opiniões que causa perseguição e conflito civil (KRAYNAK, 1982, p. 837).¹⁶⁵

Cada seita e membro do clero pretendia-se depositário de um discurso autorizado, pela inspiração divina, pelas Escrituras, pelo Papa, pela divindade da sua ordenação. Outros falantes apelavam aos costumes imemoriais, à *common law*, a eminentes autores antigos, entre outras fontes de autorização. Soubbotnik afirma que “a leitura combinada do *Leviathan* e do *Behemoth* mostra que o que está em jogo é a *verdade política*” (SOUBBOTNIK, 2012, s/p)¹⁶⁶ e que a diversidade das opiniões de cada um converge em uma similaridade, “a pretensão de dispor de uma autoridade seja divina, seja natural, para se pronunciar sobre o que é ‘realmente’ justo e injusto, bom e mau, legítimo e ilegítimo” (SOUBBOTNIK, 2012, s/p).¹⁶⁷

¹⁶⁵ No original: “Hobbes's history of the English Civil War, The Behemoth [...] provides the clearest statement of the problem that Hobbes's political science is designed to solve. In Behemoth, Hobbes shows that societies such as seventeenth century England inevitably degenerate into civil war because they are founded on authoritative opinion. The claim that there is a single, authoritative definition of rightness or truth which is not an arbitrary human choice is an illusion of “intellectual vainglory,” a feeling of pride in the superiority of one's opinions which causes persecution and civil strife.”

¹⁶⁶ No original: “la lecture combinée de *Leviathan* et de *Behemoth* montre que l'enjeu est de *vérité politique*.”

¹⁶⁷ No original: “la prétention à disposer d'une autorité soit divine, soit naturelle, pour se prononcer sur ce qui est

Os indivíduos buscavam assim autorizar-se como detentores dos significados legítimos das palavras, do discurso verdadeiro, para empregar termos avaliativos com peso político como justo e injusto, os quais para Hobbes não passavam de mera opinião, inconstante e individual. Esta guerra de opiniões e discursos estendia-se para um convencimento da população em geral – o grande papel dado por Hobbes às opiniões na guerra civil inglesa não se restringe aos líderes políticos e aos religiosos, mas compreende também um elemento emergente no cenário político da época: a opinião pública. “B” estabelece uma notável relação entre poder e opinião pública quando afirma que a Câmara dos Lordes deveria ter entendido que não se beneficiaria do enfraquecimento do Rei, pelo seu menor número e por terem “menos poder do que tantos Comuns, porque menos amados pela população” (*Behemoth*, I, p. 70).¹⁶⁸ Creppell defende que

Hobbes apresenta uma história da guerra civil em que as ideias são forças ativas no cenário público, com as implicações que isto tem para como a sua própria filosofia política positiva poderia ser tornada uma fonte de motivação para a população. *Behemoth* é um texto que mostra Hobbes confrontando questões sobre a mente pública – a sua formação, motivação e o colapso da concórdia (CREPPELL, 2012, s/p).¹⁶⁹

Os atores envolvidos na disputa política dirigiam-se à população por meio do que “B” chama de uma “guerra de papéis” (*paper war* - *Behemoth*, III, p. 115): declarações, acusações, petições, sermões e outras proclamações e escritos com o intuito de convencer a população da justiça da sua posição – ou nos termos de “B”, “seduzir a multidão com protestos [*remonstrances*] do Parlamento ou por meio de sermões nas igrejas” (*Behemoth*, III, p. 116).¹⁷⁰ Como aponta Creppell,

o Parlamento apelou contínua e diretamente à população nas suas resoluções desafiando ao Rei, provocando desta forma a emoção e reação popular, se não a reflexão. O conflito criou uma turbulenta esfera pública de argumentação e debate. [...] muito além de 22.000 sermões, discursos, panfletos e jornais foram publicados entre 1640 e 1661 (CREPPELL, 2012, s/p).¹⁷¹

‘réellement’ juste et injuste, bom et mauvais, legitime et illégitime.”

¹⁶⁸ No original: “less in power than so many Commoners, because less beloved by the people.”

¹⁶⁹ No original: “Hobbes presents a history of the civil war in which ideas are active forces in a public setting, with the implications this has for how his own positive political philosophy might be made a source of motivation for people. *Behemoth* is a text that shows Hobbes confronting questions about the public mind – its shaping, motivation and the collapse of agreement.”

¹⁷⁰ No original: “seducing the multitude with remonstrances from the Parliament House, or by sermons in the churches.”

¹⁷¹ No original: “Parliament continually appealed directly to the people in their resolutions challenging the king,

Ao discutir a situação política ao final de 1640, “A” afirma que os membros do Parlamento contrários ao Rei, apesar de sua força e número, precisaram primeiro enfraquecer a opinião da população sobre o soberano:

Eles então não ousavam guerrear contra o Rei: havia ainda tanta reverência restante com relação a ele nos corações das pessoas, a ponto de havê-los tornado odiosos, se houvessem declarado o que pretendiam. Eles precisavam de alguma forma fazer crer que o Rei havia primeiro guerreado contra o Parlamento. E além disso, eles não haviam-no ainda suficientemente desgraçado em sermões e panfletos (*Behemoth*, I, pp. 35-6).¹⁷²

Quando “A” discorre sobre as formas pelas quais os Presbiterianos tornaram-se uma força política, ele menciona a manipulação da população comum (*the common people*) através da pregação: “podeis contar este entre os seus artificios, fazer com que as pessoas acreditassem-se oprimidas pelo Rei, ou talvez pelos bispos, ou ambos” (*Behemoth*, I, p. 26).¹⁷³ Creppell coloca esta prática de discursos dirigidos à população com o intuito de minar a opinião acerca da facção rival e por meio dela o seu poder político, essa *performance* discursiva para a população, como elemento essencial do colapso da autoridade do Rei, de como o “*Behemoth* documenta a dissolução em ar rarefeito da autoridade de governar e exigir obediência, deixando o soberano com uma casca transparente de um mero direito à soberania,” (CREPELL, 2012, s/p)¹⁷⁴ através da manipulação pelos discursos das percepções sobre o soberano. Contudo, essa *performance* de convencimento da população não se limitou ao início do conflito ou ao enfraquecimento do Rei – Hobbes apresenta a opinião pública sendo disputada pelas várias facções durante todo o conflito. Ao discutir a situação do *Rump Parliament* ao final de 1648, “A” afirma que

Eles já haviam perdido os corações da maioria da população, e não tinham nada mais em que confiar do que no exército, o qual não estava sob o seu poder mas sim sob o poder de Cromwell, o qual nunca falhou, quando houve a ocasião, de colocá-los a fazer todas as coisas que pudessem torná-los odiosos à população, de modo a

thus stirring up popular emotion and reaction, if not reflection. The conflict created a roiling public sphere of argument and debate. [...] well over 22,000 sermons, speeches, pamphlets and newspapers were published between 1640 and 1661.”

¹⁷² No original: “they durst not presently make war upon the King: there was so much yet left of reverence to him in the hearts of the people, as to have made them odious, if they had declared what they intended. They must have some colour or other to make it believed that the King made war first upon the Parliament. And besides, they had not yet sufficiently disgraced him in sermons and pamphlets.”

¹⁷³ No original: “you may reckon this among their artifices, to make the people believe they were oppressed by the King, or perhaps by the bishops, or both.”

¹⁷⁴ No original: “*Behemoth* documents the dissolution into thin air of the authority to rule and to claim obedience, leaving the sovereign with a transparent shell of a mere right to sovereignty.”

futuramente dissolvê-los [o *Rump Parliament*] quando quer que fosse conducente aos seus objetivos (*Behemoth*, IV, pp. 160-1).¹⁷⁵

Para compreender a importância dada por Hobbes às opiniões na guerra civil inglesa, é preciso lembrar o papel de motores causais das ações na sua teoria da natureza humana. Se os indivíduos agem de acordo com as suas opiniões, influenciá-las e modificá-las por meio da propagação de doutrinas sediciosas, da manipulação retórica dos significados e da reivindicação de autoridades que absolutizam os valores no discurso significa causar outras ações. O papel e poder das opiniões na antropologia e na história de Hobbes estão inextricavelmente ligados ao poder dos discursos e em especial da retórica sobre as ações dos homens. Soubbotnik, ao discutir os sedutores e os seduzidos no *Behemoth*, destaca a importância da manipulação dos discursos na história de Hobbes:

é sobre essas duas formas de corrupção do povo: desobediência ativa e indiferença quanto ao dever da obediência, que se abre a análise histórico-política propriamente dita, em que o abuso das palavras e o uso incorreto do discurso têm um papel central. A ignorância (dos princípios da obediência à autoridade soberana) e a retórica perversa (religiosa e política) não cessam de serem relacionadas com o seu pano de fundo passional. Assim construído sobre a sua base antropológica, o artifício discursivo do *Behemoth* [...] pode ao mesmo tempo dar a contemplar o espetáculo ordenado da guerra civil enquanto sistema de atos-signos referidos aos seus motivos e às suas consequências (SOUBBOTNIK, 2012, s/p).¹⁷⁶

Ordenação das causas e consequências – como vimos, Hobbes compreende e constrói a ciência em geral e a sua teoria da natureza humana em particular em termos das relações necessárias entre causas e consequências. As paixões e as opiniões são as causas das ações humanas e a retórica uma forma de agir sobre ambas de modo a instigar ações desejadas pelo que discursa.

No *Behemoth* Hobbes atribui à retórica um poder impressionante e um papel preponderante como maneira pela qual as opiniões foram corrompidas e como forma utilizada pelos sediciosos para causar a guerra civil. “B” fala em “eles que causaram a rebelião pela

¹⁷⁵ No original: “they had already lost the hearts of the generality of the people, and had nothing to trust to but the army; which was not in their power, but in Cromwell’s; who never failed, when there was occasion, to put them upon all exploits that might make them odious to the people, in order to his future dissolving them whensoever it should conduce to his ends.”

¹⁷⁶ No original: “c’est sur ces deux formes de corruption du peuple: désobéissance active et indifférence au devoir d’obéissance, que s’ouvre l’analyse historique-politique proprement dite, où l’abus des mots et le mésusage du discours tiennent une place centrale. Ignorance (des principes de l’obéissance à l’autorité souverain) et rhétorique perverse (religieuse et politique) ne cessent d’être rapportées à leur arrière-plan passionnel. Ainsi construit sur son soubassement anthropologique, l’artifice discursif du *Behemoth* [...] peut à la fois donner à contempler le spectacle ordonné de la guerre civile en tant que système d’actes-signes rapportés à leurs motifs et à leurs conséquences.”

pregação” (*Behemoth*, I, p. 46)¹⁷⁷ e adverte sobre o perigo da pregação livre do controle público:

Não me lembro de haver lido sobre qualquer reino ou estado no mundo em que fora dada liberdade a qualquer homem privado para reunir as pessoas e dirigir-lhes frequentes discursos, ou quaisquer, sem o estado ter conhecimento primeiro, com a única exceção da Cristandade. Creio que os Reis pagãos previram que uns poucos tais oradores seriam capazes de realizar uma grande sedição (*Behemoth*, I, p. 16).¹⁷⁸

No segundo diálogo, é “A” quem condena a livre pregação como causa de guerras:

Confesso também que, considerando todo o dano que pode proceder de uma liberdade que os homens têm de todo domingo ou mais frequentemente arengar a todas as pessoas de uma nação em um momento, enquanto o estado ignora o que eles dirão; e que algo assim não é permitido em nenhuma parte do mundo fora da Cristandade, e portanto não há [fora dela] quaisquer guerras civis sobre religião; considero que muita pregação é uma inconveniência (*Behemoth*, II, pp. 63-4).¹⁷⁹

Hobbes condena repetidamente os discursos não autorizados pelo poder soberano porque considera as técnicas retóricas altamente eficazes sobre os ouvintes. Ao explicar a “B” como os Presbiterianos tornaram-se poderosos, o primeiro modo elencado por “A” é a forma da sua pregação:

eles moldavam o seu semblante e gestos de tal forma ao entrar no púlpito, e a sua pronúncia tanto em suas preces quanto no sermão, e usavam o conteúdo das Escrituras (seja ele compreendido pelo público ou não), de modo que nenhum trágico no mundo poderia ter desempenhado o papel de um verdadeiro homem santo melhor do que esses o faziam; de tal modo que um homem que desconhecesse tal arte nunca poderia suspeitar qualquer trama ambiciosa da parte deles para provocar a sedição contra o estado, conforme eles haviam então planejado (*Behemoth*, I, p. 24).¹⁸⁰

“A” também cita como outros elementos desta arte a veemência das suas vozes, gestos e olhares e a manipulação das paixões através das palavras e afirma que “por essa arte eles [os

¹⁷⁷ No original: “they that preached us into the rebellion.”

¹⁷⁸ No original: “I do not remember that I have read of any kingdom or state in the world, where liberty was given to any private man to call the people together, and make orations frequently to them, or at all, without first making the state acquainted, except only in Christendom. I believe the heathen Kings foresaw, that a few such orators would be able to make a great sedition.”

¹⁷⁹ No original: “I confess also, that considering what harm may proceed from a liberty that men have, upon every Sunday and oftener, to harangue all the people of a nation at one time, whilst the state is ignorant of what they will say; and that there is no such thing permitted in all the world out of Christendom, nor therefore any civil wars about religion; I have thought much preaching an inconvenience.”

¹⁸⁰ No original: “they so framed their countenance and gesture at their entrance into the pulpit, and their pronounciation both in their prayer and sermon, and used the Scripture phrase (whether understood by the people or not), as that no tragedian in the world could have acted the part of a right godly man better than these did; insomuch as a man unacquainted with such art, could never suspect any ambitious plot in them to raise sedition against the state, as they then had designed.”

ministros presbiterianos] obtiveram tanto crédito” (*Behemoth*, I, p. 24)¹⁸¹ que muitos homens deixavam as suas paróquias nos domingos e mesmo em dias de trabalho para ouvir essa forma de pregação em outras igrejas, desdenhando os ministros que liam as homílias apontadas pela Igreja ao invés de assim pregar.

Contudo, não é apenas nos púlpitos que Hobbes enfatiza a sedução pela retórica – conforme “A”, nas universidades os leigos, ao estudar as línguas clássicas, “familiarizaram-se com os princípios democráticos de Aristóteles e de Cícero, e a partir do amor pela sua eloquência apaixonaram-se pela sua política, e tal mais e mais, até que cresceu na rebelião de que agora falamos” (*Behemoth*, I, p. 43, meu grifo).¹⁸²

Um elemento a que Hobbes retorna repetidamente na sua apresentação do poder da retórica e condenação da sua parte na sedição é a utilização das palavras sem significado para seduzir a audiência. “A” afirma que os escolásticos “aprenderam o truque de impor o que quisessem sobre os seus leitores e de diminuir a força da verdadeira razão por meio de forquilhas verbais; quero dizer, distinções que não significam nada, mas servem apenas para assombrar a multidão de homens ignorantes” (*Behemoth*, I, p. 41).¹⁸³ É esta retórica das palavras sem sentido que confundem que Hobbes atribui ao Parlamento durante o período da sedição: “A” alega que o Parlamento teria declarado em palavras claras o seu propósito de apoderar-se da soberania “se as pessoas pudessem ser logradas com palavras inteligíveis tão facilmente como com palavras ininteligíveis” (*Behemoth*, IV, p. 164).¹⁸⁴ Segundo “A”, os significados eram suplantados pela consideração da eficácia no objetivo persuasório:

Esse Parlamento, no uso das suas palavras, quando acusavam a qualquer homem, nunca considerava o significado das palavras, mas sim o peso que tinham para tornar a acusação mais grave para a multidão ignorante, que considera hediondas todas as faltas que são expressas em termos hediondos, se eles odeiam a pessoa acusada (*Behemoth*, II, p. 68).¹⁸⁵

¹⁸¹ No original: “by this art they [the Presbyterian ministers] came into such credit.”

¹⁸² No original: “became acquainted with the democratical principles of Aristotle and Cicero, and *from the love of their eloquence fell in love with their politics*, and that more and more, till it grew into the rebellion we now talk of.”

¹⁸³ No original: “learnt the trick of imposing what they list upon their readers, and declining the force of true reason by verbal forks; I mean, distinctions that signify nothing, but serve only to astonish the multitude of ignorant men.”

¹⁸⁴ No original: “if the people could have been cozened with words intelligible, as easily as with words not intelligible.”

¹⁸⁵ No original: “This Parliament, in the use of their words, when they accused any man, never regarded the

É a doença das palavras de que fala Rancièr, em forma de uso para benefício próprio do caráter inconstante dos termos indefinidos, contaminados pelas múltiplas predisposições e opiniões individuais. Segundo Hobbes, essa retórica altamente eficaz exerce o seu poder sobre a base da ignorância da população acerca da política e em especial da soberania. Como coloca Soubbotnik, a corrupção e a sedução andam juntas com a ignorância e “a retórica capciosa dos responsáveis pela rebelião corrompe os súditos mantendo a ignorância das razões para obedecer às leis civis e obscurecendo o seu fundamento” (SOUBBOTNIK, 2012, s/p).¹⁸⁶ Também Slomp enfatiza a relação entre a ignorância e o uso capcioso da linguagem: “quanto [...] à questão de como os ambiciosos conseguiram se aproveitar da ignorância da população, a resposta de Hobbes é que a principal arma usada para enganar as pessoas de modo a levá-las à rebelião foi a própria linguagem. As palavras foram utilizadas enganar e confundir” (SLOMP, 2012, s/p).¹⁸⁷

O papel na sedição da ignorância da população acerca das bases da soberania e dos benefícios da obediência ao poder soberano é reiterado por toda a obra, e não se restringe somente às pessoas comuns mas permeava todo o reino. “A” alega que “a população em geral era tão ignorante do seu dever que talvez nem um em dez mil soubesse que direito tinha qualquer homem de comandá-lo ou que necessidade havia de que houvesse Rei ou *Commonwealth*, pela qual ele teria que entregar o seu dinheiro contra a sua vontade” (*Behemoth*, I, p. 04)¹⁸⁸. “A” afirma também que a incompreensão da soberania e a opinião da monarquia mista encontravam-se inclusive entre aqueles que apoiavam o Rei:

quem havia dentre eles, ainda que sabendo que o Rei tinha o poder soberano, que conhecia os direitos essenciais da soberania? Eles sonhavam com um poder misto, do Rei e das duas Câmaras. Que este era um poder dividido com o qual não poderia haver paz estava acima do seu entendimento (*Behemoth*, III, p. 125).¹⁸⁹

signification of them, but the weight they had to aggravate their accusation to the ignorant multitude, which think all faults heinous that are expressed in heinous terms, if they hate the person accused.”

¹⁸⁶ No original: “la rhétorique captieuse des fauteurs de la rébellion corrompt les sujets en entretenant l’ignorance des raisons d’obéir aux lois civiles et en obscurcissant leur fondement.”

¹⁸⁷ No original: “as to [...] the question of how the ambitious managed to take advantage of people’s ignorance, Hobbes’s answer is that the main weapon used to trick people into rebellion was language itself. Words were deployed to deceive and confuse.”

¹⁸⁸ No original: “the people in general were so ignorant of their duty, as that not one perhaps of ten thousand knew what right any man had to command him, or what necessity there was of King or Commonwealth, for which he was to part with his money against his will.”

¹⁸⁹ No original: “who was there of them, though knowing that the King had the sovereign power, that knew the essential rights of sovereignty? They dreamt of a mixed power, of the King and the two Houses. That it was a

Ao comentar a visão de Hobbes de que a praga doutrinal infectara toda espécie de indivíduos, inclusive conselheiros do Rei, Holmes sintetiza-a da seguinte forma:

A rebelião fora impelida por ideias que exasperavam a mente e distorciam a percepção das pessoas sobre o seu próprio benefício. Principalmente dentre essas “doutrinas perigosas” estavam as seguintes: a soberania pode ser dividida; o poder civil e o espiritual são distintos; o soberano está sujeito à lei; homens privados podem julgar se as leis são justas ou injustas; a consciência privada justifica a resistência, para não mencionar o tiranicídio; a Inglaterra tem uma constituição mista; e as repúblicas são livres, enquanto que as monarquias são tirânicas. Opiniões sediciosas como essas entraram furtivamente nas cabeças inglesas por meio de livros e discursos públicos (HOLMES, 1990, pp. xxv-xxvi).¹⁹⁰

Embora por diversas vezes Hobbes relacione uma sedução maliciosa dos ambiciosos com a ignorância das pessoas comuns acerca da soberania, em várias outras passagens ele aponta o caráter extremamente difundido dessas doutrinas e que muitos estavam sinceramente convencidos das suas opiniões errôneas sobre a política, ou seja, tinham as mentes corrompidas. Quando “B” exclama que as pessoas comuns (*the common people*) são tolas por ser tão facilmente logradas, “A” responde:

Que tipo de pessoas, quanto a essas questões, não é do tipo comum? Os mais astutos patifes de todo o Rump não eram mais sábios do que o resto que eles enganaram. Pois a maioria deles de fato acreditava que as mesmas coisas que eles impunham aos demais eram justas e razoáveis; e especialmente os grandes oradores e aqueles que reivindicavam ter erudição (*Behemoth*, IV, p. 158).¹⁹¹

Mesmo os orgulhosos e ambiciosos retóricos teriam sido enganados por doutrinas errôneas, as quais, provenientes das universidades, haviam contaminado todo o Reino. Ao especular sobre os motivos que levaram o Conde de Essex a opor-se ao Rei, “A” diz acreditar que ele não tivesse qualquer motivo particular de descontentamento com o soberano, “exceto apenas que ele fora carregado pela corrente (de certa forma) de toda a nação a pensar que a Inglaterra não era uma monarquia absoluta, mas mista; sem considerar que o poder supremo

divided power, in which there could be no peace, was above their understanding.”

¹⁹⁰ No original: “The rebellion was driven by ideas that vexed the mind and distorted people’s perception of their own advantage. Foremost among these ‘dangerous doctrines’ were the following: sovereignty may be divided; civil and spiritual power are distinct; the sovereign is subject to the law; private men can judge if laws are just or unjust; private conscience justifies resistance, not to mention tyrannicide; England has a mixed constitution; and republics are free, while monarchies are tyrannical. Seditious opinions such as these crept into English heads by way of books and public speech.”

¹⁹¹ No original: “What sort of people, as to this matter, are not of the common sort? The craftiest knaves of all the Rump were no wiser than the rest whom they cozened. For the most of them did believe that the same things which they imposed upon the generality, were just and reasonable; and especially the great haranguers, and such as pretended to learning.”

deve ser sempre absoluto, seja ele no Rei ou no Parlamento” (*Behemoth*, III, p. 112).¹⁹²

Enquanto no *Leviathan* Hobbes condenara essas opiniões como forma de argumentar a sua compreensão da política, no *Behemoth* ele ilustra na experiência da guerra civil como essas doutrinas detratadas pela sua teoria resultam no caos, ao mesmo tempo em que introduz como fatos pré-estabelecidos e indiscutíveis pontos da sua teoria como o caráter absoluto da soberania. Contudo, essa proposição estava muito longe de ser indiscutível – Jonathan Scott aponta que uma das passagens de textos políticos mais citadas na Inglaterra no século XVII lidava justamente com a constituição mista (SCOTT, 2003, pp. 149-150):

Se um Rei tiver apenas uma parte do poder soberano, e o Senado ou o Povo a outra, se tal Rei invadir aquela parte que não é a sua própria, ele pode ser justamente resistido, porque ele não é soberano naquele âmbito. O que, acredito, pode ocorrer, ainda que na divisão da soberania o poder de fazer a guerra tenha cabido ao Rei, pois este deve ser entendido como concernindo a uma guerra estrangeira. Já que quem quer que tenha uma parte da soberania deve ao mesmo tempo ter um direito a defendê-la. E quando é assim o caso, o Rei pode, pelo direito de guerra, perder até mesmo a sua parte da soberania (Grotius, *De Jure Belli*, livro I, cap. 4, § 13).¹⁹³

Esta ideia de que a soberania era mista e que cada uma das partes da soberania teria o direito de resistir pelas armas a uma ameaça à sua porção e inclusive adquirir outras partes da soberania seduzia os ingleses na mesma medida em que exasperava Hobbes, para quem ela era obviamente incompatível com a paz e origem de perpétua disputa no Reino.

No *Leviathan*, ao defender a indivisibilidade do poder soberano como essencial para a paz, Hobbes utilizara a guerra civil inglesa como argumento: “se não houvera primeiramente uma opinião aceita pela maior parte da Inglaterra de que esses poderes eram divididos entre o Rei, os Lordes e a Câmara dos Comuns, as pessoas não teriam nunca se dividido e caído nesta Guerra Civil” (*Leviathan*, II, xviii, 16).¹⁹⁴ Assim como na epístola dedicatória do *Behemoth*

¹⁹² No original: “saving only, that he was carried away with the stream (in a manner) of the whole nation, to think that England was not an absolute, but a mixed monarchy; not considering that the supreme power must always be absolute, whether it be in the King or in the Parliament.”

¹⁹³ No original: “If a King should have but one Part of the sovereign Power, and the Senate or People the other, if such a King shall invade that Part which is not his own, he may justly be resisted, because he is not Sovereign in that Respect. Which I believe may take Place, though in the Division of the Sovereignty, the Power of making War fell to the King, for that is to be understood of a foreign War: Since whoever has a Share of the Sovereignty must have at the same Time a Right to defend it. And when the Case is so, the King may, by the Right of War, lose even his Part of the Sovereignty.”

¹⁹⁴ No original: “if there had not first been an opinion received of the greatest part of England that these powers were divided between the King and the Lords and the House of Commons, the people had never been divided and fallen into this Civil War.”

Hobbes aponta a qualidade instrutiva mas transitória da experiência da guerra civil inglesa (*Behemoth*, v), na sequência da passagem anterior do *Leviathan* Hobbes adverte que as lições sobre a soberania aprendidas na guerra durariam “até que as suas misérias sejam esquecidas, e não por mais tempo, a não ser que o vulgo seja melhor ensinado do que até o momento eles o foram” (*Leviathan*, II, xviii, 16).¹⁹⁵

Se a retórica é a ferramenta principal da sedição, a instrução sobre a soberania e as consequências das doutrinas errôneas, voltada para a obediência e a paz da *Commonwealth*, é o seu oposto e remédio. Apenas a coerção e o medo da punição das leis não são suficientes:

enquanto que no *Leviathan* Hobbes conta com o medo para livrar os indivíduos da destruição e da guerra civil, no *Behemoth* ele enfatiza a ideia de que a menos que a ignorância seja substituída pelo conhecimento dos princípios da obrigação política, apenas o medo não pode oferecer qualquer salvação (SLOMP, 2012, s/p).¹⁹⁶

Como vimos, na redação latina do *Leviathan* Hobbes já expressara a ideia de que a discórdia sobre as opiniões e a corrupção das mentes só pode ser combatida por uma instrução correta e não pela força.

No *Behemoth*, quando “A” afirma que o âmago da rebelião estava nas universidades e advoga a sua reforma como forma de evitar a propagação de doutrinas sediciosas, a resposta de “B” postula que uma reforma das opiniões através da instrução correta da população é o único modo de garantir uma obediência duradoura:

Penso ser um rumo muito bom, e talvez o único que possa fazer com que a nossa paz uns com os outros seja constante. Pois se os homens não conhecem o seu dever, o que há que possa forçá-los a obedecer às leis? Um exército, vós direis. Mas o que forçará o exército? [...] Sou portanto da opinião tanto de que os homens possam ser levados a um amor pela obediência por pregadores e por *gentlemen* que absorvam bons princípios na sua juventude nas universidades, como também de que nós nunca teremos uma paz duradoura até que as universidades sejam elas mesmas de tal maneira, como vós dissestes, reformadas (*Behemoth*, I, p. 59).¹⁹⁷

¹⁹⁵ No original: “till their miseries are forgotten, and no longer, except the vulgar be better taught than they have hitherto been.”

¹⁹⁶ No original: “whereas in *Leviathan* Hobbes relies on fear to deliver individuals from destruction and civil war, in *Behemoth* he stresses the view that unless ignorance is replaced with knowledge about the principles of political obligation, fear alone can offer no salvation.”

¹⁹⁷ No original: “I think it a very good course, and perhaps the only one that can make our peace amongst ourselves constant. For if men know not their duty, what is there that can force them to obey the laws? An army, you will say. But what shall force the army? [...] I am therefore of your opinion, both that men may be brought to a love of obedience by preachers and gentlemen that imbibe good principles in their youth at the Universities, and also that we never shall have a lasting peace, till the Universities themselves be in such manner, as you have

Para manter a paz, os homens deveriam ser ensinados os seus deveres como demonstrados na ciência política – como postula Slomp, “é desse modo que o *Behemoth* assevera a suprema importância do *Leviathan*” (SLOMP, 2012, s/p)¹⁹⁸, pois Hobbes propõe o conteúdo deste como solução para o problema das consequências da ignorância retratado na sua obra histórica. De fato, Hobbes defende no *Behemoth* que nada pode fazer os indivíduos compreender a política e os seus deveres e assim manter a paz exceto conhecer a ciência política (hobbesiana). Nem a experiência da guerra em primeira mão (*Behemoth*, I, p. 39), nem engenho, prudência ou diligência (*Behemoth*, II, p. 70) – “A” reitera que a sedição é consequência da falta de ciência:

Vós terdes chamado às pessoas comuns de tolas obrigou-me a mostrar-vos por essa digressão que não é a falta de engenho mas a falta da ciência da justiça que os levou a esses distúrbios [*troubles*]. [...] Não lhes faltou engenho, mas o conhecimento das causas e das bases sobre as quais uma pessoa tem um direito de governar e o resto uma obrigação de obedecer; bases as quais devem ser ensinadas à população, que sem elas não consegue viver em paz entre si por muito tempo (*Behemoth*, IV, pp. 159-160).¹⁹⁹

Nessa passagem Hobbes menciona a instrução sobre as causas enquanto que em outras menciona também as consequências: “eles devem portanto ser ensinados as bases do seu dever, e as razões pelas quais calamidades sempre se seguem à desobediência aos seus soberanos legítimos” (“B”, *Behemoth*, III, p. 144).²⁰⁰ É porque Hobbes afirma que a deliberação que determina a ação é um cálculo dos desejos com base na consideração das causas e das consequências que ele acredita que um melhor entendimento destas levaria necessariamente a decisões mais corretas. Slomp afirma que a instrução hobbesiana teria como objetivo corrigir a contradição que Hobbes encontrava entre os atos e a sua interpretação pelos agentes:

No *Behemoth* o Falante A traz a tona a desconexão entre o que as pessoas fizeram [...] e o que as pessoas pensaram que estavam fazendo. [...] O Falante A mostra que a

said, reformed.”

¹⁹⁸ No original: “in this way *Behemoth* asserts the paramount significance of *Leviathan*.”

¹⁹⁹ No original: “Your calling the people silly things, obliged me by this digression to show you, that it is not want of wit, but want of the science of justice, that brought them into these troubles. [...] They wanted not wit, but the knowledge of the causes and grounds upon which one person has a right to govern, and the rest an obligation to obey; which grounds are necessary to be taught the people, who without them cannot live long in peace amongst themselves.”

²⁰⁰ No original: “they must therefore be taught the grounds of their duty, and the reasons why calamities ever follow disobedience to their lawful sovereigns.”

guerra civil ocorreu não apenas como um mero resultado das paixões humanas mas por causa do fracasso tanto das pessoas comuns quanto dos bem instruídos em compreender o verdadeiro significado e as implicações das suas ações (SLOMP, 2012, s/p).²⁰¹

Contudo, como vimos, esse “fracasso” ocorre pelo próprio funcionamento da natureza humana, pois as percepções são avaliações subjetivas e imperfeitas, a prudência e o engenho natural não são guias suficientes e a consideração da cadeia das consequências envolvida na previsão é quase sempre falha e lacunar. Na teoria hobbesiana assim como na sua interpretação da história da guerra civil, os homens buscam sempre o bem para si mas frequentemente estão enganados sobre que ações lhes trariam benefício e quais lhes trariam a ruína. É por meio da instrução sobre a política que Hobbes propõe a correção desse cálculo, de forma a fazer com que os homens reconheçam na obediência e na soberania hobbesiana o maior bem para si.

Assim, podemos perceber no *Behemoth* a predominância das opiniões como causa das ações e como origem das disputas e da sedição, o que é ancorado na teoria hobbesiana da natureza humana, porém apresentado no *Behemoth* como dado da experiência. A subjetividade inevitável das percepções e o funcionamento mecânico das ações, guiadas necessariamente pelos interesses inconstantes dos indivíduos, levam os homens a incessantes disputas sobre o certo e o errado, sobre os significados, sobre o curso de ação correto ou justo, e esta discórdia engendra a sedição. A natureza da percepção também está relacionada à ignorância que possibilita a corrupção e a sedução dos indivíduos por doutrinas errôneas, pois para Hobbes os homens na maioria das vezes não conseguem enxergar o seu verdadeiro próprio bem. Este grande peso dado por Hobbes às opiniões na trama do seu *Behemoth* corresponde a um deslocamento da solução da coerção das leis para uma ênfase muito maior na importância da instrução sobre a política como remédio para as consequências da natureza humana.

Percepções, paixões e ações

É preciso atentar agora para outros elementos da natureza humana presentes no *Behemoth*, em especial o papel das paixões e da variedade das percepções e seu efeito no comportamento dos homens durante a guerra. Retornemos por um momento à passagem em

²⁰¹ No original: “In *Behemoth* Speaker A brings to light the disconnectedness between what people did [...] and what people thought they were doing. [...] Speaker A shows that the civil war occurred not as a mere result of human passions but because of the failure of both the common people and the well-educated to grasp and understand the true meaning and implications of their actions.”

que “A” introduz como evidente a teoria hobbesiana da visão na condenação de como os Presbiterianos tratavam do pecado da luxúria:

enquanto que eles mantiveram e inculcaram, tanto nos seus sermões como nos seus escritos, que os primeiríssimos movimentos da mente, isto é dizer, o deleite que os homens e as mulheres sentem ao ver a forma uns dos outros, ainda que freiassem o procedimento deste de modo que nunca se tornasse uma intenção, eram não obstante um pecado, eles levaram rapazes ao desespero e a pensar que estavam condenados, porque não podiam (o que nenhum homem pode, e é contrário à constituição natural [*the constitution of nature*]) contemplar um objeto aprazível sem deleite (*Behemoth*, I. p. 26).²⁰²

Aqui podemos perceber que para Hobbes os homens não podem evitar as suas percepções, pois elas são um movimento necessário de reação à experiência. Entretanto uma percepção em forma de concepção mental de deleite não acarreta necessariamente um ato de luxúria, pois tal ação pode ser suplantada por outras percepções durante a deliberação. Além disso, um homem não pode evitar o deleite com algo que percebe desejável, mas – e é nesse ponto que a teoria acrescenta um significado à compreensão da passagem – o que um homem percebe como desejável em um dado momento não é o mesmo que outro homem. Indivíduos diferentes ou o mesmo em diferentes momentos percebem e reagem ao mesmo objeto ou experiência de formas distintas. Estes dois pontos, a necessidade e a variedade das opiniões e das paixões (e ainda mais variados são os objetos destas), são inseparáveis na visão de Hobbes.

Hobbes reúne a diversidade dos indivíduos envolvidos na guerra, com seus motivos e objetivos particulares, nas linhas gerais das paixões, embora elabore as motivações com detalhes e nuances ao deter-se em alguns casos. Em meio à variedade das motivações passionais atribuídas por Hobbes aos agentes da sedição, destacam-se a ambição, a inveja e o orgulho. Contudo, essas duas últimas estão de fato intimamente relacionadas no *Behemoth* com formas de ambição e podem as três ser reunidas sob o termo competitividade. Buscando sempre o seu bem aparente, os homens são para Hobbes acima de tudo seres competitivos.

É evidente a importância da ambição como motivação passional na obra. Ao discutir o papel dos ministros presbiterianos e dos *gentlemen* educados nas universidades, “A” reúne os

²⁰² No original: “whereas they did, both in their sermons and writings, maintain and inculcate, that the very first motions of the mind, that is to say, the delight men and women took in the sight of one another’s form, though they checked the proceeding thereof so that it never grew up to be a design, was nevertheless a sin, they brought young men into desperation and to think themselves damned, because they could not (which no man can, and is contrary to the constitution of nature) behold a delightful object without delight.”

principais líderes sob essa paixão:

E ainda que não seja provável que todos eles tenham agido por malícia, mas muitos deles por erro, ainda assim certamente os líderes principais foram ministros e *gentlemen* ambiciosos; os ministros invejando a autoridade dos bispos, a quem consideravam menos doutos; e os *gentlemen* invejando o Conselho Privado, a quem consideravam menos sábios do que eles próprios (*Behemoth*, I, p. 23).²⁰³

Contudo, nessa passagem já podemos perceber como a ambição não se encontra isolada como motivação e a sua primazia revela a uma análise mais atenta uma expansão de significados e uma estreita relação com outras paixões. Os líderes ambiciosos buscam poder por inveja e por orgulho, por não aceitar que aqueles que consideram inferiores lhes suplantem em autoridade e reverência. De fato, na sequência dessa passagem, Hobbes eleva o papel do orgulho: “pois é uma questão difícil para os homens, todos os quais têm uma opinião muito favorável do seu próprio engenho, quando também adquiriram a erudição da universidade, serem persuadidos de que lhes falta qualquer habilidade necessária para o governo da uma *commonwealth*” (“A”, *Behemoth*, I, p. 23).²⁰⁴

Quando “B” pergunta por que a *gentry* e a nobreza da Escócia se rebelou contra o Rei, a resposta de “A” é uma especulação com base na natureza humana que reúne orgulho, inveja, ambição por domínio e cobiça:

Sinceramente, eu não sei; eu não posso penetrar nos pensamentos de outros homens mais além do que sou levado pela consideração da natureza humana em geral. Mas com base nessa consideração eu vejo primeiro que homens de riqueza e nobreza antiga não estão aptos a tolerar que pobres religiosos [*poor scholars*] sejam seus semelhantes (como devem ser, quando feitos bispos). Em segundo lugar, que a partir da emulação da glória entre as nações, eles podiam estar dispostos a ver essa nação afligida pela guerra civil e podiam esperar, ao ajudar os rebeldes daqui, adquirir algum poder sobre os ingleses, ao menos até o ponto de estabelecer aqui a disciplina presbiteriana [...] Por último, eles podiam esperar por uma grande soma de dinheiro na guerra, como recompensa pela sua assistência, além de bom butim (*Behemoth*, I, pp. 29-30).²⁰⁵

²⁰³ No original: “And though it be not likely that all of them did it out of malice, but many of them out of error, yet certainly the chief leaders were ambitious ministers and ambitious gentlemen; the ministers envying the authority of bishops, whom they thought less learned; and the gentlemen envying the privy-council, whom they thought less wise than themselves.”

²⁰⁴ No original: “for it is a hard matter for men, who do all think highly of their own wits, when they have also acquired the learning of the university, to be persuaded that they want any ability requisite for the government of a commonwealth.”

²⁰⁵ No original: “Truly I do not know; I cannot enter into other men’s thoughts, farther than I am led by the consideration of human nature in general. But upon this consideration I see first, that men of ancient wealth and nobility are not apt to brook, that poor scholars should (as they must, when they are made bishops) be their fellows. Secondly, that from the emulation of glory between the nations, they might be willing to see this nation

Na consideração da experiência da guerra civil, as motivações passionais encontram-se mais interligadas do que na teoria do *Leviathan*, em que as definições e separações são mais estritas. A ambição é definida como um desejo de cargos ou precedência (*Leviathan*, I, vi, 24), o desejo de riquezas é chamado de cobiça (*covetousness* - *Leviathan*, I, vi, 23), o orgulho é apresentado como excessiva opinião de si mesmo (*Leviathan*, I, viii, 19) e como sinônimo de *glory* e *vain-glory*²⁰⁶, uma alegria acerca do próprio poder e habilidades (*Leviathan*, I, vi, 39). O orgulho e a glória são relacionados com a inveja, mágoa com o sucesso alheio combinada com o desejo de suplantar ou estorvar os concorrentes (*Leviathan*, I, vi, 48). Entretanto, também nesta obra a ambição revela-se uma paixão que se combina às outras, um sinônimo de uma busca de diversas formas de poder, por exemplo quando Hobbes afirma que *vain-glorious men*, aqueles que se acreditam sábios, tendem à ambição por cargos públicos, honra e reverência (*Leviathan*, I, xi, 12-13).

No *Behemoth*, a ambição pode ser um desejo de poder em geral, de meios de assegurar o bom resultado dos seus desejos, ou de poderes particulares: poder político, domínio sobre outros, cargos, riqueza, reverência, honra, superioridade. Ela é frequentemente um resultado do orgulho, da inveja e, em menor grau, da cobiça. Quando Hobbes fala em ambiciosos, ele não se refere apenas à busca de cargos e precedência na esfera pública, mas a homens extremamente orgulhosos, crentes no seu superior conhecimento da verdade e merecimento, invejosos do poder alheio, em busca de variadas formas de benefícios, estima, reverência e proeminência – ou seja, em uma competição por diversos modos de poder.

Tendo dito no diálogo I, como vimos, que os ministros presbiterianos eram ambiciosos e invejavam a autoridade dos bispos, no diálogo II (*Behemoth*, II, p. 89) e no diálogo IV “A” afirma que eles incitaram a rebelião para que “eles pudessem governar, e dessa forma satisfazer não apenas o seu espírito cobiçoso com riquezas, mas também a sua malícia com o poder para arruinar todos os homens que não admirassem a sua sabedoria” (*Behemoth*, IV, p. 159).²⁰⁷ Nesta passagem, então, a sua ambição é retratada como uma forma de obter poder

afflicted by civil war, and might hope, by aiding the rebels here, to acquire some power over the English, at least so far as to establish here the Presbyterian discipline [...]. Lastly, they might hope for, in the war, some great sum of money, as a reward of their assistance, besides great booty.”

²⁰⁶ “Grande *vanglória*, que é comumente chamada de *orgulho* e *presunção de si*” (*Leviathan*, I, viii, 18). No original: “great *vain-glory*, which is commonly called *pride* and *self-conceit*.”

²⁰⁷ No original: “they might govern, and thereby satisfy not only their covetous humour with riches, but also their malice with power to undo all men that admired not their wisdom.”

para satisfazer tanto a sua cobiça quanto o seu orgulho. Já na explicação de “A” sobre os atos de Cromwell no início de 1653, a ambição é um desejo de domínio político absoluto: “a Cromwell lhe faltava agora apenas um passo para o objetivo da sua ambição, e este passo era pôr o seu pé no pescoço deste Longo Parlamento” (*Behemoth*, IV, p. 179).²⁰⁸

Tanto “B” como “A” estendem a competição por glória e honra às nações: “B” afirma que os escoceses sempre estimaram a glória da Inglaterra uma diminuição da sua própria e “A” responde que “é de fato comumente visto que nações vizinhas invejem a honra uma das outras, e que a menos potente carregue a maior malícia” (*Behemoth*, I, p. 32).²⁰⁹ A própria ambição por cargos é colocada como um subproduto do orgulho e da busca de estima:

[A] Posso acrescentar a tolice daqueles excelentes homens, os quais a partir da sua leitura de Cícero, Sêneca, ou de outros antimonárquicos, consideram a si mesmos políticos competentes e mostram o seu descontentamento quando não são chamados à administração do estado, e mudam de um lado para outro a cada negligência que eles imaginam receber do Rei ou dos inimigos deste (*Behemoth*, III, pp. 155-6).²¹⁰

Por meio de “A”, Hobbes relaciona até mesmo o desafio à soberania do Rei e a tentativa de mudança de regime ao orgulho dos membros do Parlamento: “a maioria deles eram membros da Câmara dos Comuns; alguns também dos Lordes; mas eram todos aqueles que tinham uma grande opinião da sua competência na política, a qual eles pensavam não receber a devida atenção do Rei” (*Behemoth*, I, p. 27).²¹¹

A primazia da atribuição da ambição como motivação passional das ações sediciosas no *Behemoth* precisa assim ser compreendida à luz da expansão da ambição para a busca de diversas formas de poder e superioridade e da sua íntima relação com outras paixões que motivam a própria ambição – em especial o orgulho/glória, também descrito como inveja, busca de honra e alta opinião da própria suficiência e sabedoria. É talvez essa multiplicidade

²⁰⁸ No original: “Cromwell wanted now but one step to the end of his ambition, and that was to set his foot upon the neck of this Long Parliament.”

²⁰⁹ No original: “it is indeed commonly seen that neighbour nations envy one another’s honour, and that the less potent bears the greater malice.”

²¹⁰ No original: [A] “I might add the folly of those fine men, which out of their reading of Tully, Seneca, or other anti-monarchics, think themselves sufficient politics, and show their discontent when they are not called to the management of the state, and turn from one side to another upon every neglect they fancy from the King or his enemies.”

²¹¹ No original: “most of them were members of the House of Commons; some few also, of the Lords; but all, such as had a great opinion of their sufficiency in politics, which they thought was not sufficiently taken notice of by the King.”

de termos para o que no *Leviathan* fora um pouco mais consistentemente chamado de glória que tenha levado Slomp a minimizar a importância de uma motivação que com muitas descrições permeia todo o texto, chegando a afirmar que “no *Behemoth*, a glória mal é mencionada como uma força motivacional, em contraste com a ambição, a qual ao contrário se sobressai no decorrer de todo o texto” (SLOMP, 2012, s/p).²¹² Tal afirmação se torna ainda mais desconcertante porque a autora conclui que no *Behemoth* a ambição cresce naqueles que desenvolvem uma “maior ‘insolência’ do que os demais sobre a sua própria sabedoria e habilidade para governar” (SLOMP, 2012, s/p)²¹³ por conta da sua educação e status social – ou seja, orgulho ou glória.

Muito menos proeminente do que no *Leviathan* é a paixão do medo, em especial do medo de perder a vida, a autopreservação. “A” refere-se contudo a esta motivação como óbvia na experiência quando busca desmontar a doutrina da obediência passiva:

Aquele que quer dizer que o seu sofrimento deveria ser tomado por obediência, deve não só não resistir, mas também não fugir ou esconder-se para evitar a punição. E quem dentre aqueles que discursam sobre a *obediência passiva*, quando a sua via está em extremo perigo, irá apresentar-se voluntariamente aos oficiais de justiça? Não vemos que todos os homens, quando levados para a execução, estão amarrados e escoltados, se soltariam se pudessem, e fugiriam? (*Behemoth*, I, p. 50).²¹⁴

Holmes defende que a experiência da guerra civil, com o seu retrato de homens dispostos a morrer por opiniões e por paixões como o orgulho, seria incompatível com a ênfase no medo e na preservação da própria vida que Hobbes incluíra no *Leviathan*: “o amor à vida parece forte. Mas, de fato, os homens estão dispostos a morrer por quase qualquer crença, não importa o quão ilógica. Esta era a conclusão desalentada de Hobbes” (HOLMES, 1990, p. xxviii).²¹⁵

De fato, Holmes dedica grande parte da sua introdução ao *Behemoth* a refutar uma

²¹² No original: “in *Behemoth*, glory is hardly mentioned as a motivational force, in contrast to ambition which instead looms large over the whole text.”

²¹³ No original: “more ‘insolence’ than the rest about their own wisdom and ability to rule.”

²¹⁴ No original: “He that means that his suffering should be taking for obedience, must not only not resist, but also not fly, nor hide himself to avoid punishment. And who is there amongst them that discourse of *passive obedience*, when his life is in extreme danger, that will voluntarily present himself to the officers of justice? Do not we see that all men, when they are led to execution, are both bound and guarded, and would break loose if they could, and get away?”

²¹⁵ No original: “the love of life seems strong. But, in fact, men are willing to die for almost any belief, however illogical. This was Hobbes’s dismayed conclusion.”

comum leitura do homem hobbesiano como ator racional perfeito, maximizador dos seus interesses e voltado inflexivelmente para a autopreservação. Para o autor, uma das maiores contribuições do *Behemoth* é tornar mais claro esse persistente erro de interpretação (HOLMES, 1990, p. x), que confunde as afirmações do auto-interesse dos homens hobbesianos com uma racionalidade perfeita e uma uniformidade de motivação. Como defende Holmes, essa interpretação reduz a grande variedade de motivações ou causas das ações – a diversidade das percepções, paixões, opiniões e objetos desejados, elemento essencial para a compreensão da discórdia natural entre os indivíduos – e ignora a precariedade do cálculo e das previsões envolvidas na deliberação para montar um falso retrato de homens racionais preocupados exclusivamente com o medo da morte.

Esta interpretação também obscurece a preocupação de Hobbes justamente com a frequente irracionalidade das ações humanas e com as causas desta. De fato, Hobbes começa o primeiro diálogo com “A” afirmando que o período entre 1640 e 1660 é um ponto privilegiado de observação de “todos os tipos de insensatez que o mundo pode fornecer” (*Behemoth*, I, p. 01).²¹⁶ Por vezes, a irracionalidade dos homens é dada como única explicação possível para uma ação – quando “B” pergunta para que o *Rump Parliament* decidiu retirar a estátua do Rei Charles I do Royal Exchange e destruí-la e por que não a dos demais reis, A responde: “Que explicação pode ser dada de ações que procedem não da razão, mas de malícia e paixões como ela?” (*Behemoth*, IV, p. 169).²¹⁷ Como coloca Holmes, “Hobbes estava completamente convencido do poder motivacional de emoções que turvavam a mente. Ele considerava auto evidente, por exemplo, que alguns homens prefeririam perder as vidas a suportar difamação” (HOLMES, 1990, p. xxix).²¹⁸ Os orgulhosos sediciosos do *Behemoth* revelam-se motivados por muito mais do que o medo da morte e muitas vezes colocam o orgulho, a honra, a ambição acima de uma autopreservação racional – além disso, o próprio uso da razão não é perfeito por conta da precariedade da sua deliberação.

No *Behemoth* os homens são retratados como levados a agir por diferentes paixões e opiniões, as quais muitas vezes suplantam a autopreservação, o lucro e o que Hobbes

²¹⁶ No original: “all kinds of folly, that the world could afford.”

²¹⁷ No original: “What account can be given of actions that proceed not from reason, but spite and such-like passions?”

²¹⁸ No original: “Hobbes was thoroughly persuaded of the motivational power of mind-clouding emotions. He found it self-evident, for example, that some men would rather lose their lives than endure slander.”

considerava o seu verdadeiro benefício, se calculado racionalmente. “A” aponta a existência de “imbecis sediciosos, que eram mais afeiçãoados à mudança do que à sua paz ou ao seu lucro” (*Behemoth*, III, p. 113).²¹⁹ A afirmação de Hobbes de que os homens agem necessariamente em busca de seu próprio benefício não pode ser adequadamente compreendida senão em conjunto com a noção de que esse bem aparente é extremamente variado e individual. Rejeitando a primazia do medo da morte na antropologia de Hobbes, Holmes lembra que mesmo quando a motivação principal dos indivíduos é a mesma paixão, o objeto desta varia:

Embora o medo seja parte da natureza humana, o objeto do medo é uma variável, dependendo da constituição individual e da educação. [...] A humanidade é insanamente autodestrutiva porque, entre outros motivos, os seres humanos temem a desonra e a danoção muito mais que temem a morte. [...] As motivações humanas são desordenadas e perversas demais para serem reduzidas à autopreservação ou à busca racional do benefício privado (HOLMES, 1990, pp. x-xi).²²⁰

Por diversas vezes Hobbes aponta a irracionalidade dos homens envolvidos na guerra civil, caracterizando-os como tolos, ignorantes, loucos e atribuindo-lhes raciocínios absurdos ou falhos. “A” condena que o comando do exército do Rei fora dado ao Conde de Arundel apenas porque seu ancestral havia derrotado os escoceses no passado: “não é nada mais que tola superstição esperar que Deus tenha vinculado o sucesso na guerra a um nome ou a uma família” (*Behemoth*, I, p. 31).²²¹ Sobre os Parlamentos, “A” afirma que “tudo que eles fizeram foi absurdo, embora eles não soubessem disso” (*Behemoth*, IV, p. 182).²²² Ao término do terceiro diálogo, “A” fala nas insensatezes, tolices ou loucuras (*follies*) da maior parte daqueles que compuseram o Longo Parlamento e relaciona-as com a incapacidade de perceber e avaliar corretamente, pela razão, a experiência e as consequências das suas ações:

Nem foi pouca insensatez dos Lordes, não ver que ao tirar o poder do Rei eles perdiam com isso os seus próprios privilégios; ou considerar-se, seja por número ou por juízo, de alguma forma uma assistência considerável à Câmara dos Comuns. E para aqueles homens que tinham aptidão nas leis, não era grande sinal de

²¹⁹ No original: “seditious blockheads, that were more fond of change than either of their peace or profit.”

²²⁰ No original: “While fear is wired into human nature, moreover, the object of fear is a variable, depending on an individual’s constitution and education. [...] Mankind is insanely self-destructive because, among other reasons, human beings fear dishonor and damnation much more than they fear death. [...] Human motivations are much too disorderly and perverse to be reduced to self-preservation or the rational pursuit of private advantage.”

²²¹ No original: “it is but foolish superstition to hope that God has entailed success in war upon a name or family.”

²²² No original: “all they did was absurd, though they knew not that.”

entendimento não perceber que as leis do país eram feitas pelo Rei, para obrigar os seus súditos à paz e à justiça, e não para obrigar a si mesmo que as fez. E por fim e em geral, todos os homens são tolos que derrubam algo que lhes faz bem antes de ter estabelecido algo melhor em seu lugar (*Behemoth*, III, p. 155).²²³

O retrato da insensatez e da irracionalidade dos homens no *Behemoth* faz com que Holmes afirme que “a noção de que os seres humanos, por natureza, perseguem incansavelmente o seu próprio benefício está radicalmente em conflito com a fabulosa crônica da insensatez humana do *Behemoth*” (HOLMES, 1990, p. xv).²²⁴ Contudo, o caráter absurdo atribuído por Hobbes às percepções e ações durante a guerra civil não contradiz o necessário auto-interesse da natureza humana, mas é de fato condizente com ele se tivermos em mente o lugar na teoria de Hobbes não só da variedade na determinação do bem aparente como também do caráter lacunar e falho da percepção humana. O fato de que para Hobbes os homens estavam na maioria das vezes enganados na sua percepção da experiência não pode obscurecer a sua caracterização desses mesmos homens como propelidos pela busca do (que percebiam como) seu próprio bem.

De fato, no comentário de “B” sobre as motivações da *gentry* e da nobreza escocesa para a sua aversão ao episcopado e rebelião contra o Rei, a teoria hobbesiana sobre o próprio bem como objetivo de toda ação é apresentada como um dado evidente: “pois nas suas vidas eles eram exatamente como os outros homens, perseguindo os seus próprios interesses e vantagens” (*Behemoth*, I, p. 29).²²⁵ Uma das explicações de “A” para a rebelião dos escoceses é que “eles foram animados a ela pelos ingleses democráticos e presbiterianos, com uma promessa de recompensa e esperança de pilhagem” (*Behemoth*, I, p. 31).²²⁶ “B” também argumenta que “as pessoas sempre foram, e sempre serão, ignorantes do seu dever com o público, nunca meditando nada além do seu interesse particular” (*Behemoth*, I, p. 39)²²⁷, ao

²²³ No original: “Nor was it a little folly in the Lords, not to see that by the taking away of the King’s power they lost withal their own privileges; or to think themselves, either for number or judgment, any way a considerable assistance to the House of Commons. And for those men who had skill in the laws, it was no great sign of understanding not to perceive that the laws of the land were made by the King, to oblige his subjects to peace and justice, and not to oblige himself that made them. And lastly and generally, all men are fools which pull down anything which does them good, before they have set up something better in its place.”

²²⁴ No original: “the notion that human beings are, by nature, relentless pursuers of their own advantage conflicts wildly with *Behemoth*’s fabulous chronicle of human folly.”

²²⁵ No original: “for in their lives they were just as other men are, pursuers of their own interests and preferments.”

²²⁶ No original: “they were animated to it by the democratical and Presbyterian English, with a promise of reward and hope of plunder.”

²²⁷ No original: “people have always been, and always will be, ignorant of their duty to the public, as never

que, cabe destacar, “A” responde com uma defesa da necessidade da instrução sobre os deveres e a política hobbessiana. “A” defende que tanto os sediciosos quanto os defensores do Rei tinham, e só podiam ter, como motivação um benefício próprio ou o medo de perdê-lo:

Quando os ministros presbiterianos e outros pregaram tão seriamente a sedição e animaram os homens à rebelião nessas últimas guerras; quem havia que não tivesse um benefício, ou tendo um não temia perdê-lo, ou alguma parte do seu sustento, pela alteração do governo, que tenha voluntariamente, sem mirar qualquer recompensa, pregado tão seriamente contra a sedição, como a outra facção pregava a favor? (*Behemoth*, II, p. 63)²²⁸

Também as controvérsias religiosas, as quais é atribuída tanta importância na guerra civil, são relacionadas por “A” a uma busca de vantagem pessoal, em termos de poder, lucro ou honra para si:

São as questões de autoridade e poder sobre a Igreja, ou de lucro, ou de honra para o clero, que na maior parte criam todas as controvérsias. Pois qual homem se incomodará e discutirá com seus vizinhos pela salvação da minha alma, ou da alma de qualquer outro que não ele mesmo? (*Behemoth*, II, p. 63).²²⁹

Entretanto, esta busca do bem para si é dependente da previsão das consequências e determinação de que atos conduziriam ao benefício desejado – quando “A” explica por que a cidade de Londres rendera-se ao Parlamento ele afirma que os seus governantes queriam manter os seus bens, cuja segurança fora assegurada em caso de rendição e era incerta em caso de resistência (*Behemoth*, III, p. 142). Segundo “A”, parte do exército seguia Cromwell por avaliar que esta seria a melhor forma de atingir os seus próprios fins de lucro:

Havia no exército um grande número (se não a maior parte) que visavam apenas à rapina e à divisão das terras e bens dos seus inimigos; e estes também, por conta da opinião que tinham da bravura e conduta de Cromwell, pensavam que não havia qualquer outra forma melhor de chegar aos seus objetivos do que aderir a ele (*Behemoth*, III, p. 136).²³⁰

meditating anything but their particular interest.”

²²⁸ No original: “When the Presbyterian ministers and others did so seriously preach sedition, and animate men to rebellion in these late wars; who was there that had not a benefice, or having one feared not to lose it, or some other part of his maintenance, by the alteration of the Government, that did voluntary, without any eye to reward, preach so earnestly against sedition, as the other party preached for it?”

²²⁹ No original: “They are the questions of authority and power over the Church, or of profit, or of honour to Churchmen, that for the most part raise all the controversies. For what man is he, that will trouble himself and fall out with his neighbours for the saving of my soul, or the soul of any other than himself?”

²³⁰ No original: there were in the army a great number (if not the greatest part) that aimed only at rapine and sharing the lands and goods of their enemies; and these also, upon the opinion they had of Cromwell’s valour and conduct, thought they could not any way better arrive at their ends than by adhering to him.”

A busca dos próprios interesses é portanto complicada e obstruída pelas falhas da percepção humana e os consequentes erros na deliberação. A percepção deficiente é apontada por “A” como um motivo da participação dos Lordes na sedição – “quanto aos Lordes, muitos poucos deles perceberam as intenções dos presbiterianos” (*Behemoth*, II, p. 89)²³¹ – e como razão para os soldados do Rei não lutarem tão entusiasticamente quanto o exército do Parlamento, o qual era composto por:

um grande número de aprendizes londrinos, os quais, por falta de experiência na guerra, teriam sido temerosos o suficiente da morte e dos ferimentos que se aproximassem visivelmente em espadas brilhantes; mas por falta de juízo, mal pensavam naquela morte que vem invisível em uma bala, e portanto era muito difícil levá-los a abandonar o campo de batalha (*Behemoth*, III, p. 142).²³²

Para que os homens determinem o seu bem e a forma correta de atingi-lo, seriam necessárias uma correta avaliação da experiência e do futuro e um cálculo acertado das consequências das ações: “não há nada que torne as decisões humanas mais difíceis quanto a incerteza do tempo futuro, nem nada que direcione melhor os homens nas suas deliberações quanto a previsão das consequências das suas ações” (“A”, *Behemoth*, IV, p. 188).²³³ Segundo “A”, quando da prisão do Rei, “o Parlamento [...] poderia ter conseguido o que queria do Rei durante a sua vida, se eles não tivessem por uma ambição inescrupulosa e estúpida obstruído o caminho para os seus objetivos” (*Behemoth*, III, pp. 144-5).²³⁴ É porque a percepção e a deliberação é tão falha que Hobbes tão frequentemente atribui caráter absurdo ou insensato às ações, aponta atos que conduziram ao oposto do benefício próprio pretendido ou que obstruíram a sua realização e enfatiza a necessidade de instruir a população sobre as bases da política e as causas e consequências da obediência ao soberano.

2.3 A natureza humana como causa

²³¹ No original: “for the Lords, very few of them did perceive the intentions of the Presbyterians.”

²³² No original: “a great many London apprentices, who, for want of experience in the war, would have been fearful enough of death and wounds approaching visibly in glistering swords; but, for want of judgment, scarce thought of such death as comes invisibly in a bullet, and therefore were very hardly to be driven out of the field.”

²³³ No original: “[A] there is nothing that renders human counsels difficult, but the uncertainty of future time; nor that so well directs men in their deliberations, as the foresight of the sequels of their actions.”

²³⁴ No original: “the Parliament [...] might have gotten what they would of the King during his life, if they had not by an unconscionable and sottish ambition obstructed the way to their ends.”

A teoria da natureza humana de Hobbes opera então no *Behemoth* a função de causa em dois planos interligados: em uma instância, ela é o elemento utilizado pelo autor para explicar as ações dos homens durante os eventos particulares da sua história; em outra, ela é a causa universal de todos os conflitos e guerras, a origem do problema político para o qual Hobbes apresenta a sua ciência como solução.

Enquanto elemento explicativo, Hobbes utiliza-se no *Behemoth* do funcionamento da natureza humana e em especial do papel das paixões e das opiniões como motivação e motor causal das ações para esclarecer como e por que os diversos atores ocasionaram a sedição. Sendo a natureza humana de Hobbes uma teoria geral que abstrai os particulares em favor do universal, é ela quem possibilita ao autor explicar eventos específicos da história pelo viés da sua ciência, por uma teoria geral, o que por sua vez generaliza o conflito e possibilita que o autor proponha uma solução geral não só para os eventos específicos da guerra civil inglesa mas como forma de evitar todos os conflitos políticos: a aplicação da ciência política hobbesiana em conjunto com a instrução da população a seu respeito. No âmbito do particular, dos eventos, a guerra é para Hobbes principalmente um relato, em boa parte extraído de fontes como a crônica de James Heath, cuja importância é diminuída frente à preocupação com a história das causas. No âmbito das explicações, contudo, a guerra é um problema tão prático como teórico e as suas causas Hobbes as encontra e enquadra principalmente pela lente generalizadora da teoria.

Não é surpreendente portanto que todos os homens no *Behemoth* ajam perfeitamente de acordo com a teoria da natureza humana de Hobbes, essa mecânica necessária e abrangente de percepções, paixões e ações. Hobbes aplica a teoria aos eventos – os quais por seu turno informaram a concepção da teoria – e lê as ações dos homens enquadrando-os nesse molde e, como aponta MacGillivray, distorcendo-os:

este brilhante ensaio histórico é distorcido por um defeito fundamental à maioria da filosofia política de Hobbes – o seu fracasso ou recusa em compreender mentes que eram radicalmente diferentes da sua própria, isto é, a maioria das mentes. [...] Embora consciente do vigor das forças contra a monarquia, e mesmo consciente em certa medida da impermeabilidade da mente humana à razão, ele retém, quase paradoxalmente, uma crença excessiva na importância da teoria e da demonstração. O *Behemoth* é marcado por esta incompreensão radical das mentes e das ações dos homens enquanto eles desempenhavam os seus papéis no mundo político (MACGILLIVRAY, 1970, p. 198).²³⁵

²³⁵ No original: “this brilliant historical essay is distorted by a defect fundamental to most of Hobbes’s political

Conforme a sua teoria, todos os seres humanos agem da mesma forma, ainda que esta forma busque abranger a diversidade individual e as singularidades. Assim, o enquadramento da experiência é perfeito porque só o poderia ser, e revela mais claramente a distorção da lente pessoal e teórica de Hobbes sobre a experiência, no estabelecimento da sua interpretação individual como um discurso verdadeiro sobre a guerra autorizado pela ciência.

Neste discurso de Hobbes sobre a sedição na Inglaterra encontram-se indicadores dos significados e compreensões possíveis e dos debates e demais discursos da época. Porém, “um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator. Um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias” (KOSELLECK, 2006, pp. 109-110). A natureza humana como conceito explicativo age sobre a realidade, convertendo a história da guerra civil inglesa em um acontecimento que funciona segundo a ciência hobbesiana e a avaliza e transformando o seu entendimento e as possibilidades semânticas da guerra.

Os confrontos na Inglaterra convertem-se assim em uma instância particular de um problema geral e perene e é a ideia da universalidade da natureza humana que permite que o *Behemoth* trate de ambos. A causa fundamental da guerra civil inglesa é a causa do conflito exposto na teoria política, é a causa de todas as guerras: a natureza sediciosa dos homens. As pessoas naturalmente não concordam e Hobbes enfatiza que a sequência natural da diversidade de opiniões é “(conforme é a natureza do homem) controvérsia, falta de benevolência, desobediência e por fim rebelião” (“B”, *Behemoth*, I, p. 52)²³⁶ ou “descontentamento, dissenso e finalmente sedição e guerra civil” (“A”, *Behemoth*, II, p. 95).²³⁷ Sem o artifício da política e a instrução, o conflito é a consequência necessária do funcionamento da natureza humana, da busca pelo benefício próprio, da variedade das paixões e das opiniões, da competitividade. A condição de mera natureza dos homens hobbesianos – ambiciosos, orgulhosos, invejosos e obstinados com suas muitas opiniões – é uma condição de guerra, a qual não é necessariamente aberta e armada, mas um estado de

philosophy – his failure or refusal to comprehend minds which were radically different from his own, that is to say, most minds. [...] Though aware of the strength of the forces against the monarchy, and even aware to some extent of the impermeability of the human mind to reason, he retains, almost paradoxically, an excessive belief in the importance of theory and demonstration. *Behemoth* is marked by that radical misunderstanding of the minds and actions of men as they play their parts in the political world.”

²³⁶ No original: “(as man’s nature is) disputation, breach of charity, disobedience, and at last rebellion.”

²³⁷ No original: “disaffection, dissension, and finally sedition and civil war.”

conflito, insegurança e instabilidade generalizados.

Apresentado como problema geral e inerente à condição humana, Hobbes pode no *Behemoth* apresentar uma solução também geral como ensinamento provindo da experiência para prevenir nova guerra. Essa solução é praticamente a mesma apresentada no *Leviathan*: a política hobbesiana das leis, do soberano juiz e medida pública, da soberania indivisível e a instrução sobre ela. À maior ênfase no papel causal das opiniões, contudo, corresponde uma maior ênfase na necessidade e importância da instrução como solução, suplantando em muito o papel da força, da coerção e do medo presente nas obras teóricas.

3. A deliberação guiada: teoria, história e instrução

A teoria da natureza humana de Hobbes conforme exposta no *Leviathan* corresponde em grande medida àquela encontrada no *Behemoth*, porém neste Hobbes coloca uma ênfase muito maior no papel causal das opiniões como origem das ações e do conflito (tanto em particular quanto em geral) e na importância da instrução como solução. Esta diferença está relacionada com o caráter de obra de história do *Behemoth*, em especial com a visão de Hobbes sobre o seu propósito instrutivo, e com os vínculos entre a natureza humana e a ideia hobbesiana de história.

Para aprofundar a análise sobre o lugar da natureza humana no *Behemoth* e sobre as formas pelas quais esta visão dos homens informa a escrita histórica de Hobbes, é preciso então investigar a visão de história de Hobbes e o propósito da obra em estudo.

3.1 Os propósitos da história

Na epístola dedicatória do *Behemoth*, Hobbes defende que “não pode haver nada mais instrutivo acerca da lealdade e da justiça do que será a memória, enquanto dure, desta guerra” (*Behemoth*, v).²³⁸ O propósito instrutivo da obra fica assim declarado desde o seu início, mas são também importantes dois outros aspectos desta afirmação: o uso do termo memória e a menção da sua fugacidade. Como vimos, a memória é a recordação da experiência, das percepções dos sentidos, e como ela, é falha e parcial. Além disso, esse conhecimento prudencial não tem efeito duradouro, como adverte “B”: “se vós pensais que as últimas aflições os fizeram mais sábios, estas serão rapidamente esquecidas, e então nós não estaremos mais sábios do que antes” (*Behemoth*, I, p. 39).²³⁹ A resposta de “A” é significativa: os homens precisam ser ensinados os princípios demonstrados pela ciência: “por que não podem os homens ser ensinados o seu dever, isto é, a ciência do *justo* e do *injusto* [...] a partir

²³⁸ No original: “there can be nothing more instructive towards loyalty and justice than will be the memory, while it lasts, of that war.”

²³⁹ No original: “if you think the late miseries have made them wiser, that will quickly be forgot, and then we shall be no wiser than we were.”

de princípios verdadeiros e demonstração evidente [?]” (*Behemoth*, I, p. 39).²⁴⁰

A experiência/memória, direta ou recebida, não é uma instrução garantida, eficaz e duradoura para Hobbes. O seu potencial instrutivo na maioria das vezes não se realiza, ou então não se sustenta. Apesar de Hobbes começar o *Behemoth* com “A” declarando que o período da guerra é um ponto privilegiado de observação das ações dos homens e das suas causas, a experiência da guerra não ensinara os ingleses sobre os seus deveres, como evitar nova sedição, a importância da instrução e da reforma das universidades ou mesmo as causas da própria guerra. Já no *Leviathan* Hobbes apontava esta insuficiência da experiência da guerra civil: “Percebo, por diversos livros ingleses publicados recentemente, que as guerras civis ainda não ensinaram suficientemente aos homens em que momento um súdito se torna obrigado ao conquistador, nem o que é a conquista” (*Leviathan*, R&C, 06).²⁴¹

A prudência, a apreensão da experiência através dos sentidos e da razão natural dos indivíduos, do seu engenho, resultava no não aprendizado das lições da guerra civil e Hobbes enfatizava a sua insuficiência para evitar os próprios distúrbios:

[A] [...] não é a falta de engenho mas a falta da ciência da justiça que os levou a esses distúrbios [*troubles*]. [...] Não lhes faltou engenho, mas o conhecimento das causas e das bases sobre as quais uma pessoa tem um direito de governar e o resto uma obrigação de obedecer; bases as quais devem ser ensinadas à população, que sem elas não consegue viver em paz entre si por muito tempo (*Behemoth*, IV, pp. 159-160).²⁴²

À população faltava não apenas um conhecimento dos eventos, mas da ciência, o conhecimento das causas, dos princípios da política e das suas consequências. É por isso que “B” afirma que “o vosso propósito era familiarizar-me com a história, não tanto daquelas ações que ocorreram no tempo dos últimos distúrbios [*troubles*], mas das suas causas, e daqueles conselhos e artifícios pelos quais as fizeram acontecer” (*Behemoth*, I, p. 45).²⁴³ A

²⁴⁰ No original: “Why may not men be taught their duty, that is, the science of *just* and *unjust* [...] from true principles and evident demonstration [?]”

²⁴¹ No original: “I find, by divers English books lately printed, that the civil wars have not yet sufficiently taught men in what point of time it is that a subject becomes obliged to the conqueror, nor what is conquest.”

²⁴² No original: “it is not want of wit, but want of the science of justice, that brought them into these troubles. [...] They wanted not wit, but the knowledge of the causes and grounds upon which one person has a right to govern, and the rest an obligation to obey; which grounds are necessary to be taught the people, who without them cannot live long in peace amongst themselves.”

²⁴³ No original: “your purpose was, to acquaint me with the history, not so much of those actions that passed in the time of the late troubles, as of their causes, and of the councils and artifice by which they were brought to pass.”

experiência bruta dos eventos não era suficientemente esclarecedora – a memória instrutiva que Hobbes oferecia na sua história da guerra civil é enquadrada pela ciência hobbesiana de forma a confrontar a falta de conhecimento que levava à sedição, comunicando as lições da ciência sobre a natureza humana e a política e apontando as opiniões errôneas que levaram os homens a agirem contra a paz da *commonwealth*.

Ingrid Creppell enfatiza a importância na obra de Hobbes da questão da educação e da comunicação das ideias científicas e defende que o seu objetivo era modificar opiniões e ações:

Hobbes acreditava que a sua própria obra constituía um corpo de ideias que poderiam ser transformadoras e conducentes à paz e à ordem. Ele também considerava que a crença e a opinião eram a base da estabilidade e do poder [...]. No melhor dos mundos, as pessoas leriam ou tomariam conhecimento dos princípios políticos de Hobbes e da sua justificação, e este conjunto de crenças transformaria então o que havia sido [...] desordem política em um consenso sobre os direitos de soberania para a paz e o bem do todo (CREPPELL, 2012, s/p).²⁴⁴

Como defende Tom Sorell, todos os textos de filosofia política de Hobbes visavam um impacto não apenas nas universidades mas também no âmbito da experiência – em última instância, Hobbes buscava contribuir para a prevenção da condição de guerra e para a manutenção da paz:

Hobbes escreveu sobre política em um período de grande controvérsia política na Inglaterra, e ele pretendia que os seus tratados tivessem um efeito na opinião pública e no comportamento. Na dedicatória de *The Elements of Law*, o primeiro de seus trabalhos de larga escala, ele afirmou que “seria um benefício incomparável para a *commonwealth* se todo homem mantivesse as opiniões a respeito da lei e da política aqui proferidas.” [...] Todos os três dos seus tratados políticos [...] foram pretendidos como persuasivos (SORELL, 1990, p. 342).²⁴⁵

Esta intenção transformadora e persuasória da obra de Hobbes é de especial relevância para a compreensão do *Behemoth*, esta história da guerra que apresenta a experiência pela ciência hobbesiana, preocupada principalmente com as causas da sedição e apontando-as

²⁴⁴ No original: “Hobbes believed his own work constituted a body of ideas that could be transformative and conducive to peace and order. He also considered belief and opinion to be the basis of stability and power [...]. In the best of all worlds, people would read or become aware of Hobbes’ political principles and their justification, and this set of beliefs would then transform what had been [...] political disorder into an agreement about the rights of sovereignty for the peace and good of the whole.”

²⁴⁵ No original: “Hobbes wrote about politics at a time of great political controversy in England, and he intended his treatises to have an effect on public opinion and behaviour. In the dedication to *The Elements of Law*, the earliest of his full-scale works, he claimed that ‘it would be an incomparable benefit to commonwealth, if every man held the opinions concerning law and policy here delivered.’ [...] All three of the political treatises [...] were supposed to be persuasive.”

sobretudo no funcionamento da natureza humana, nas opiniões errôneas e na falta de conhecimento dos homens sobre a ciência e sobre as consequências necessárias das ações humanas. Se por um lado Hobbes busca no *Behemoth* apontar a ignorância como causa da sedição, por outro ele buscava confrontar este problema esclarecendo a guerra civil por meio de uma retórica fundamentada pela sua ciência, de forma a tanto modificar opiniões e portanto atos individuais quanto a persuadir os leitores da necessidade da instrução da população em geral e de uma reforma das universidades.

A definição de história oferecida por Hobbes no *Leviathan* é bastante concisa:

Do CONHECIMENTO há dois tipos, dos quais um é o *conhecimento de fatos*, e o outro *conhecimento das consequências de uma afirmação para outra*. O primeiro é nada mais do que percepções dos sentidos e memória [...]. O outro é chamado *ciência* [...].

O registro do conhecimento de fatos é chamado *história*. Da qual há dois tipos: uma chamada *história natural* [...]. A outra é a *história civil*, que é a história das ações voluntárias dos homens em *commonwealths*.

Os registros da ciência são tais *livros* que contêm as *demonstrações* das consequências de uma afirmação para outra, e são comumente chamados de *livros de filosofia* (*Leviathan*, I, ix, 01-03).²⁴⁶

A preocupação de Hobbes nesta parte é com a diferenciação entre história e ciência, localizando a primeira no âmbito da experiência e da prudência e a segunda no âmbito do cálculo e da demonstração de princípios verdadeiros, tendo em vista a sua defesa durante a obra da necessidade de retirar a política do âmbito da opinião e da retórica e, ao contrário, embasá-la nas certezas do método científico. Cabe lembrar que Hobbes buscou em seus textos científicos combater o uso da história como argumento sobre direitos e alertar para as possíveis leituras sediciosas de textos da antiguidade greco-romana, inclusive as histórias. Contudo, contrastada com o conteúdo do *Behemoth*, a definição apresentada por Hobbes não é tão esclarecedora quanto os seus próprios usos da história no decorrer do *Leviathan*, como forma de explicar, exemplificar e persuadir acerca das proposições da sua política. Este uso revela uma utilidade explicativa da história, conhecimento prudencial da experiência, quando

²⁴⁶ No original: “There are of KNOWLEDGE two kinds, whereof one is *knowledge of fact*, the other *knowledge of the consequence of one affirmation to another*. The former is nothing else but sense and memory [...]. The latter is called *science* [...].

The register of knowledge of fact is called *history*. Whereof there be two sorts: one called *natural history* [...]. The other is *civil history*, which is the history of the voluntary actions of men in commonwealths.

The registers of science are such *books* as contain the *demonstrations* of consequences of one affirmation to another, and are commonly called *books of philosophy*.”

combinada com e embasada em um discurso científico, ou seja (segundo Hobbes), verdadeiro.

Ao apresentar as diferenças entre alguns tipos de discurso no capítulo VIII do *Leviathan*, Hobbes trata novamente da história: “em uma boa história o juízo deve ser eminente, porque a sua virtude consiste no método, na verdade e na escolha das ações das quais o conhecimento é mais proveitoso. A imaginação não tem lugar, exceto para adornar o estilo” (*Leviathan*, I, viii, 05).²⁴⁷ A importância dada à verdade do conteúdo, ao uso de um método correto e à escolha das ações apresentadas é reveladora porque aproxima a ideia de boa história para Hobbes da sua escrita histórica efetiva no *Behemoth* e afasta-a tanto da crônica que a definição anterior poderia sugerir quanto das histórias enganosas condenadas por Hobbes, baseadas no reino da opinião que leva ao erro e à discórdia. O conhecimento histórico pode então ser proveitoso, instrutivo, quando fundamentado por um método, pela verdade, quando a retórica não se sobrepõe ao juízo ou discernimento da experiência e à correta escolha dos eventos a serem expostos.

Cabe lembrar que no *Behemoth* Hobbes minimiza a importância do relato dos eventos – por vezes chegando a dirigir “B” (e o leitor) às crônicas para tomar conhecimento de eventos que ele não julgava importantes para a sua história, como o tratamento do Rei aprisionado: “aquele que possa se deleitar com a leitura de como ele foi vilmente usado pelos soldados entre a sentença e a execução, pode ir à própria crônica” (*Behemoth*, III, p. 154).²⁴⁸ Quando “B” pergunta sobre a parte militar da guerra, a resposta de “A” aponta as escolhas narrativas nesta história que não é tanto sobre as ações e eventos quanto sobre as suas causas e sobre as consequências para a paz da *commonwealth*:

Eu visei apenas a história [*story*] da sua injustiça, impudência e hipocrisia; portanto, para o curso da guerra, eu vos encaminho para a sua história escrita detalhadamente em inglês. Apenas farei uso de tal fio condutor que seja necessário para suplementar a desonestidade, e também a insensatez, que apontarei nas suas várias ações (*Behemoth*, III, pp. 119-120).²⁴⁹

²⁴⁷ No original: “In a good history the judgement must be eminent, because the goodness consisteth in the method, in the truth, and in the choice of the actions that are most profitable to be known. Fancy has no place, but only in adorning the style.”

²⁴⁸ No original: “He that can delight in reading how villainously he was used by the soldiers between the sentence and execution, may go to the chronicle itself.”

²⁴⁹ No original: “I intended only the story of their injustice, impudence, and hypocrisy; therefore, for the proceeding of the war, I refer you to the history thereof written at large in English. I shall only make use of such a thread as is necessary for the filling up of such knavery, and folly also, as I shall observe in their several actions.”

Para a compreensão do propósito instrutivo na visão de história de Hobbes, é esclarecedora a primeira obra publicada por Hobbes, em 1629: sua tradução da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides e os seus textos auxiliares, um prefácio aos leitores e um ensaio intitulado *Of the Life and History of Thucydides*. Tendo em mente a ressalva de que estes textos pertencem ao que se chama comumente de “fase humanística” de Hobbes, antes da sua descoberta da nova ciência e de Euclides, e portanto não contêm esse elemento e perspectiva que é tão preponderante nas obras posteriores do autor, tornam-se ainda mais interessantes as significativas aproximações entre as visões de histórias destes textos.

No prefácio aos leitores, Hobbes afirma que em Tucídides

a faculdade de escrever a história está no seu nível mais alto. Pois sendo que a tarefa principal e apropriada da história é instruir e habilitar os homens, pelo conhecimento de ações passadas, a se conduzir prudentemente no presente e providencialmente com relação ao futuro: não há restante qualquer outra (meramente humana) que a realize mais natural e completamente, do que esta obra do meu autor (HOBBS, 1989b, p. xxi).²⁵⁰

Este propósito instrutivo e de guia das ações faz-se de fato presente no *Behemoth*, apesar das diferenças com relação à forma, método e fundamentação. Em seu artigo sobre a história no pensamento de Hobbes, Luc Borot sustenta as similaridades entre estas duas obras, especialmente com relação à história como meio de instrução sobre as causas e motivações que comunica a verdade para melhor guiar os homens em suas ações, ao mesmo tempo em que adverte para as descontinuidades epistemológicas. Segundo Borot, as ideias apresentadas por Hobbes na sua tradução de Tucídides “devem ser lidas com cuidado após o rompimento epistemológico da década de 1630, mas depois de uma catástrofe tão grande como a Revolução Inglesa, Hobbes sentiu a necessidade de expor ao mundo as *verdadeiras* causas das décadas cataclísmicas. O meio para esta instrução foi uma história” (BOROT, 2006, p. 322).²⁵¹

As diferenças começam a evidenciar-se na sequência do prefácio, quando Hobbes elogia Tucídides por não inserir na sua obra discursos de ensinamento moral extrínsecos aos

²⁵⁰ No original: “the faculty of writing history is at the highest. For the principal and proper work of history being to instruct and enable men, by the knowledge of actions past, to bear themselves prudently in the present and providently towards the future: there is not extant any other (merely human) that doth more naturally and fully perform it, than this of my author.”

²⁵¹ No original: “are to be read with caution after the epistemological break of the 1630s, but after such a catastrophe as the English Revolution, Hobbes felt the urge to expose to the world the *true* causes of the cataclysmic decades. The medium for this instruction was a history.”

eventos pois a natureza da história é “meramente narrativa” [*merely narrative*] (HOBBS, 1989b, p. xxii). É possível propor que na perspectiva de Hobbes as digressões filosóficas do *Behemoth* não seriam extrínsecas aos eventos, porque fundamentadas na verdade da ciência e pertinentes à sua elucidação; contudo, não se pode minimizar o fato de que o *Behemoth* não só não é meramente narrativo como a narrativa não é nem mesmo a sua parte principal e é minimizada por “B” no propósito declarado do diálogo.

Hobbes elogia Tucídides por não abusar retoricamente da experiência historiada para comunicar preceitos morais e opiniões extrínsecas: por não acrescentar conjecturas exceto aquelas tão evidentes que a própria narrativa as poderia sugerir, por não inserir sermões morais e políticos e por não penetrar “nos corações dos homens mais além do que os próprios atos evidentemente o guiam” (HOBBS, 1989b, p. xxii).²⁵² Este elogio do que Tucídides não faz é claramente uma condenação de outras histórias e é compatível com um tema que se repetiria no decorrer de toda a obra de Hobbes, a denúncia da retórica nefasta e perniciosa que abusaria das palavras e da verdade e guiaria os homens ao erro. Por outro lado, é significativo comparar este louvor a um autor por não ir além do que os atos revelam sobre as ações com a seguinte já citada passagem do *Behemoth*: “[A] Não posso penetrar nos pensamentos de outros homens mais além do que sou levado pela consideração da natureza humana em geral” (*Behemoth*, I, p. 29).²⁵³ Percebe-se aqui que para a compreensão dos atos humanos, Hobbes passa de uma ideia de auto evidência da experiência para uma consideração dos atos através da sua teoria científica, do funcionamento da natureza humana.

De fato, o motivo dado por Hobbes para Tucídides ser “o historiógrafo mais político que já escreveu” (HOBBS, 1989b, p. xxii)²⁵⁴ é a sua maestria na escolha, exposição e ordenação que dá à experiência um caráter auto evidente:

Ele encheu as suas narrações com tal escolha de matéria, e ordenou-as com tal discernimento, e com tanta perspicácia e eficácia expressou-se que, como disse Plutarco, ele faz do seu ouvinte um espectador. Pois ele coloca o seu leitor nas assembleias do povo e no senado, em seus debates; nas ruas, em suas sedições; e no campo, em suas batalhas. Vede o quanto um homem de entendimento poderia ter adicionado à sua experiência, se houvesse sido então um observador dos seus procedimentos [...]: quase tanto ele pode beneficiar-se agora, por meio de uma

²⁵² No original: “into men’s hearts further than the acts themselves evidently guide him.”

²⁵³ No original: “I cannot enter into other men’s thoughts, farther than I am led by the consideration of human nature in general.”

²⁵⁴ No original: “the most politic historiographer that ever writ.”

leitura atenta [...]. Ele pode das narrações retirar lições para si mesmo (HOBBS, 1989b, p. xxii).²⁵⁵

Também no seu ensaio sobre a vida e a história de Tucídides, Hobbes elogia o autor por não falsificar ou embelezar a experiência e pela forma da sua escrita, que tornaria evidentes as lições – pela sua verdade e elocução: “pois na *verdade* consiste a *alma*, e na *elocução* o *corpo* da história. A última sem a primeira não é mais do que um retrato de história; e a primeira sem a última, inapta a instruir” (HOBBS, 1989^a, p. 575).²⁵⁶ Sobre a verdade da obra ele relaciona-a ao método e à forma, à própria elocução que torna evidente: “nenhuma palavra dele, mas as próprias ações [relatadas] algumas vezes os repreendem. Em resumo, se a verdade de uma história alguma vez já apareceu pela maneira de relatar, ela o faz nesta história: tão coerente, perspicua e persuasiva é toda a narração, e cada parte dela” (HOBBS, 1989^a, p. 576).²⁵⁷

Quanto à elocução, Hobbes elogia o discernimento nas escolhas, a ordenação, a cronologia rigorosa, o princípio pelas causas da guerra e a preocupação com a explicação de todas as ações:

Ele estabelece as bases e motivos de cada ação antes da própria ação, seja narrativamente ou então elaboradas na forma de *orações deliberativas* [...]. Após as ações, quando há justa ocasião, ele dá o seu julgamento delas [...]. Digressões para a causa da instrução, e outras tais transmissões abertas de preceitos (que é a parte do filósofo), ele nunca usa; tendo tão claramente colocado em frente aos olhos dos homens os caminhos e os resultados das decisões boas e más, que a própria narração instrui secretamente o leitor, e mais efetivamente do que seria possível ser feito por meio de preceitos (HOBBS, 1989^a, p. 577).²⁵⁸

²⁵⁵ No original: “He filleth his narrations with that choice of matter, and ordereth them with that judgment, and with such perspicuity and efficacy expresseth himself, that, as Plutarch saith, he maketh his auditor a spectator. For he setteth his reader in the assemblies of the people and in the senate, at their debating; in the streets, at their seditions; and in the field, at their battles. So that look how much a man of understanding might have added to his experience, if he had then lived a beholder of their proceedings [...]: so much almost may he profit now, by attentive reading [...]. He may from the narrations draw out lessons to himself.”

²⁵⁶ No original: “for in *truth* consisteth the *soul*, and in *elocution* the *body* of history. The latter without the former, is but a picture of history; and the former without the latter, unapt to instruct.”

²⁵⁷ No original: “no word of his, but their own actions do sometimes reproach them. In sum, if the truth of a history did ever appear by the manner of relating, it doth so in this history: so coherent, perspicuous and persuasive is the whole narration, and every part thereof.”

²⁵⁸ No original: “The grounds and motives of every action he setteth down before the action itself, either narratively, or else contriveth them into the form of *deliberative orations* [...]. After the actions, when there is just occasion, he giveth his judgment of them [...]. Digressions for instruction’s cause, and other such open conveyances of precepts, (which is the philosopher’s part), he never useth; as having so clearly set before men’s eyes the ways and events of good and evil counsels, that the narration itself doth secretly instruct the reader, and more effectually than can possibly be done by precept.”

Victoria Silver destaca este poder persuasório atribuído por Hobbes à história de Tucídides, em que a própria forma atua sobre o leitor para instruí-lo, afirmando que “o que Hobbes atribui a Tucídides é um discurso que é verdadeiro e que compele” (SILVER, 2006, p. 336),²⁵⁹ um discurso que efetua sobre o leitor o convencimento. Também com relação à instrução, Hobbes louva a própria escolha do tema da Guerra do Peloponeso:

pois os homens se beneficiam mais ao observar acontecimentos adversos do que ao observar prosperidade: desta forma, pelo tanto que as misérias dos homens instruem melhor do que o seu bom sucesso; pela mesma medida foi Tucídides mais feliz na escolha do seu assunto do que Heródoto foi sábio na escolha do seu (HOBBS, 1989^a, p. 579).²⁶⁰

Esta afirmação ecoa, é claro, na abertura do *Behemoth*, quando A declara que o período turbulento entre 1640 e 1660 na Inglaterra é ponto de observação mais privilegiado para a observação e o aprendizado sobre os homens (*Behemoth*, I, p. 01).

São várias portanto as aproximações entre a visão de história apresentada por Hobbes na sua apreciação de Tucídides e aquela do *Behemoth*: para os propósitos deste trabalho destacam-se a preocupação com as causas das guerras e das ações dos homens e a boa história como um discurso verdadeiro, persuasivo e eficaz, que busca instruir os leitores de forma a contribuir para as suas decisões no presente. Contudo, é preciso não minimizar as discontinuidades, em especial as epistemológicas, entre as duas obras, e ter em mente a mudança operada pela nova ciência na obra pós-humanística de Hobbes. Ele considerara a história de Tucídides uma retórica eficaz que tornava a experiência auto evidente, instruindo por lições manifestas. Como vimos, entretanto, tanto no *Leviathan* como no *Behemoth*, Hobbes exprimira uma perspectiva muito mais pessimista sobre a prudência como guia das ações e sobre a capacidade instrutiva da experiência. Ao invés de lições evidentes nos eventos, a ideia de que os homens dificilmente aprendem com a experiência, que não conseguem apreender as relações causais envolvidas, que mesmo as lições aprendidas são fugazes e que o necessário é a comunicação das lições da ciência.

O historiador David Wootton sustenta que esta posterior percepção de Hobbes acerca da insuficiência instrutiva dos distúrbios na Inglaterra levou o autor a abandonar a ideia da

²⁵⁹ No original: “what Hobbes attributes to Thucydides is a speech both true and compelling.”

²⁶⁰ No original: “for that men profit more by looking on adverse events, than on prosperity: therefore by how much men’s miseries do better instruct, than their good success; by so much was Thucydides more happy in taking his argument, than Herodotus was wise in choosing his.”

história como substituta da experiência apresentada na tradução de Tucídides, em favor de uma nova forma de história que respondesse ao problema percebido. Wootton afirma que

no *Behemoth* Hobbes oferece, acima de tudo, interpretação, de modo que aqueles que vivenciaram a guerra mas fracassaram em aprender com ela pudessem ser ensinados as conclusões corretas. A história como um substituto para a experiência deve ter parecido tristemente insuficiente em um momento em que a Inglaterra, com a experiência da guerra civil longe de ser esquecida, parecia em meio de um processo de repetição de velhos erros, ameaçando a nova estabilidade (WOOTTON, 1997, p. 220).²⁶¹

Wootton, porém, não dá a devida importância ao papel da ciência nesta reformulação. A perspectiva de que a experiência dificilmente ensina adequadamente e de que a prudência não é suficiente para manter os homens longe da condição de guerra está relacionada a um diferente período teórico de Hobbes, em que ele enaltece a ciência e opõe-na ao reino da opinião, gerador da sedição. A própria forma da escrita histórica do autor no *Behemoth* está imbuída pela ciência hobbesiana: a interpretação que explica a experiência da guerra civil é na maioria das vezes princípios da sua teoria ou conclusões baseadas nela. Além disso, o próprio problema que necessita a instrução, como vimos, é a falta de conhecimento dos homens acerca da ciência política, que Hobbes busca comunicar – cabe destacar que no *Leviathan*, apesar de uma maior ênfase na eficácia da coerção, Hobbes colocara como um dos principais deveres do soberano a instrução da população com relação aos seus deveres e às bases da soberania (*Leviathan*, II, xxx, 01-04).

Como defende Luc Borot, portanto, a história tornara-se para Hobbes um lugar de aplicação da verdade científica com o propósito de instruir e na escrita histórica do autor no *Behemoth* “a novidade reside na forma pela qual Hobbes organiza uma interação entre história e filosofia política como campos do conhecimento” (BOROT, 2006, p. 325).²⁶² No *Behemoth*, a busca pela verdade histórica e pela instrução dos homens, já postulada por Hobbes na sua apreciação de Tucídides, encontra-se transformada pela ciência hobbesiana, enquadrada por ela. Esta forma de história e a sua interação com a ciência estão relacionadas com percepções de Hobbes sobre tanto a insuficiência da prudência como guia quanto com a insuficiência

²⁶¹ No original: “in *Behemoth* Hobbes offers, above all, interpretation, so that those who experienced the war but failed to learn from it can be taught the right conclusions. History as a substitute for experience must have seemed woefully insufficient at a moment when England, with the experience of civil war far from forgotten, seemed in the process of repeating old mistakes, endangering new stability.”

²⁶² No original: “the novelty resides in the way Hobbes arranges for an interaction between history and political philosophy as fields of knowledge.”

persuasiva da ciência:

[A razão] pode atingir conclusões que são universalmente válidas e pode penetrar nas bases de verdades que são testemunhadas e lembradas. Uma história escrita faz com que o que é lembrado dure, mas, sem a ajuda da ciência, não consegue atingir generalidade e profundidade; não pode ser genuinamente explanatória. Outra forma de expressar este ponto é dizer que para Hobbes, a história não pode ensinar no sentido de demonstrar coisas. Por outro lado, Hobbes pensa que a história *pode* ser politicamente instrutiva, que é mais acessível do que a ciência e que precisa informar a ciência civil. Não é então sem valor, e é na verdade mais apropriada para instruir um público amplo do que a ciência (SORELL, 2006, p. 10)²⁶³

Outra diferença importante é o modo pelo qual a instrução teria efeito sobre os homens. Richard Ashcraft faz uma comparação interessante entre o propósito do *Behemoth* e o das punições, que segundo Hobbes no *Leviathan* não deveriam ser uma vingança, mas sim uma forma de evitar novas transgressões do punido e dos demais através do exemplo das consequências (*Leviathan*, II, xxviii, 1; xxx, 23), e então afirma que

o seu retrato das injustiças da Guerra civil no *Behemoth* não foi feito com o propósito de meramente registrar aquelas ações vis do passado, mas ao contrário com uma intenção voltada ao bem futuro que viria de tal conhecimento, especialmente a prevenção de violência e guerra civil no futuro (ASHCRAFT, 1978, p. 40).²⁶⁴

Como vimos, de acordo com a teoria hobbesiana da natureza humana, os homens agem impelidos necessariamente pelas suas opiniões, através da deliberação do que constitui o seu próprio bem e de como atingi-lo. A ciência de Hobbes transforma assim a natureza da instrução, porque modificar as opiniões dos homens significaria modificar a sua cadeia deliberativa e em última instância as suas próprias ações.

Para Hobbes, o alicerce científico da sua história retirava-a em nível geral do âmbito da opinião, aquela cacofonia de percepções individuais que levava necessariamente ao conflito, e em nível particular, separava-a das histórias e demais obras que comunicavam doutrinas falaciosas por meio de uma retórica poderosa, corrompendo as opiniões,

²⁶³ No original: “[Reasoning] can reach conclusions that are universally valid, and can penetrate to the grounds of truths that are witnessed and remembered. A written history makes what is remembered last, but, without the help of science, it cannot achieve generality and depth; it cannot be genuinely explanatory. Another way of putting the point is by saying that for Hobbes, history cannot teach, in the sense of demonstrating things. On the other hand, Hobbes thinks that history *can* be politically instructive, that it is more accessible than science, and that it needs to inform civil science. So it is not valueless, and indeed is better suited to instructing a wide audience than science.”

²⁶⁴ No original: “his account of the injustices of the civil war in *Behemoth* was not done with the design of merely recording those evil acts past, but rather, with an intention toward the good to come from such a knowledge, especially the prevention of future violence and civil war.”

fomentando a sedição e levando os homens ao erro. Como mencionado, o debate político na Inglaterra era conduzido em linguagens bíblica e histórica, em especial por meio do apelo aos precedentes e aos costumes imemoriais anglo-saxões, e também por meio do uso de exemplos históricos de diversas épocas para argumentar a existência de direitos e a justiça das ações pretendidas. Como destaca Borot, Hobbes opunha-se a esses usos da história para produzir mitos ideológicos como justificativa para a rebelião:

Nos seus esforços para romper com a tradição aristotélica, Hobbes também queria contestar o que ele percebia como um modo de sustentação das doutrinas parlamentárias e republicanas. [...] os defensores do sistema representativo no início do período moderno na Inglaterra estavam constantemente em busca de um vocabulário histórico para fundamentar os seus objetivos políticos em uma tradição (BOROT, 2006, p. 309).²⁶⁵

Quentin Skinner enfatiza a argumentação histórica com relação à justificação dos atos e bases do Parlamento:

a ideia de que a interpretação da história inglesa antiga era relevante para a decisão entre partidos políticos rivais era quase universal nos debates ideológicos Revolução Inglesa. Argumentos políticos eram de fato caracteristicamente históricos em forma. E a visão “whig”, de que os primórdios da história inglesa mostrariam uma continuidade do direito do Parlamento, era apenas uma entre várias conclusões em combate provenientes da mesma fonte (SKINNER, 1965, pp. 160-1).²⁶⁶

Dois dos principais argumentos de direito apresentados como embasados na história denunciados por Hobbes eram parte dos discursos não só dos que apoiavam o Parlamento mas também de muitos partidários do Rei: a ideia de que a Inglaterra sempre fora uma constituição mista, um equilíbrio entre monarquia, oligarquia e democracia, em que a soberania era dividida pelo soberano, os Lordes e os Comuns, e a ideia de que os direitos do Parlamento e a sua própria existência separada do Rei eram garantidos pela história.

Este uso da história é exposto no *Behemoth* diversas vezes. Com relação à deposição e execução do Rei, “A” afirma que ela fora justificada no Parlamento com longos discursos

²⁶⁵ No original: “In his endeavors to break from the Aristotelian tradition, Hobbes also wanted to take issue with what he perceived as a bulwark of the parliamentary and republican doctrines. [...] the upholders of the representative system in early modern England were constantly in search of an historical vocabulary to ground their political designs in a tradition.”

²⁶⁶ No original: “the assumption that the interpretation of early English history was relevant to deciding between rival political parties was almost universal in the ideological debates of the English Revolution. Political arguments were in fact characteristically historical in form. And the 'whig' view, that early English history showed a continuity of Parliamentary right, was only one among several embattled conclusions drawn from the same source.”

apresentando exemplos de reis mortos ou depostos por assembleias antigas e modernas, em várias partes do mundo (*Behemoth*, III, p. 154). Quando “B” pergunta qual era a pretensão de direito a soberania por parte do Parlamento, “A” responde que “é uma questão de coisas passadas há tanto tempo que estão agora esquecidas. Tampouco temos qualquer coisa com que conjecturar exceto os registros da nossa própria nação, e alguns pequenos e obscuros fragmentos de histórias romanas” (*Behemoth*, II, p. 76).²⁶⁷ Após esta diminuição do argumento pela incerteza do registro histórico, “A” segue a sua crítica garantindo que mesmo os exemplos do passado sendo conhecidos e corretos, não se pode “derivar deles qualquer argumento de direito, mas apenas exemplos de fatos, os quais, pela ambição de poderosos súditos, foram mais frequentemente injustos do que o contrário” (*Behemoth*, II, p. 76).²⁶⁸ Para Hobbes, os direitos são estabelecidos indiscutivelmente pela ciência e os atos dos homens eram frequentemente errôneos – a ideia de que algo seria justo por haver sido praticado alguma vez no passado era-lhe absurda.

Fritz Levy postula que o *Behemoth* foi escrito em oposição a esses abusos e manipulações da história, mas com a aceitação da eficácia do discurso histórico entre aqueles que Hobbes buscava convencer: “ele sabia que a maioria das pessoas ainda aceitava a velha visão de história, buscando no passado instruções para agir no presente. Para persuadi-las a agir corretamente, Hobbes assumiu a posição dos seus oponentes” (LEVY, 1997, p. 266).²⁶⁹ Já que a história era eficaz em persuadir os homens e guiar as suas opiniões e que era inseparável do debate político que Hobbes buscava afastar da opinião e fundar na ciência, Hobbes utilizou-se no *Behemoth* de convenções aceitas, reformulando-as, para comunicar as suas objeções e ideias não convencionais. Desta forma, ele buscava tomar controle da descrição e da interpretação da guerra civil, matéria das disputas políticas que ele visava influenciar, reelaborando-a e ressignificando-a de modo a conduzir a instrução que julgava correta, em oposição aos usos sediciosos e conflituosos que se faziam dela.

Martine Watson Brownley posiciona o *Behemoth* em uma emergente abordagem política na historiografia inglesa no século XVII: às tradicionais crônicas juntaram-se obras

²⁶⁷ No original: “it is a question of things so long past, that they are now forgotten. Nor have we any thing to conjecture by, but the records of our own nation, and some small and obscure fragments of Roman histories.”

²⁶⁸ No original: “derive from them any argument of right, but only examples of fact, which, by the ambition of potent subjects, have been oftener unjust than otherwise.”

²⁶⁹ No original: “he knew that most people still took the old view of history, seeking in the past instructions for acting in the present. To persuade them to act rightly, Hobbes took over the position of his opponents.”

engajadas nas disputas políticas e memórias, marcadas por perspectivas individuais, em que a narrativa era fortemente suplantada por polêmicas, análises e defesa de doutrinas e opiniões. Conforme Brownley,

ações passadas começaram a funcionar simplesmente como desculpas para o discurso político. Hobbes no *Behemoth* dirigia os leitores curiosos sobre o tratamento recebido por Charles I antes da sua execução “para a própria crônica.” Conforme o século progredia, e particularmente conforme as guerras civis, a crise da exclusão e a Revolução de 1688 levaram ao partidarismo violento, o enfoque na política na escrita histórica tornou-se rapidamente uma mera desculpa para simples propaganda. A instrução política na história, que havia tradicionalmente sido dirigida a estadistas, era cada vez mais dirigida a um público popular mais amplo. O resultado foi uma considerável ofuscação das distinções entre a narrativa histórica e o discurso político e polemista no decorrer do período (BROWNLEY, 1989, p. 490).²⁷⁰

É claro que o próprio Hobbes rejeitaria que a sua obra de história fosse mais uma contribuição de opiniões políticas sobre base histórica, apenas mais uma perspectiva individual no caos das opiniões, nos infindáveis debates que enfraqueciam a *commonwealth*. Para o autor, opinião eram todas as percepções, doutrinas e discursos que não eram científicos, ou seja, que não fossem fundados em definições e na correta aplicação do cálculo científico (*Leviathan*, I, vii, 04-05). O debate político estaria assim sobre a base movediça das opiniões individuais, inconstantes e interessadas:

A ignorância das causas e da constituição original do direito, da equidade, da lei e da justiça, dispõe um homem a fazer do costume e do exemplo a regra das suas ações [...]; os seus apelos vão do costume para a razão, e da razão para o costume, conforme lhe serve no momento, recuando do costume quando o seu interesse o requer, e colocando-se contra a razão tão frequentemente quanto a razão está contra ele: o que é a causa pela qual a doutrina do certo e do errado está perpetuamente em disputa, tanto pela caneta quanto pela espada; enquanto que a doutrina das linhas e das figuras não é assim debatida; porque os homens não se importam, nesse assunto, com qual seja a verdade, por ser algo que não se opõe à ambição, benefício ou desejo de qualquer homem (*Leviathan*, I, xi, 21).²⁷¹

²⁷⁰ No original: “past actions began to function simply as excuses for political discourse. Hobbes in *Behemoth* referred readers curious about Charles I's treatment before his execution ‘to the Chronicle itself.’ As the century progressed, and particularly as the civil wars, the exclusion crisis, and the 1688 Revolution led to violent partisanship, the focus on politics in historical writing rapidly became merely an excuse for straightforward propaganda. The political instruction in history which had traditionally been aimed at statesmen was increasingly addressed to a wider popular audience. The result was a considerable blurring of the distinctions between historical narrative and political and polemical discourse over the period.”

²⁷¹ No original: “Ignorance of the causes and original constitution of right, equity, law, and justice, disposeth a man to make custom and example the rule of his actions [...]; they appeal from custom to reason, and from reason to custom, as it serves their turn, receding from custom when their interest requires it, and setting themselves against reason as oft as reason is against them: which is the cause that the doctrine of right and wrong is perpetually disputed, both by the pen and the sword: whereas the doctrine of lines and figures is not so; because men care not, in that subject, what be truth, as a thing that crosses no man's ambition, profit, or lust.”

Hobbes buscara resolver este problema por meio da fundamentação da política na ciência, de modo a torná-la indiscutível. No *Behemoth*, ele buscou confrontar o problema dos discursos conflitivos e da falta de conhecimento da política por meio de um discurso histórico enquadrado pela sua ciência com o objetivo de instruir os homens sobre princípios certos, fazendo uso de uma linguagem – a história em geral e a experiência da guerra civil em particular – cuja utilização corrente lhe parecia engendrar a sedição. É por meio da perspectiva da superioridade do conhecimento histórico sobre a opinião que Hobbes autorizava o seu discurso como verdadeiro e separava-o das demais obras de história, as quais seriam fundadas em meras opiniões equívocas.

3.2 A estrutura do *Behemoth*

No *Behemoth*, Hobbes visava instruir sobre as causas da sedição, sobre as bases da política e sobre a necessidade de combater as doutrinas equívocas e sediciosas com a educação acerca dos princípios da sua ciência política. Como vimos, a sua teoria da natureza humana é parte essencial deste empreendimento. Hobbes encontra na natureza dos homens as causas do conflito e as explicações para as ações dos homens, a necessidade e a forma da sua política, assim como no seu funcionamento ele encontra a solução pela instrução que alteraria as opiniões e portanto as previsões e as deliberações dos homens, produzindo atos distintos daqueles guiados pelas paixões e opiniões equívocas e contornando assim a natureza conflitiva e sediciosa dos homens. A condição de mera natureza dos homens é uma condição de conflito, de insegurança generalizada, porque os homens tendem ao conflito pelo próprio funcionamento da sua natureza e sem as regras da política não conseguem viver em paz. Na obra em estudo, Hobbes busca comunicar esses princípios e guiar a deliberação pela leitura da experiência pela sua ciência, estabelecendo um discurso histórico próprio sobre a guerra civil inglesa, fonte de muitos outros discursos concorrentes que ele considerava daninhos à estabilidade da *commonwealth*.

É preciso agora analisar mais atentamente alguns elementos que estruturam o texto do *Behemoth*, de modo a melhor compreender como Hobbes compõe o seu discurso com vistas a atingir o efeito instrutivo sobre os leitores e alterar as suas deliberações. Primeiramente serão examinados usos da teoria como base da argumentação e com vistas à persuasão, e em seguida serão avaliados o uso de linguagens convencionais e o formato de diálogo da obra e a sua relação com a instrução.

Luc Borot destaca o uso por Hobbes da teoria para explicar a experiência histórica e da história para instruir sobre a teoria e a sua necessidade, apontando que ele acarreta uma distinta forma de expor os argumentos, uma outra linguagem:

No *Behemoth*, Hobbes aplica a teoria ao invés de demonstrar a sua validade. A sua batalha contra o reino da escuridão requer que ele explique as suas ideias por meio de estratégias não filosóficas: nem todo mundo pode ser convencido pela ciência por causa da sua linguagem e da sua abordagem especial; compensa, então, recorrer à prudência e à história. Tal abordagem ajuda o leitor a seguir por outra direção o mesmo caminho seguido por Hobbes na elaboração da sua filosofia. A dinâmica das paixões é mostrada em funcionamento na história, e dada como a causa última das ações dos homens individuais e dos grupos sociais. Os homens agem incorretamente a partir de concepções distorcidas, e a desordem social pode ter resultados tão mortais como a Guerra Civil Inglesa (BOROT, 2000, pp. 141-142).²⁷²

A ciência hobbesiana perpassa todo o *Behemoth*, principalmente de forma velada, como a fundamentação de argumentos tanto de “A” como de “B”, os quais estão carregados de significados definidos e defendidos nas obras teóricas do autor. A menção mais explícita à origem dos pressupostos utilizados encontra-se como vimos na defesa de “A” de que a ciência que a população precisa conhecer já se encontra devidamente exposta e demonstrada:

as regras do *justo* e do *injusto*, suficientemente demonstradas e a partir de princípios evidentes até mesmo para os de menor capacidade, não faltam; e não obstante a obscuridade do seu autor, têm brilhado não só neste como também em países estrangeiros, entre homens de boa educação (*Behemoth*, I, p. 39).²⁷³

São muito numerosas, contudo, as aplicações da ciência à experiência que não se revelam explicitamente. Já vimos vários exemplos dessa teoria velada na obra, como a teoria da visão para explicar o caráter inevitável da luxúria (*Behemoth*, I pp. 25-6) e o princípio da indivisibilidade da soberania como necessária à manutenção da paz para criticar as pretensões de direito do Parlamento (*Behemoth*, III, p. 125), e foram analisados os usos da teoria da natureza humana para explicar as ações e a necessidade da política e da instrução. Cabe precisar que chamo de estas utilizações de teoria velada não por serem alusões obscuras,

²⁷² No original: “In *Behemoth*, Hobbes is applying theory rather than demonstrating its validity. His battle against the kingdom of darkness requires him to explain his views through non-philosophical devices: not everyone can be convinced by science because of its language and its special approach; so it pays to fall back on prudence and history. It helps the reader follow from another direction the same path Hobbes follows in the elaboration of his philosophy. The dynamic of the passions is shown at work in history, and given as the ultimate cause of the actions of individual men and social groups. Men act badly from distorted conceptions, and social disorder can have outcomes as deadly as the English Civil War.”

²⁷³ No original: “The rules of *just* and *unjust* sufficiently demonstrated, and from principles evident to the meanest capacity, have not been wanting; and notwithstanding obscurity of their author, have shined, not only in this, but also in foreign countries, to men of good education.”

difíceis de discernir, mas porque possuem no *Behemoth* um lugar diferente do que na exposição sistemática das obras filosóficas de Hobbes.

No princípio do *Behemoth*, “A” oferece como explicação para a sedição por parte de Londres a ambição combinada com a percepção da prosperidade dos Países Baixos após a sua revolta contra o Rei e a previsão de que “similar mudança de governo aqui produziria para eles similar prosperidade” (*Behemoth*, I, p. 04).²⁷⁴ No *Leviathan*, Hobbes afirmara que muitos ingleses alegraram-se com os distúrbios “por conta de uma imitação dos Países Baixos, supondo que não se precisaria nada mais para enriquecer do que mudar, como eles mudaram, a forma do seu governo” (*Leviathan*, II, xxix, 13).²⁷⁵ Na obra teórica, esta consideração é um exemplo de princípios gerais da natureza humana que ele buscara demonstrar a partir de definições: “o exemplo de um governo diferente em uma nação vizinha dispõe os homens à alteração da forma já estabelecida. [...] Pois a constituição da natureza do homem é por si mesma sujeita a desejar a novidade.” (*Leviathan*, II, xxix, 13).²⁷⁶ No *Behemoth*, entretanto, a imitação dos Países Baixos é apresentada como evidente nos eventos e a origem deste argumento causal no funcionamento da natureza humana não é revelada explicitamente.

Tanto “A” como “B” simplesmente declaram princípios da filosofia hobbesiana longamente argumentados e defendidos nas obras teóricas. Em uma discussão sobre a autoridade temporal do Papa, a instituição de uma *commonwealth* pelo consenso e contrato dos indivíduos que autorizam o soberano para obterem proteção e uma vida mais estável e satisfatória (por exemplo, *Leviathan*, II, xvii, 1; xviii, 01-02) é apresentada por “B” como um fato dado e indiscutível que refuta claramente a pretensão papal: “[Deus] dá todos os reinos do mundo, os quais entretanto provêm do consentimento do povo, seja por medo ou por esperança” (*Behemoth*, I, p. 12).²⁷⁷

Como vimos, durante a discussão sobre a aversão ao episcopado na Escócia, “B” declara como senso comum um importante elemento da teoria da natureza humana para

²⁷⁴ No original: “the like change of government here, would to them produce the like prosperity.”

²⁷⁵ No original: “out of an imitation of the Low Countries, supposing there needed no more to grow rich than to change, as they had done, the form of their government.”

²⁷⁶ No original: “the example of different government in a neighbouring nation disposeth men to alteration of the form already settled. [...] For the constitution of man’s nature is of itself subject to desire novelty.”

²⁷⁷ No original: “[God] gives all the kingdoms of the world, which nevertheless proceed from the consent of people, either for fear or hope.”

Hobbes, o de que os homens em todas as ações voluntárias buscam o seu próprio bem (*Leviathan*, I, xiv, 08): “nas suas vidas eles eram exatamente como os outros homens, perseguindo os seus próprios interesses e vantagens” (*Behemoth*, I, p. 29).²⁷⁸ Mesmo a “relação mútua entre a proteção e a obediência” (*Leviathan*, R&C, 17),²⁷⁹ cuja demonstração Hobbes afirmou na conclusão do *Leviathan* ter sido o propósito de toda a obra, é apresentada por “A” de forma declarativa em meio à sua crítica à ética aristotélica, parte da censura às universidades: “obedecer às leis é a prudência de um súdito; pois sem tal obediência a *commonwealth* (que é a segurança e proteção de todo súdito) não pode subsistir” (*Behemoth*, I, p. 44).²⁸⁰

Quentin Skinner aponta que já no *Leviathan* Hobbes fizera amplo uso da técnica retórica de apresentar princípios e argumentos não convencionais como se fossem senso comum, evidentes ou universalmente aceitos, de modo a emprestar força persuasória a pontos controversos de dúvida demonstração (SKINNER, 1996, pp. 381-382). O autor enquadra o *Leviathan* e as obras posteriores de Hobbes em uma retomada da retórica repensada como forma de comunicar a ciência, após um período de rejeição da eloquência no qual foram escritos *The Elements* e *De Cive*, destacando que

Hobbes não faz qualquer apelo a este aspecto da *elocutio* em *The Elements* ou no *De Cive*. [...] Encontramos pela primeira vez Hobbes recorrendo a esta estratégia ao visitar *De Cive* para republicação em 1647, sugerindo em certo momento em sua correspondência com Sorbiere [...] que quando ele havia escrito ‘Foi mostrado na seção anterior’, isto poderia ser substituído por ‘É auto evidente’ (SKINNER, 1996, p. 382).²⁸¹

Contudo, enquanto no *Leviathan* esta estratégia retórica era uma forma auxiliar, combinada às definições, sua combinação e dedução de suas consequências, e a longas demonstrações, no *Behemoth* ela é o principal modo de utilização e exposição da ciência hobbesiana: como pressuposto, como dada, como verdade aceita. Muitas vezes essa caracterização da ciência hobbesiana está a serviço justamente de ideias especialmente

²⁷⁸ No original: “for in their lives they were just as other men are, pursuers of their own interests and preferments.”

²⁷⁹ No original: “mutual relation between protection and obedience.”

²⁸⁰ No original: “to obey the laws, is the prudence of a subject; for without such obedience the commonwealth (which is every subject’s safety and protection) cannot subsist.”

²⁸¹ No original: “Hobbes makes no appeal to this aspect of *elocutio* in *The Elements* or *De Cive*. [...] We first find Hobbes resorting to the device when revising *De Cive* for republication in 1647, suggesting at one point in his correspondence with Sorbiere [...] that where he had written ‘It has been shown in the previous section’, this could be replaced with ‘It is self-evident’.”

controversas ou opostas às visões majoritariamente aceitas, como quando “A” coloca a ideia (majoritária) de que a *common law* possui autoridade independente do soberano e das suas leis como irracional:

com relação à *common law* contida em relatórios, eles não tem qualquer força exceto a que lhes dê o Rei. Além disso, seria irrazoável que a sentença injusta de um juiz corrupto ou insensato devesse pela passagem do tempo, quão longa seja, obter a autoridade e força de uma lei (*Behemoth*, I, p. 37).²⁸²

A teoria velada é assim parte importante da escrita histórica de Hobbes, fundamentando a argumentação e enquadrando a experiência por meio de um discurso distinto daquele das suas obras teóricas. O objetivo de convencer e instruir os leitores perpassa toda a obra política de Hobbes e no *Behemoth* ele buscou comunicar os princípios da política e a leitura correta dos eventos por meio de uma linguagem histórica e prudencial, em que a ciência é um pressuposto da argumentação. Na composição da memória instrutiva da guerra civil, Hobbes combina então a sua ciência com a prudência e com outras linguagens convencionais que ele denunciara como inconstantes e insuficientes para um discurso indiscutível, como os julgamentos de cunho moral e as lições manifestas na história.

De fato, a história opaca, que não consegue ensinar aos homens a política ou as relações de causa e consequência dos eventos, é por vezes substituída por Hobbes por uma história que evidencia o seu argumento de forma inegável. “A” afirma que os filósofos atingiram posições de grande autoridade “na maioria dos reinos antigos do mundo; como se pode ver manifestamente na história daqueles tempos” (*Behemoth*, II, p. 90).²⁸³ “B” invoca um exemplo específico da história romana como sua comprovação – “pois uma guerra civil nunca termina por tratado sem o sacrifício daqueles que eram em ambos os lados mordazes. Vós sabeis muito bem como as coisas se passaram na reconciliação de Augusto e Antônio em Roma” (*Behemoth*, III, p. 115)²⁸⁴ – e também a história em geral, de modo vago, para argumentar a importância da cidade de Londres na rebelião como uma tendência geral: “parece [...] por muitos exemplos na história, que dificilmente pode surgir uma rebelião longa

²⁸² No original: “as for the common law contained in reports, they have no force but what the King gives them. Besides, it were unreasonable, that a corrupt or foolish judge’s unjust sentence should by any time, how long soever, obtain the authority and force of a law.”

²⁸³ No original: “in most of the ancient kingdoms of the world; as is manifestly to be seen in the history of those times.”

²⁸⁴ No original: “for a civil war never ends by treaty, without the sacrifice of those who were on both sides the sharpest. You know well enough how things passed at the reconciliation of Augustus and Antonius in Rome.”

ou perigosa que não tenha alguma semelhante cidade que cresceu em excesso, com um exército ou dois no seu ventre para fomentá-la” (*Behemoth*, III, p. 126).²⁸⁵

Hobbes também utiliza palavras avaliativas de julgamento moral para caracterizar os indivíduos sediciosos e as suas ações, um recurso que ele denunciara como vazio de significado por causa da indefinição dos termos, que seriam relativos ao falante, suas paixões e interesses:

Os nomes de tais coisas que nos afetam [...] são de significado inconstante no discurso comum dos homens. [...] E portanto ao raciocinar um homem deve tomar cuidado com palavras que, além do significado acerca do que imaginamos da sua natureza, têm também uma significação com relação à natureza, à disposição e ao interesse do falante; tais como são os nomes das virtudes e dos vícios; pois um homem chama de *sabedoria* o que outro chama de *medo*; e um chama de *crueldade* ao que outro chama de *justiça* [...]. E portanto tais nomes não podem nunca ser as bases verdadeiras de qualquer raciocínio (*Leviathan*, I, iv, 24).²⁸⁶

Hobbes denuncia no *Leviathan* o julgamento moral privado como uma das doutrinas que enfraquecem a *commonwealth*, por originar disputas insolúveis, já que o único árbitro possível seria o soberano e as suas leis:

Observo as *doenças* de uma *commonwealth* que provêm do veneno de doutrinas sediciosas, das quais uma é: *Que cada homem privado é juiz das ações boas e más*. Isto é verdade na condição de mera natureza, em que não há leis civis [...]. É manifesto que a medida das ações boas e más é a lei civil, e o juiz o legislador, que é sempre representante da *commonwealth*. A partir desta falsa doutrina os homens ficam dispostos a debater uns com os outros e a questionar os comandos da *commonwealth*, e depois obedecê-los ou desobedecê-los conforme lhes parecer apropriado nos seus julgamentos privados. Por meio disto a *commonwealth* é distraída e enfraquecida (*Leviathan*, II, xxix, 06).²⁸⁷

Além da conformidade com as leis civis, a única outra medida da virtude das ações seria a consideração das suas causas e das consequências para a paz da *commonwealth*

²⁸⁵ No original: “it seems [...] by many examples in history, that there can hardly arise a long or dangerous rebellion, that has not some such overgrown city, with an army or two in its belly to foment it.”

²⁸⁶ No original: “the names of such things as affect us [...] are in the common discourses of men of inconstant signification. [...] And therefore in reasoning a man must take heed of words which, besides the signification of what we imagine of their nature, have a signification also of the nature, disposition, and interest of the speaker; such as are the names of virtues and vices; for one man calleth *wisdom* what another calleth *fear*; and one *cruelty* what another *justice* [...]. And therefore such names can never be true grounds of any ratiocination.”

²⁸⁷ No original: “I observe the *diseases* of a commonwealth that proceed from the poison of seditious doctrines, whereof one is: *That every private man is judge of good and evil actions*. This is true in the condition of mere nature, where there are no civil laws [...]. But otherwise, it is manifest that the measure of good and evil actions is the civil law, and the judge the legislator, who is always representative of the commonwealth. From this false doctrine men are disposed to debate with themselves, and dispute the commands of the commonwealth, and afterwards to obey or disobey them, as in their private judgments they shall think fit. Whereby the commonwealth is distracted and *weakened*.”

(*Leviathan*, I, xv, 40-1). De fato, Hobbes repete no *Behemoth* as advertências sobre os nomes inconstantes e as afirmações sobre a medida da lei e do benefício da *commonwealth* como parâmetro da justiça e da moral:

[A] Em resumo, todas as ações e hábitos devem ser estimados bons ou maus pelas suas causas e utilidade com relação à *commonwealth*, e não pela sua mediocridade nem por serem elogiados. Pois vários homens elogiam vários costumes, e aquilo que é virtude para um é condenado por outros, e ao contrário, o que um chama de vício, outro chama de virtude, conforme as suas presentes afeições os conduzem (*Behemoth*, I, p. 45).²⁸⁸

A linguagem do julgamento moral é inconstante, manipulável e perigosa, mas é também convencional e efetiva e Hobbes tem usos para ela. Amparado pela consideração de que os atos dos sediciosos prejudicaram a paz e de que a sua mensagem não é enganosa mas correta, baseada no bem da *commonwealth* e nos princípios verdadeiros da política, Hobbes utiliza-se da força da linguagem dos valores, da condenação moral para persuadir acerca do caráter errôneo das ações e dos atores que apresenta. De fato, “A” termina o terceiro diálogo com um discurso sobre os crimes e vícios na guerra civil que não faz qualquer menção à inconstância dos nomes utilizados:

Penso que não precisais agora de um catálogo, seja dos vícios ou dos crimes ou das insensatezes da maior parte daqueles que compunham o Longo Parlamento, as quais no mundo não pode haver maiores. Que maiores vícios do que irreligião, hipocrisia, avareza e crueldade; as quais apareceram tão eminentemente nas ações dos membros presbiterianos e dos ministros presbiterianos? Que maiores crimes que blasfemar e matar o ungido de Deus? O que foi feito pelas mãos dos Independentes, mas por meio da insensatez e traição primeira dos Presbiterianos, que traíram-no e venderam-no aos seus assassinos? (*Behemoth*, III, p. 155).²⁸⁹

Ao contrário, a retórica de Hobbes apresenta os crimes como evidentes nas ações relatadas, como indiscutíveis por homens de bom senso. À explicação das ações pelas suas causas, pelas paixões e opiniões da natureza humana, substitui-se momentaneamente a sua caracterização em termos morais, a vilificação dos atores: “[A] Agora que a guerra, que

²⁸⁸ No original: A: “In sum, all actions and habits are to be esteemed good or evil by their causes and usefulness in reference to the commonwealth, and not by their mediocrity, nor by their being commended. For several men praise several customs, and that which is virtue with one, is blamed by others; and, contrarily, what one calls vice, another calls virtue, as their present affections lead them.”

²⁸⁹ No original: “I think you need not now have a catalogue, either of the vices, or of the crimes, or of the follies of the greatest part of them that composed the Long Parliament; than which greater cannot be in the world. What greater vices than irreligion, hypocrisy, avarice and cruelty; which have appeared so eminently in the actions of Presbyterian members, and Presbyterian ministers? What greater crimes than blaspheming and killing God’s anointed? which was done by the hands of the Independents, but by the folly and first treason of the Presbyterians, who betrayed and sold him to his murderers?”

pareceu justificar tantas coisas indecorosas, terminou, vereis quase nada mais nestes rebeldes do que baixeza e falsidade, além da sua insensatez” (*Behemoth*, III, p. 134).²⁹⁰ Também “B” utiliza-se dos termos morais para condenar o Parlamento, caracterizando-o e suas ações como vis, covardes [*vile, coward*] (*Behemoth*, III, p. 134), e principalmente como insensatas e iníquas [*foolish e wicked*] (por exemplo: *Behemoth*, III, p. 147).

Para compreender este uso de Hobbes de diferentes linguagens e argumentos, inclusive aqueles de alguma forma condenados ou denunciados em outras obras ou no próprio *Behemoth*, é preciso ter em mente o objetivo persuasório da obra e a relação entre o público e a composição do discurso dirigido ao seu convencimento. Conforme destacam Perelman e Olbrechts-Tyteca sobre a retórica, a consideração do público é essencial ao desenvolvimento da argumentação:

Como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. [...] Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, pp. 21-22).

A argumentação eficaz requer a adaptação daquele que argumenta e o uso de argumentos múltiplos de modo a abordar por diversos ângulos elementos distintos do público e mesmo um único ouvinte/leitor, em uma tentativa de assegurar o efeito desejado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, pp. 24-28). No *Behemoth*, para a composição de uma memória instrutiva persuasiva, Hobbes utiliza-se de múltiplas linguagens e argumentações, científicas e convencionais, enquadrando a guerra nos seus parâmetros e termos filosóficos e apresentando-a como prudência persuasiva e evidente através da retórica.

Ao discutir a estrutura e apresentação do *Behemoth*, não se pode deixar de examinar a distintiva escolha discursiva de Hobbes ao escrever a sua história da guerra em forma de diálogo. MacGillivray afirma que, sendo a intenção didática da obra evidente no próprio texto, seria extremamente possível que “função didática tenha sido parte da razão por que Hobbes escolhera a forma do diálogo” (MACGILLIVRAY, 1970, p. 184)²⁹¹ para o *Behemoth*.

Para compreender o caráter e função do diálogo no *Behemoth*, é preciso primeiramente

²⁹⁰ No original: “[A] Now the war, that seemed to justify many unseemly things, is ended, you will see almost nothing else in these rebels but baseness and falseness besides their folly.”

²⁹¹ No original: “the didactic function is part of the reason why Hobbes chose the dialogue form.”

atentar para uma afirmação de “A” ainda no primeiro diálogo: “estou agora em um relato, não em uma disputa” (*Behemoth*, I, p. 15).²⁹² Seria preciso generosidade para considerar o contexto desta afirmação, uma longa digressão para examinar as doutrinas papistas e as pretensões do clero católico à autoridade temporal, um simples relato, mas a segunda parte da afirmação é mais frutífera. O diálogo entre “A”, interlocutor mais velho e testemunha da Guerra Civil, e “B”, interlocutor mais jovem interessado em compreender eventos que lhe precederam, não é uma controvérsia nem um debate entre falantes com posições contrárias, mas sim uma discussão em torno de uma narrativa com vistas ao esclarecimento da matéria tratada. Conforme vimos e enfatiza MacGillivray, ambos os interlocutores contribuem para a discussão com pontos e argumentos válidos e hobbesianos:

A forma que Hobbes escolheu para o *Behemoth* é a do diálogo entre o doutor e o estudante, uma forma tradicional empregada em outros dos seus escritos. [...] Ainda que Hobbes se identificasse mais com o doutor A do que com o estudante B, o estudante, que é um eloquente hobbesiano, também fala proveitosamente, e o seu questionamento ingênuo permite ao doutor A expor de forma ainda mais eficaz a conduta bárbara dos rebeldes. B é por vezes usado para expressar visões que A, mais associado com Hobbes, hesitaria em professar (MACGILLIVRAY, 1970, pp. 179-80).²⁹³

De fato, Hobbes escreveu diversos diálogos a partir de 1660, entre eles o *Dialogue between a Philosopher and a Student of the Common Laws of England* (1666), os três apêndices à edição latina do *Leviathan – On the Nicene Creed, On Heresy, e On Certain Objections against Leviathan* (1668) – e a *Historia Ecclesiastica* (1688), todos estes entre interlocutores “A” e “B” e preocupados com o esclarecimento de tópicos dominados por opiniões e doutrinas errôneas (SPRINGBORG, 2012, s/p).

Perelman e Olbrechts-Tyteca salientam o aspecto de discussão esclarecedora do diálogo enquanto forma: “o diálogo [...] não deve constituir um *debate*, em que convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários, mas uma *discussão*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, pp. 41-2), a qual por vezes não é mais do que um meio de esclarecermo-nos melhor (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 46).

²⁹² No original: “I am now in a narration, not in a disputation.”

²⁹³ No original: “The form which Hobbes chose for *Behemoth* is the doctor and student dialogue, a traditional form employed elsewhere in his writings. [...] Though Hobbes identified himself more closely with the doctor A. than with the student B., the student, who is an eloquent Hobbesian, also speaks with profit, and his naive questioning enables the doctor A. all the more effectively to expose the bestiality of the rebels. B. is sometimes used to express views which A., more closely associated with Hobbes, hesitates to profess.”

No caso do *Behemoth*, os diálogos entre “A” e “B” constituiriam uma discussão instrutiva com um interlocutor que partilha de princípios corretos e de uma mente não corrompida, colocado como interlocutor padrão em uma discussão em que os participantes típicos professavam, ao contrário, visões muito diferentes e muitas vezes opostas às de Hobbes. Perelman e Olbrechts-Tyteca apontam este posicionamento do interlocutor como sujeito típico: “o diálogo escrito pressupõe, mais ainda do que o diálogo efetivo, que esse ouvinte encarne o auditório universal” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 41). Débora Vogt resume da seguinte forma a posição de “B” como interlocutor comum no diálogo, a partir da parca caracterização de “A” e de “B”:

o pensador não os apresenta, não sabemos de onde eles vêm [...]. Para nós, os interlocutores são dois desconhecidos que se encontram para travar um diálogo que deveria esclarecer o que ocorreu no passado recente. Quem seriam eles na Inglaterra moderna? Parece que para o pensador a resposta é “qualquer um”. Dois sujeitos quaisquer, um sendo mais velho (A) e outro mais novo (B) poderiam ter esse diálogo e, através dele, alcançar a verdade sobre a rebelião e comprovar o fim das paixões, se não controladas, presentes na natureza humana (VOGT, 2012, pp. 80-1).

Cabe apontar aqui que a diferença de idade entre “A” e “B” é também uma diferença de experiência e que “A” se autoriza como condutor da história explicada a “B” e discutida com ele por seu caráter de testemunha dos eventos e sua maior experiência ou prudência. Hobbes escreve interlocutores imbuídos de visões não convencionais para desenvolver um discurso mais acessível do que as demonstrações da teoria, visando um público mais amplo, que se apresenta como evidente a todo aquele que examine e discuta a experiência racionalmente, o que chamei de prudência persuasiva e evidente.

O uso do diálogo permite a Hobbes apresentar a sua teoria pelo viés mais acessível e persuasivo da prudência e do senso comum, principalmente por “B” que por exemplo explica a falta de validade do *Act against Dissolving the Long Parliament without its own Consent* de 11 de maio de 1641 por meio da lei de natureza e da indivisibilidade da soberania em termos de opinião:

E penso que mesmo pela lei da equidade, que é a inalterável lei de natureza, um homem que tenha o poder soberano não pode, se quiser, ceder o direito de qualquer coisa que seja necessária para que ele retenha o bom governo dos seus súditos [...]. Pois a concessão daquilo que, por consequência apenas, leva consigo a soberania, não é (eu penso) uma concessão da soberania; mas um erro, tal que não realiza nada a não ser a invalidez da própria concessão. E assim foi a aprovação pelo Rei desta proposta para a continuidade do Parlamento por quanto tempo as duas Casas

quisessem (*Behemoth*, III, p. 118).²⁹⁴

Michael Soubotnik defende que o diálogo entre “A” e “B” no *Behemoth* é uma cooperação inquisitiva movida pela paixão da curiosidade, uma discussão a que ambos aportam elementos sem serem convertidos, inclusive porque as suas posições iniciais não são de embate ideológico:

Nenhuma conversão, no *Behemoth*, de um dos interlocutores à força demonstrativa do outro [...], mas uma cooperação inquisitiva, certamente desigual, no que concerne à sequência factual, mas interpretativamente substancial: a contribuição de B é decisiva em matéria teológica e as suas questões orientam o diálogo para os motivos e as consequências (SOUBBOTNIK, 2012, s/p).²⁹⁵

Estas atribuições não abarcam toda a participação de “B”, que, como vimos, oferece explicações hobbesianas e diversas instâncias de teoria, mas na maior parte dos diálogos a posição de “B”, inclusive declarada, é a daquele que recebe instrução, examina-a e questiona, assim contribuindo para o esclarecimento da matéria.

O cientista político Geoffrey Vaughan fez uma sugestão interessante, embora de difícil comprovação, ao afirmar que o *Behemoth* teria por objetivo fornecer à *gentry* um exemplo de como educar pessoas sobre a política através do diálogo. Entretanto, esta hipótese está fundamentada na ideia de que conversas eruditas instrutivas seriam necessárias porque “um número insuficiente de pessoas frequentavam as universidades [...] para causar um impacto direto. A educação do povo teria que ser transmitida por aqueles que haviam sido educados nas universidades” (VAUGHAN, 2012, s/p).²⁹⁶ Hobbes, porém, defendera constantemente que a instrução que advogava precisaria dar-se por meio da leitura de livros como os seus, a reforma e então a educação nas universidades e principalmente, em termos da população em geral, por meio da pregação nos púlpitos.

²⁹⁴ No original : “And I think that even by the law of equity, which is the unalterable law of nature, a man that has the sovereign power, cannot, if he would, give away the right of anything which is necessary for him to retain for the good government of his subjects [...]. For the giving away that, which by consequence only, draws the sovereignty along with it, is not (I think) a giving away of the sovereignty; but an error, such as works nothing but an invalidity in the grant itself. And such was the King’s passing of this bill for the continuing of the Parliament as long as the two Houses pleased.”

²⁹⁵ No original: “Nulle conversion, dans le *Behemoth*, de l’un des interlocuteurs à la puissance démonstrative de l’autre [...], mais une coopération inquisitive, inégale, certes, en ce qui concerne le déroulement factuel, mais interprétativement substantielle : l’apport de B est décisif en matière théologique et ses questions orientent le dialogue vers les motifs et les conséquences.”

²⁹⁶ No original: “not enough people went to universities [...] to make a direct impact. The education of the people would have to be transmitted through those who have been educated in the universities”

O verdadeiro problema da interpretação de Vaughan, contudo, é que ele defende, apesar do título de seu livro, *Behemoth teaches Leviathan*, que a obra não ensinaria nada sobre os diversos conteúdos e argumentações nela contidos. O *Behemoth* não buscaria convencer ou instruir o leitor e a matéria do diálogo seria irrelevante, pois a obra seria mero exemplo a ser aplicado de como instruir pela conversa. Vaughan afirma que

‘B’ é o espectador da história, os leitores são espectadores das suas reações. A implicação imediata [...] é que a história não é tão importante quanto a reação a ela. [...] Não é ao leitor que são mostradas [as causas da guerra civil], mas a ‘B’. O leitor é um espectador da educação, não um espectador da história (VAUGHAN, 2002, p. 119).²⁹⁷

Ingrid Creppell fez uma sucinta crítica a este ponto:

Ao passo que considero fecunda a leitura imaginativa que Vaughan faz do *Behemoth*, não estou convencida de que a substância do que os interlocutores dizem só é significativa até a medida em que nos diz como A está educando B – de modo que nós os leitores devemos apenas testemunhar a reação de B aos argumentos de A e não reagir aos próprios argumentos e narrativa da guerra (CREPELL, 2012, s/p, n.25).²⁹⁸

Além disso, Vaughan não consegue fundamentar como e por que a sua hipótese excluiria outros propósitos, declarados explicitamente, e interpretações com bem maior fundamentação textual e contextual.

Por outro lado, Luc Borot destaca que o diálogo não visaria apenas um público mais amplo mas seria também uma forma de possibilitar o uso de digressões, com as quais a história hobbesiana examina as causas e as doutrinas:

No seu *Behemoth*, Hobbes dirigiu-se a todos os homens do rei aos súditos de mais baixo status, lembrando-lhes das fundações da sua relação política e social. O diálogo entre um homem mais velho e um mais novo substituiu a invenção de discursos, reduziu o papel da ficção e permitiu que digressões filosóficas e didáticas se desenvolvessem mais naturalmente, ainda que sempre sob controle (BOROT, 2006, p. 315).²⁹⁹

²⁹⁷ No original: “‘B’ is the spectator of the history, the readers are spectators of his reactions. The immediate implication [...] is that the history is not as important as the reaction to it. [...] It is not the reader who is shown [the causes of the civil war], but ‘B’. The reader is a spectator of the education, not a spectator of the history.”

²⁹⁸ No original: “while I find Vaughan’s imaginative reading of *Behemoth* fruitful, I am not convinced that the substance of what the interlocutors say is only meaningful to the extent that it tells us how A is educating B – such that we as readers are only meant to witness B’s reaction to A’s arguments and not meant to react to the arguments and narrative of war themselves.”

²⁹⁹ No original: “In his *Behemoth*, Hobbes addressed all men from the king to the subjects of the lowest rank, reminding them of the foundations of their political and social relationship. The dialogue between an older and a

Desta forma, considero que a estrutura de diálogo do *Behemoth* insere-se nas escolhas discursivas de Hobbes com o objetivo de atingir um público mais amplo ou resistente aos argumentos teóricos, participando assim da busca por e elaboração de novas formas de expor os seus argumentos e a sua interpretação, de modo a potencializar o convencimento e a instrução.

3.3 *Behemoth e Leviathan*: história e teoria

A afirmação de que Hobbes se utiliza de uma combinação de teoria filosófica e linguagens não científicas e convencionais como a história, o discurso dos valores e em especial a retórica para comunicar a ciência e a sua necessidade pode parecer em um primeiro momento incongruente, tendo em vista posições destacadas no decorrer deste trabalho que estão presentes na obra: a valorização e defesa da ciência como discurso superior à prudência, a ideia de que apenas o cálculo científico demonstrado é base segura do discurso sobre a política, a insuficiência da prudência como guia das ações dos homens, a retórica como uma arma sediciosa que convence de opiniões errôneas e corrompe a deliberação.

De fato, no período logo após a sua descoberta da nova ciência e fascinação principalmente com o método da geometria, Hobbes rejeitara de forma bem mais contundente toda forma de discurso que não fosse o cálculo e a demonstração rigorosa sem adornos. Contudo, conforme demonstrou Quentin Skinner na sua clássica obra *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*, em que reexamina o desenvolvimento das posições e das práticas do autor com relação ao conhecimento, Hobbes reelaborou diversos pontos a partir do *Leviathan*, repensando o papel e o poder da linguagem científica:

Leviathan corporifica uma noção nova e muito mais pessimista do que os poderes da razão desassistida podem ter esperança de alcançar. Hobbes havia previamente insistido que a *ratio* possui uma capacidade inerente para persuadir; é capaz, como colocado em *De Cive*, de ditar e ordenar-nos a aceitar quaisquer verdades que encontra. Contudo, quando ele voltou ao estudo da ciência civil no final da década de 1640, Hobbes havia perdido quase completamente esta confiança (SKINNER, 1996, p. 347).³⁰⁰

younger man replaced the invention of speeches, reduced the role of fiction, and allowed philosophical and didactic digressions to develop more naturally, though always under control.”

³⁰⁰ No original: “*Leviathan* embodies a new and far more pessimistic sense of what the powers of unaided reason

A ideia de um discurso auto evidente que compele a aceitação daquele que se defronta com demonstrações correta dá lugar à afirmação de que a ciência não é conhecida nem compreendida pela maioria e de que ela tem muita dificuldade em prevalecer sobre os interesses e as opiniões sem embasamento previamente aceitas, pois como vimos os homens se oporiam à razão quando esta contradissesse os seus desejos. Hobbes alega no *Leviathan* que a eloquência é poder, ou seja, meio de obtenção de um futuro bem aparente, porque parece prudência e a reputação de prudência leva ao ganho de adesão dos demais (*Leviathan*, I, x, 1, 05-12). Contudo, a ciência não causaria efeito comparável:

as ciências são pouco poder, porque não são eminentes, e portanto não são reconhecidas em qualquer homem; nem estão presentes exceto em uns poucos e, neles, apenas sobre algumas poucas coisas. Pois a ciência é daquela natureza que ninguém pode reconhecê-la exceto aqueles que a alcançaram em boa medida (*Leviathan*, I, x, 14).³⁰¹

Skinner defende que esta ideia acerca da pouca capacidade da ciência de convencer e de obter a adesão é central à reelaboração da escrita de Hobbes e à reavaliação do lugar da retórica na ciência política, dado o propósito persuasivo/instrutivo das suas obras:

A concepção de ciência civil expressa no *Leviathan* está baseada na ideia de que a razão tem pouco poder na ausência da eloquência. A inferência crucial de Hobbes é que, para a verdade prevalecer, os achados da ciência terão que ser potencializados pelas técnicas persuasivas associadas com a arte da retórica (SKINNER, 1996, p. 376).³⁰²

Esta posição de que a verdade científica precisa de outra apresentação para obter o convencimento encontra-se exposta da forma mais explícita na conclusão do *Leviathan*, que principia justamente pelo repúdio da ideia de que seria impossível persuadir os homens sobre a verdade e assim contornar o seu dissenso natural e dispô-los ao cumprimento dos seus deveres – impossibilidade que estaria ultimamente baseada na oposição entre discernimento e imaginação (*judgement e fancy*):

can hope to achieve. Hobbes had previously insisted that *ratio* possesses an inherent capacity to persuade; it is capable, as *De Cive* had put it, of dictating and commanding us to accept whatever truths it finds out. However, by the time he returned to the study of civil science in the later 1640s, Hobbes had almost entirely lost this confidence.”

³⁰¹ No original: “the sciences are small power, because not eminent, and therefore, not acknowledged in any man; nor are at all, but in a few, and in them, but of a few things. For science is of that nature, as none can understand it to be, but such as in a good measure have attained it.”

³⁰² No original: “The conception of civil science embodied in *Leviathan* rests on the assumption that reason is of small power in the absence of eloquence. Hobbes's crucial inference is that, if truth is to prevail, the findings of science will have to be empowered by the persuasive techniques associated with the art of rhetoric.”

em todas as deliberações e em todos os pleitos a faculdade do raciocínio sólido é necessária. Pois sem ela, as resoluções dos homens são precipitadas e as suas sentenças injustas. E ainda assim se não houver poderosa eloquência, que obtém a atenção e o consentimento, o efeito da razão será pequeno. Mas estas são faculdades contrárias: a primeira baseando-se em princípios da verdade; a outra sobre opiniões já recebidas (verdadeiras ou falsas) e sobre paixões e interesses dos homens (que são diferentes e mutáveis) (*Leviathan*, R&C, 01).³⁰³

A resposta de Hobbes à dificuldade em convencer pelo discurso científico é de que ciência e eloquência não seriam mutuamente excludentes como ele afirmara anteriormente, mas que se faria ao contrário necessária a junção de ambas para que a verdade prevalecesse sobre os interesses, erros e ignorância dos homens:

Ao que eu respondo que estas são de fato grandes dificuldades, mas não impossibilidades. Pois pela educação e disciplina elas podem ser, e às vezes são, reconciliadas. O discernimento e a imaginação podem ocorrer no mesmo homem – mas em turnos, conforme o fim a que ele visa requeira. [...] Assim também a razão e a eloquência (embora talvez não nas ciências naturais, mas nas morais) podem muito bem ser unidas. Pois sempre que haja lugar para adornar e promover o erro, há muito mais lugar para adornar e promover a verdade, se eles tiverem-na para adornar (*Leviathan*, R&C, 04).³⁰⁴

O que Hobbes advoga então é que para combater a ignorância e o “reino da escuridão” das doutrinas errôneas é preciso retomar a ideia que postulara no seu texto sobre Tucídides, de que a verdade sem elocução é incapaz de instruir, e construir um discurso baseado nas verdades científicas e comunicando-as, mas reelaborado por linguagens convencionais de muito maior eficácia persuasória. Skinner resume esta mudança de ponto de vista da seguinte forma:

Tanto *The Elements of Law* quanto *De Cive* haviam sido fundados sobre a convicção de que qualquer genuína ciência da política devia intentar transcender e repudiar as técnicas puramente persuasivas associadas com a arte da retórica. Em contraste, *Leviathan* reverte à ideia distintamente humanista de que, para as verdades da razão serem amplamente acreditadas, os métodos da ciência precisarão ser suplementados

³⁰³ No original: “in all deliberations and in all pleadings the faculty of solid reasoning is necessary. For without it, the resolutions of men are rash and their sentences unjust. And yet if there be not powerful eloquence, which procureth attention and consent, the effect of reason will be little. But these are contrary faculties: the former being grounded upon principles of truth; the other upon opinions already received (true or false) and upon the passions and interests of men (which are different and mutable).”

³⁰⁴ No original: To which I answer that these are indeed great difficulties, but not impossibilities. For by education and discipline, they may be, and are sometimes, reconciled. Judgement and fancy may have place in the same man – but by turns, as the end which he aimeth at requireth. [...] So also reason and eloquence (though not perhaps in the natural sciences, yet in the moral) may stand very well together. For wheresoever there is place for adorning and preferring of error, there is much more place for adorning and preferring of truth, if they have it to adorn.

e fortalecidos pela *vis* ou força emotiva da eloquência (SKINNER, 1996, p. 334).³⁰⁵

É preciso lembrar que a advertência de Skinner de que esta reconsideração dos usos da retórica não significa uma consideração positiva desta, pois como vimos Hobbes continuamente denuncia os abusos retóricos como forma de corrupção e realização da sedição. De fato, é porque Hobbes coloca tanta ênfase nos perigos da retórica e lhe atribui tanto poder que ele considera ser necessário utilizá-la para combater os seus efeitos sediciosos e disputar-lhe o convencimento. Como vimos, Hobbes colocava o combate às opiniões errôneas, centrais à sedição, como possível apenas pela instrução:

Pois eu vejo que os desacordos dos homens sobre opiniões e excelência intelectual não podem ser eliminados pelas armas. Em quaisquer formas que surjam males desse tipo, eles devem ser destruídos da mesma forma. As mentes dos cidadãos foram gradualmente corrompidas por escritores de política e filosofia pagãs. Assim essa tinta democrática deve ser removida pela pregação, escrita e discussão (*Leviathan*, IV, xlvii (OL), 29).³⁰⁶

Esta instrução precisava contudo da eficácia persuasória da linguagem não científica, pois a retórica (dos outros) seduz e engana com grande sucesso, subtraindo da ciência a adesão. A retórica é para Hobbes ferramenta principal da sedição, fundada nos erros e nos interesses passionais ao invés de nos princípios científicos verdadeiros – fazendo uso das paixões, da obstinação com as opiniões e da ignorância, ela obteria uma adesão frente a qual a pura demonstração científica empalideceria.

Desta forma, Hobbes advoga no *Leviathan* e pratica nele e principalmente no *Behemoth* uma intersecção entre linguagens e modos do conhecimento, entre ciência e retórica, entre teoria e história, de modo a atingir a comunicação e o convencimento. Para a configuração destas relações no *Behemoth* é essencial a concepção hobbesiana da natureza humana, pois ela informa a escrita histórica de Hobbes em múltiplos níveis.

Em primeiro lugar, a natureza humana está no cerne da relação entre o universal e o

³⁰⁵ No original: “Both *The Elements of Law* and *De Cive* had been founded on the conviction that any genuine science of politics must aim to transcend and repudiate the purely persuasive techniques associated with the art of rhetoric. By contrast, *Leviathan* reverts to the distinctively humanist assumption that, if the truths of reason are to be widely believed, the methods of science will need to be supplemented and empowered by the *vis* or moving force of eloquence.”

³⁰⁶ No original: “For I see that men’s disagreements about opinions and intellectual excellence cannot be eliminated by arms. In whatever way evils of this kind arise, they must be destroyed in the same way. The citizens’ minds were gradually corrupted by writers of pagan politics and philosophy. So that democratic ink is to be washed away by preaching, writing, and disputing.”

particular que possibilita à história de Hobbes instruir os homens sobre mais do que fatos passados específicos. Já na própria teoria política de Hobbes a natureza humana cumpre um papel de generalização da experiência, explicando e enquadrando as condutas singulares dos homens em leis de funcionamento universal, em uma teoria sempre aplicável. Danford enfatiza a preocupação de Hobbes com o estabelecimento da sua teoria como uma explicação da experiência e portanto rigorosamente compatível com ela:

Hobbes alega que a sua teoria é consoante ao mundo. Que ele considera isto absolutamente crucial se mostra na sua tentativa de aduzir evidência empírica do estado de natureza imediatamente após a descrição daquele estado. Hobbes preocupa-se com que não se tome a sua teoria por uma construção arbitrária, sem qualquer relação com o mundo como o conhecemos pelo senso comum. Ele deixa claro que ela é uma tentativa de explicar o mundo penetrando a superfície da nossa experiência no mundo cotidiano. O método resolutivo-compositivo deve ser visto como preocupado com o mundo em que vivemos, apesar do fato de que busca explicar por meio de um rompimento com o senso comum (DANFORD, 1980, pp. 128-129).³⁰⁷

No *Behemoth*, Hobbes aplica a teoria da natureza humana para desvendar a experiência da guerra civil e explicar o singular pelo universal, por princípios científicos e portanto gerais e sempre verdadeiros. A história da guerra civil assume assim contornos de instância específica de um problema universal que a ciência política hobbesiana viria solucionar. É a constância da natureza humana universal, com o seu funcionamento causal necessário em forma de cálculo que opera no texto tanto como explicação das ações e eventos quanto como causa perene da sedição, que permite à história de Hobbes constituir-se em uma memória instrutiva sobre a política, pois a elucidação das relações causais corretas teria como efeito uma melhor previsão e deliberação por parte dos homens em seus atos futuros, deste modo evitando novos conflitos.

Por outro lado, a natureza humana possui um papel de elemento causal nos conflitos empíricos que lhe confere proeminência na própria visão de história de Hobbes. Dado que a história no *Behemoth* é, como toda experiência explicada pela ciência hobbesiana, uma relação de causas e consequências, e que a natureza humana opera em âmbito geral e

³⁰⁷ No original: “Hobbes claims his theory “fits” the world. That he considers this absolutely crucial is shown by his attempt to adduce empirical evidence of the state of nature immediately following the description of that state. Hobbes is concerned lest one take this theory to be an arbitrary construction, bearing no relation to the world we know from common sense. He makes clear that it is an attempt to explain that world by penetrating the surface of our experience in the everyday world. The resolutive-compositive method must be seen to be concerned with the world we live in, despite the fact that it attempts to explain by means of a break with common sense.”

particular como causa dos conflitos, em âmbito da escrita como forma de explicação das ações e no âmbito dos propósitos da história como elemento que justifica a possibilidade de instrução, a natureza humana revela-se então essencial para o entendimento da história de Hobbes, em termos de seu papel, escrita e funcionamento – como base da viabilidade instrutiva, como elemento explicativo, e também como o principal motor da história.

A teoria do funcionamento das ações dos homens como relações causais necessárias entre as percepções consideradas pelo cálculo da deliberação e as ações situa a natureza humana como elemento importante da intersecção entre teoria e história de Hobbes e da viabilidade instrutiva da sua história. No *Behemoth*, Hobbes percebe e aponta na experiência o problema político do caos das opiniões e da sedição e enquadra-a pela sua ciência, reelaborando-a e ressignificando-a como memória instrutiva que visa causar modificações nas deliberações dos homens.

A partir do ponto de vista privilegiado para a observação e exame das ações e da natureza dos homens e por meio do viés científico e das escolhas discursivas visando à persuasão, Hobbes percebe e posiciona a natureza humana em diversos níveis do *Behemoth* com relação à instrução. Ela está presente na instrução sobre a Guerra Civil Inglesa e o problema político – sendo explicação da guerra e sendo a discórdia e a sedição consequentes à natureza –, sobre a solução para estes problemas – pois é porque os homens agem guiados por opiniões errôneas que é necessária a instrução sobre a política e a reforma das universidades – e na forma da instrução como correção das percepções envolvidas nas deliberações.

Cabe destacar que, considerando a forma e o caráter da história instrutiva de Hobbes, a questão acerca de se o *Behemoth* pode ser considerado uma instância de *historia magistra vitae*, história como mestre da vida, torna-se um problema de definição. A resposta será positiva se compreendermos a *historia magistra vitae* como aquela história que afirma conter lições para o presente com base na ideia de uma constância da natureza humana, como faz Koselleck apesar de alertar para a considerável variação semântica da expressão ao longo do tempo:

Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão [*historia magistra vitae*] permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. [...] A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência (KOSELLECK, 2006, p. 43).

Também advertindo sobre a amplitude e ambiguidade dos significados de *historia magistra vitae* (VOGT, 2012, p. 85), é nesta interpretação que se insere Débora Vogt:

A história como mestra da vida carrega em si a concepção de certa imutabilidade do humano. Se o pretérito pode nos ensinar é porque existe entre nós e os atenienses presentes na narrativa de Tucídides, por exemplo, um eixo comum [...]. As paixões que movem o homem estão presentes ao longo da história, são elas que promovem a guerra civil (VOGT, 2012, p. 95).

Contudo, a *historia magistra vitae* também pode denotar um relato de caráter exemplar e moralizante (KOSELLECK, 2006, pp. 50-1), ilustrando a virtude por meio das ações e dos homens valorosos. Uma espécie de história que o próprio Hobbes condenara no seu texto sobre Tucídides ao rebater Dionísio de Halicarnasso, que afirmara que a história devia ser escrita sobre atos honrados e gloriosos ao invés de, como fizera Tucídides, sobre calamidades – as quais, como vimos, Hobbes considerava muito mais instrutivas ao passo que a matéria defendida por Dionísio lhe parecia voltada apenas ao deleite do leitor (HOBBS, 1989a, pp. 578-591). A história de Hobbes claramente não se enquadra nesta outra definição, como apontado por Victoria Silver, que afirma que a história de Hobbes tem um

status que é diferente daquele usualmente atribuído à história como um gênero literário, já que, no esquema retórico observado mais ou menos até o período de Hobbes, a história era situada ao lado do panegírico sob a *epideixis*, ou discurso engajado em elogiar ou censurar a virtude e o vício, o que realiza pela maior parte pela técnica da amplificação. Em outras palavras, *epideixis* [...] meramente usa uma compreensão aceita do bem, aplicando-a a pessoas e ações particulares. Deste modo nada de novo é proposto por esta historiografia porque ela existe principalmente para afirmar pelo exemplo as ideias já aceitas pela comunidade (SILVER, 2006, pp. 337-8).³⁰⁸

No *Behemoth*, Hobbes nem trata de ações elogiáveis nem deseja confirmar as opiniões aceitas. Pelo contrário, ele utiliza-se tanto dos princípios científicos quanto de linguagens convencionais para obter um efeito transformador no cenário e no debate políticos. A instrução a que ele visa é constituída principalmente pela comunicação de princípios políticos verdadeiros e da sua necessidade e pela resignificação da experiência da guerra civil, e ambos estão relacionados com a ideia de guiar e influenciar as deliberações dos homens.

³⁰⁸ No original: “status that is different from that usually ascribed to history as a literary genre, since, in the rhetorical scheme observed more or less until Hobbes's day, history was placed along with panegyric under *epideixis*, or speech engaged in praising or blaming virtue and vice, which it accomplishes for the most part by the device of amplification. In other words, *epideixis* [...] merely uses an accepted understanding of the good, applying it to particular persons and actions. Thus nothing new is advanced by this historiography because it exists largely to affirm by example the ideas already received by the community.”

Como vimos, Hobbes concebe que os homens agem impelidos pelas suas opiniões, acerca do que seria o seu próprio bem e dos meios que o produziriam, e portanto a manutenção da paz incluiria a reorientação destas opiniões pela instrução: “as ações dos homens procedem das suas opiniões, e no bom governo das opiniões consiste o bom governo das ações dos homens, para a sua paz e concórdia” (*Leviathan*, II, xviii, 09).³⁰⁹ A instrução sobre princípios e relações causais corretos agiria sobre a deliberação, modificando tanto a determinação do bem aparente quanto a previsão das consequências de uma ação desejada. É por isso que “B” afirma que às pessoas “devem portanto ser ensinadas as bases do seu dever, e as razões pelas quais calamidades sempre se seguem à desobediência aos seus soberanos legítimos” (*Behemoth*, III, p. 144).³¹⁰

Já que à desobediência se seguem inevitavelmente calamidades, para um homem disto instruído haveria portanto uma reconsideração das previsões e da cadeia causal e uma redefinição do verdadeiro bem para si. Consequentemente, outras ações seriam realizadas, não mais sediciosas mas compatíveis com a paz e a soberania, e deste modo se evitaria a tendência natural ao conflito e à sedição. Este efeito transformador das opiniões corretas enfrenta entretanto a oposição das doutrinas sediciosas fortalecidas pela retórica:

“[A] tudo por falta de regras da justiça para as pessoas comuns observarem; as quais se as pessoas houvessem conhecido no início de cada uma dessas sedições, as pessoas ambiciosas nunca poderiam ter tido esperança de perturbar o seu governo após o seu estabelecimento. Pois a ambição pouco pode fazer sem braços, e poucos braços teria se as pessoas comuns fossem tão diligentemente instruídas nos verdadeiros princípios do seu dever como são aterrorizadas e impressionadas pelos pregadores, com doutrinas vãs e perigosas (*Behemoth*, II, pp. 70-1).³¹¹

Seria preciso assim assumir controle da interpretação de modo a comunicar as opiniões e doutrinas adequadas à paz e combater tanto as doutrinas e opiniões errôneas e sediciosas quanto as falhas da população na consideração da cadeia causal e do seu próprio bem. Sorell enfatiza o objetivo de causar uma reavaliação do que seria o bem para si através

³⁰⁹ No original: “the actions of men proceed from their opinions, and in the well-governing of opinions consisteth the well-governing of men’s actions, in order to their peace and concord.”

³¹⁰ No original: “[they] must therefore be taught the grounds of their duty, and the reasons why calamities ever follow disobedience to their lawful sovereigns.”

³¹¹ No original: “[A] all for want of rules of justice for the common people to take notice of; which if the people had known in the beginning of every of these seditions, the ambitious persons could never have had the hope to disturb their government after it had been once settled. For ambition can do little without hands, and few hands it would have, if the common people were as diligently instructed in the true principles of their duty, as they are terrified and amazed by preachers, with fruitless and dangerous doctrines.”

da apresentação das consequências nefastas das ações contrárias à paz:

A doutrina de Hobbes pode na verdade ter um efeito nas avaliações que ele critica. Mostrando como um ímpeto irrestrito pela vantagem de curto prazo deixa a todos em pior situação quando todos ou a maioria participam deste ímpeto, Hobbes dá às pessoas uma motivação para reavaliar o ganho de curto prazo, e de fato todos os outros bens aparentes cuja busca possa envolver a guerra (SORELL, 2006, p. 07).³¹²

Para contornar a tendência natural ao conflito, as pessoas precisariam entender a necessidade da soberania absoluta e da obediência ou pelo menos vê-las como mais vantajosas, como mais conducentes aos seus próprios interesses e benefício. Victoria Silver destaca e resume a importância desta necessária reavaliação das vantagens da obediência, de modo que os atos sediciosos não prevalecessem na deliberação: “é central para a política de Hobbes a ideia de que a criação de uma sociedade estável depende de as pessoas serem levadas a perceber o seu dever – a ver a vantagem, até o ponto da necessidade, de instituir e obedecer a autoridade soberana” (SILVER, 2006, p. 332).³¹³

A importância dada por Hobbes à instrução de princípios corretos e ao seu efeito nas deliberações e ações para a manutenção da paz revela-se por uma última vez no *Behemoth* na penúltima fala de “A”, imbuída de incomum otimismo, a qual refuta a afirmação de “B” de que se estaria na mesma situação que antes da Guerra Civil e defende que a simples promulgação de uma doutrina correta possuiria eficácia maior que a argumentação de direitos para a dissuasão dos sediciosos:

B. Praticamente retornamos ao estado em que estávamos no começo da sedição.

A. Não é assim: [...] agora, após esta sangrenta disputa, o próximo (que é o presente) Parlamento, em termos adequados e explícitos declarou que o [direito da milícia] é direito apenas do Rei, sem nenhuma das suas Casas do Parlamento; tal ato é mais instrutivo para a população do que quaisquer argumentos retirados do título de soberano, e conseqüentemente mais apropriado para desarmar a ambição de todos os arengadores sediciosos no futuro (*Behemoth*, IV, p. 204).³¹⁴

³¹² No original: “Hobbes's doctrine can actually have an effect on the valuations it criticizes. By showing how the all-out drive for short-term advantage leaves everyone worse off when all or most participate in that drive, Hobbes gives people a motivation for revaluing short-term gain, and indeed all other apparent goods whose pursuit might involve war.”

³¹³ No original: “central to Hobbes's politics is the idea that the creation of a stable society depends on people being brought to see their duty – to see the advantage, to the point of necessity, of instituting and obeying sovereign authority.”

³¹⁴ No original: “B. We are but returned to the state we were in at the beginning of the sedition.

A. Not so: [...] now, after this bloody dispute, the next (which is the present) Parliament, in proper and express terms hath declared the [right of the militia] to be the right of the King only, without either of his Houses of

Assim, Hobbes busca o convencimento e a influência sobre a deliberação que conduziriam à manutenção da paz por meio de uma utilização conjunta da teoria, da história e de diferentes linguagens e estratégias discursivas, escrevendo uma história sobre as causas de um conflito específico e de um conflito geral, naturalmente conseqüente à natureza do homem e portanto recorrente. Como na teoria que elaborara para analisar a experiência e o problema político, Hobbes fundamenta no funcionamento da natureza humana a causa não só da Guerra Civil Inglesa mas a causa geral da sedição, assim como a ideia de que a instrução seria forma necessária de contornar esta natureza da sedição.

Parliament; which act is more instructive to the people, than any arguments drawn from the title of sovereign, and consequently fitter to disarm the ambition of all seditious haranguers for the time to come.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei neste trabalho examinar como a natureza humana, esta teoria desenvolvida nas obras teóricas de Thomas Hobbes, está presente e informa a construção do texto do *Behemoth* e de que modos ela se relaciona com a compreensão e a escrita da história do autor, em termos de seus propósitos, fundamentos, argumentação e escolhas discursivas.

O *Behemoth* não é um relato dos eventos da Guerra Civil Inglesa, mas uma história das causas do conflito e das ações humanas que o compuseram, com propósito instrutivo. Hobbes constrói a sua história da guerra com uma intersecção entre ciência, experiência e retórica a fim de interpretá-la e ressignificá-la pelo viés das suas teorias científicas para assim instruir os homens sobre as causas deste conflito em particular e da sedição em geral e sobre a necessidade da instrução e prática da política hobbesiana, de modo a alterar e guiar o cálculo realizado pelos homens na deliberação dos seus atos e evitar novas destabilizações políticas.

A ideia de causalidade necessária é muito importante na obra de Hobbes, sendo a demonstração das causas e consequências a matéria do conhecimento científico, em uma concepção mecanicista do mundo, regido por leis e pela causalidade. A experiência é explicável por estas relações causais porque seria este o funcionamento do mundo natural em geral e da natureza dos homens em particular, cujas ações se seguiriam a cadeias causais movidas pelos sentidos, as percepções e opiniões e as paixões.

De fato, a natureza humana tem o seu funcionamento estabelecido por Hobbes na ciência política do *Leviathan* por meio de leis mecânicas e princípios gerais, sendo portanto constante e universal. Toda experiência e ações dos homens principiaria pelo movimento dos sentidos, causando percepções, opiniões e paixões que resultariam nas ações voluntárias através do cálculo do bem para si e da consideração e previsão das causas e consequências dos meios de obtê-lo. É neste funcionamento da natureza humana que Hobbes situa a variedade das percepções, opiniões e paixões que levariam à discórdia e à sedição e é também nele que se revela a possibilidade de redirecionar os atos dos homens pela alteração das suas percepções e da consideração do que constituiria o seu próprio bem.

O exame da teoria da natureza humana de Hobbes ilumina e enriquece a leitura e compreensão do *Behemoth* em diversos níveis. Apesar de diferenças de apresentação e de ênfase, relacionadas com os distintos métodos e propósitos das duas obras, há uma grande conformidade entre a natureza humana exposta no *Leviathan* e a presente no *Behemoth*. No *Behemoth*, o funcionamento da natureza dos homens é pressuposto explicativo das ações que compõe a história da Guerra Civil Inglesa, causa primeira da discórdia e do conflito e elemento que fundamenta tanto a necessidade de instrução quanto a possibilidade de guiar as deliberações dos homens de modo a evitar os atos sediciosos.

Contudo, Hobbes coloca no *Behemoth* maior ênfase no papel das opiniões enquanto causa, ao que corresponde um maior destaque para a instrução e correção das opiniões errôneas como solução. Ele apresenta a retórica como a principal ferramenta da corrupção das percepções e da sedição e atribui-lhe um poder e eficácia impressionante. A instrução fundamentada na verdade científica seria o seu antídoto – para converter a sua história em uma memória instrutiva eficaz, Hobbes realiza diversas escolhas discursivas visando agregar poder de convencimento ao seu texto e combater a força da retórica sediciosa. Ele realiza uma composição da história e da ciência, principalmente por meio de pressupostos velados ou apresentados como aceitos ou auto evidentes, e utiliza técnicas retóricas e linguagens convencionais como a argumentação por meio de exemplos históricos evidentes, o julgamento moral por meio de valores e o formato de diálogo.

Em um contexto discursivo e político em que a história da Inglaterra em geral e da Guerra Civil em particular eram utilizadas para justificar e fundamentar ações e posições políticas, Hobbes ofereceu no *Behemoth* a sua interpretação da guerra de acordo com a sua teoria e visão do problema político, de modo a influenciar a política, convencer o público a respeito do que causara a guerra, da relação entre obediência e paz e da necessidade da instrução que enfraquecesse as doutrinas sediciosas, e alterar o cálculo deliberativo e consequentemente as ações.

Assim, busquei neste trabalho realizar uma contribuição ao estudo do *Behemoth* e da historiografia do final do século XVII inglês por meio do exame da obra pelo viés da concepção de Hobbes acerca da natureza humana, embora várias outras abordagens sejam possíveis, por acreditar que esta via de análise não fora suficiente explorada e que se revela esclarecedora para a compreensão da história elaborada por Thomas Hobbes no *Behemoth*, a qual empreendi demonstrar ser informada em diversos níveis pela ideia de natureza

humana do autor. No estudo do *Behemoth* revela-se como Hobbes concebia a experiência e respondia aos problemas que nela percebia, desta forma atuando sobre ela e sobre o seu contexto discursivo, reelaborando os termos do debate e assim abrindo novas possibilidades semânticas para o discurso político e a compreensão dos homens.

REFERÊNCIAS

FONTES:

HOBBS, Thomas. “T. Hobbes Malmesburiensis Vita.” In: _____. **Thomae Hobbes Malmesburiensis Opera philosophica quae latine scripsit omnia: in unum corpus nunc primum collecta. Studio et labore Gulielmi Molesworth.** Londres: J. Bohn, 1839. Volume I., pp. xiii-xxi.

_____. “Behemoth: the history of the causes of the Civil Wars of England, and of the counsels and artifices by which they were carried on from the year 1640 to the year 1660”. In: _____. **The English Works of Thomas Hobbes of Malmesbury.** Edited by Sir William Molesworth [1840]. Aalen: Scientia, 1966. Volume VI.

_____. “Of the Life and History of Thucydides.” In: THUCYDIDES. **The Peloponnesian War.** The complete Hobbes translation, with notes and a new introduction by David Greene. Chicago: University of Chicago Press, 1989a, pp. 569-586.

_____. “To the Readers.” In: THUCYDIDES. **The Peloponnesian War.** The complete Hobbes translation, with notes and a new introduction by David Greene. Chicago: University of Chicago Press, 1989b, pp. xxi-xxiv.

_____. **Behemoth**, or The Long Parliament. Edited by Ferdinand Tönnies [1889], with an introduction by Stephen Holmes. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____. **Leviathan:** with selected variants from the Latin edition of 1668. Edited, with introduction and notes, by Edwin Curley. Indianapolis: Hackett, 1994.

_____. **The Correspondence.** Volume II: 1660-1679. Edited by Noel Malcolm. Oxford: Clarendon Press, 1994.

_____. **Behemoth:** ou Le Long Parlement. Traduit de l'anglais par Philippe Folliot. Chicoutimi, Québec, Canada, septembre 2010. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/hobbes_thomas/behemoth/behemoth.html

BIBLIOGRAFIA GERAL:

ASHCRAFT, Richard. "Hobbes's natural man: a study in ideology formation." *The Journal of Politics*. Cambridge, v. 33, n. 4, nov/1971, pp. 1076-1117.

_____. "Ideology and Class in Hobbes' Political Theory." *Political Theory*. S/l, v. 6, n. 1, Feb. 1978, pp. 27-62.

AUBREY, John. '**Brief Lives,**' chiefly of Contemporaries, set down by John Aubrey, between the Years 1669 and 1696. Edited from the author's manuscripts by Andrew Clark with facsimiles. Volume I: A-H. Oxford: Clarendon Press, 1898.

BOBBIO, Norberto. **Thomas Hobbes**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

BOROT, Luc. "Hobbes's *Behemoth*." In: ROGERS, G. A. J.; SORELL, Tom (eds.). **Hobbes and History**. London: Routledge, 2000, pp. 137-146.

_____. "History in Hobbes's thought." In: SORELL, Tom (ed.). **The Cambridge Companion to Hobbes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 305-328.

BROWN JR., Clifford W. "Thucydides, Hobbes, and the derivation of anarchy." *History of Political Thought*. S/l, v. VIII, n. 1, Spring 1987, pp. 33-62.

_____. "Thucydides, Hobbes, and the linear causal perspective." *History of Political Thought*. S/l, v. X, n. 2, Summer 1989, pp. 215-256.

BROWNLEY, Martine Watson. "Sir Richard Baker's 'Chronicle' and Later Seventeenth-Century English Historiography." *Huntington Library Quarterly*. S/l, v. 52, n. 4, Autumn 1989, pp. 481-500.

CREPPELL, Ingrid. "The democratic element in Hobbes's 'Behemoth'." In: MASTNAK, Tomaz (ed.). **Hobbes' Behemoth**. Luton: Andrews UK Limited, 2012. Edição digital sem paginação.

CROOKE, William. "The Bookseller to the Reader." In: HOBBS, Thomas. **Tracts of Mr. Thomas Hobbs of Malmsbury**. London: Printed for W. Croke, 1682. Não paginado.

- CURLEY, Edwin (ed.). "Hobbes' Verse Autobiography." [1679] In: HOBBS, Thomas. **Leviathan**. Indianapolis: Hackett, 1994, pp. liv-lxiv.
- DANFORD, John W. "The Problem of Language in Hobbes's Political Science." *The Journal of Politics*. S/l, v. 42, n. 1, Feb. 1980, pp. 102-134.
- DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme**: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Ed. du Seuil/ Points, 1991.
- DUNN, John. "The identity of the history if ideas." *Philosophy*. Cambridge, v.43, n.164, abr/1968, pp. 85-104.
- GINZBURG, Carlo. "Peur, révérence, terreur: Lire Hobbes aujourd'hui." *MethIS - Méthodes et interdisciplinarité en sciences humaines*. Liège, n. 2, 2009, pp. 23-47.
- GROTIUS, Hugo. **The Rights of War and Peace**, in Three Books: Wherein Are Explained, the Law of Nature and Nations, and the Principal Points Relating to Government [De Jure Belli]. Translated by Jean Barbeyrac, originally printed in London for W. Innys in 1738. Clark, New Jersey: The Lawbook Exchange, Ltd., 2004.
- HILL, Christopher. **The Century of Revolution: 1603-1714**. London/New York: Routledge, 1980. 2^a ed.
- _____. **The World Turned Upside Down**: radical ideas during the English Revolution. London: Penguin Books, 1991.
- _____. **Puritanism and Revolution**: studies in interpretation of the English Revolution of the 17th century. New York: St. Martin's Press, 1997.
- HOLMES, Stephen. "Introduction." In: HOBBS, Thomas. **Behemoth**, or The Long Parliament. Edited by Ferdinand Tönnies [1889], with an introduction by Stephen Holmes. Chicago: The University of Chicago Press, 1990, pp. [vii]- [i].
- KOSELLECK, Reinhart. "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos." *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KRAYNAK, Robert P. "Hobbes's Behemoth and the Argument for Absolutism." *The American Political Science Review*. S/l, v. 76, n. 4, Dec. 1982, pp. 837-847.
- LAMPRECHT, Sterling P. "Hobbes and Hobbism." *The American Political Science Review*. S/l, v. 34, n. 1, fev/ 1940, pp. 31-53.
- LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.
- LEIJENHORST, Cees. "Sense and Nonsense about Sense: Hobbes and the Aristotelians on Sense Perception and Imagination." In: SPRINGBORG, Patricia (ed.). **The Cambridge Companion to Hobbes's *Leviathan***. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 82-108.
- LEVY, Fritz. "The background of Hobbes's *Behemoth*." In: KELLEY, Donald R.; SACKS, David Harris (eds.). **The Historical Imagination in Early Modern Britain: History, rhetoric, and fiction, 1500-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 243-266.
- MacGILLIVRAY, Royce. "Thomas Hobbes's history of the English Civil War: a study of Behemoth." *Journal of the History of Ideas*. S/l, v. 31, n. 2, abr-jun/1970, pp. 179-198.
- MASTNAK, Tomaz. "Introduction: the ways of 'Behemoth'." In: MASTNAK, Tomaz (ed.). **Hobbes' Behemoth**. Luton: Andrews UK Limited, 2012. Edição digital sem paginação.
- MATOS, Ismar Dias de. **Uma descrição do humano no *Leviathan* de Thomas Hobbes**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MISSNER, Marshall. "Hobbes's Method in *Leviathan*." *Journal of the History of Ideas*. Philadelphia, v. 38, n. 4, Oct/Dec 1977, pp. 607-621.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POCOCK, J. G. A. **The Ancient Constitution and the Feudal Law: a study of English**

historical thought in the seventeenth century: a reissue with a retrospect. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História**: um ensaio de poética do saber. São Paulo: Educ, 1994.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ao leitor sem medo**: Hobbes escrevendo contra o seu tempo. 2ªed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

RICHTER, Melvin. “Conceptual History (Begriffsgeschichte) and Political Theory.” *Political Theory*. S/1, v.14, n.4, Nov. 1986, pp. 604-637.

SCOTT, Jonathan. **England’s troubles**: seventeenth-century English political instability in European context. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SEAWARD, Paul. “‘Chief of the ways of God’ – Form and Meaning in the ‘Behemoth’ of Thomas Hobbes. In: MASTNAK, Tomaz (ed.). **Hobbes’ Behemoth**. Luton: Andrews UK Limited, 2012. Edição digital sem paginação.

SELLER, Abednego. **The History of Passive Obedience since the Reformation**. Amsterdam: Printed for T. Johnson, 1689. Não paginado.

SILVER, Victoria. “Hobbes on rhetoric.” In: SORELL, Tom (ed.). **The Cambridge Companion to Hobbes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 329-345.

SKINNER, Quentin. “History and ideology in the English Revolution.” *The Historical Journal*. Cambridge, v. 8, n. 2, 1965, pp. 151-178.

_____. “The ideological context of Hobbes’s political thought.” *The Historical Journal*. Cambridge, v. 9, n. 3, 1966, pp. 286-317.

_____. **Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. **Visions of Politics**. Volume III: Hobbes and Civil Science. Cambridge: Cambridge

University Press, 2004.

SLOMP, Gabrielle. "On Ambition, Greed, and Fear." In: MASTNAK, Tomaž (ed.). **Hobbes' Behemoth**. Luton: Andrews UK Limited, 2012. Edição digital sem paginação.

SORELL, Tom. "Hobbes's Persuasive Civil Science." *The Philosophical Quarterly*. S/l, v. 40, n. 160, Jul. 1990, pp. 342-351.

_____. "Introduction." In: SORELL, Tom (ed.). **The Cambridge Companion to Hobbes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 01-12.

SOUBBOTNIK, Michael A. "De la montagne du diable à la vérité de la loi." In: MASTNAK, Tomaž (ed.). **Hobbes' Behemoth**. Luton: Andrews UK Limited, 2012. Edição digital sem paginação.

TULLY, James H. "The Pen is a Mighty Sword: Quentin Skinner's analysis of politics." *British Journal of Political Science*. Cambridge, v. 13, n. 4, Oct. 1983, pp. 489-509.

VAUGHAN, Geoffrey M. **Behemoth Teaches Leviathan: Thomas Hobbes on Political Education**. S/l: Lexington Books, 2002.

_____. "The Audiences of 'Behemoth' and the Politics of Conversation." In: MASTNAK, Tomaž (ed.). **Hobbes' Behemoth**. Luton: Andrews UK Limited, 2012. Edição digital sem paginação.

VOGT, Débora Regina. **Entre a ciência civil e as linhas da história: usos da Antiguidade no entendimento da história no Behemoth de Thomas Hobbes**. 2012. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WOOTTON, David. "Thomas Hobbes's Machiavellian moments." In: KELLEY, Donald R.; SACKS, David Harris (eds.). **The Historical Imagination in Early Modern Britain: History, rhetoric, and fiction, 1500-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 210-242.

_____. **Divine Right and democracy: an anthology of political writing in Stuart England**. Indianapolis: Hackett, 2003.